



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

HELENA MIRÉIA ROCHA DA SILVA

**A COBERTURA DO *JORNAL PEQUENO* DURANTE A DITADURA CIVIL –
MILITAR: um olhar histórico sobre a repressão no governo de José Sarney no
Maranhão (1965 – 1970).**

São Luís

2025



HELENA MIRÉIA ROCHA DA SILVA

**A COBERTURA DO *JORNAL PEQUENO* DURANTE A DITADURA CIVIL –
MILITAR: um olhar histórico sobre a repressão no governo de José Sarney no
Maranhão (1965 – 1970).**

Monografia apresentada ao curso de História, do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais – CECEN, da Universidade Estadual do Maranhão, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau em Licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Lidianne Elizabete Friderichs.

São Luís

2025

Silva, Helena Miréia Rocha da.

A cobertura do Jornal Pequeno durante a Ditadura Civil – Militar: um olhar histórico sobre a repressão no governo de José Sarney no Maranhão (1965-1970) / Helena Miréia Rocha da Silva. – São Luís, 2025.

106 f. : il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

Coorientadora: Profa. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs.

Elaborada por Lauisa Sousa Barros - CRB 13/657

HELENA MIRÉIA ROCHA DA SILVA

**A COBERTURA DO JORNAL PEQUENO DURANTE A DITADURA CIVIL –
MILITAR: um olhar histórico sobre a repressão no governo de José Sarney no
Maranhão (1965 – 1970)**

Monografia apresentada ao curso de
História, do Centro de Educação,
Ciências Exatas e Naturais – CECEN, da
Universidade Estadual do Maranhão,
como parte dos requisitos necessários
para obtenção do grau em Licenciatura
em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo
Almeida Chaves.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Lidiane
Elizabeth Friderichs.

Aprovada em: _____ de _____ de 2025.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente



MONICA PICCOLO ALMEIDA CHAVES

Data: 22/07/2025 17:58:40-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Monica Piccolo Almeida Chaves (Orientadora)

Doutora em História

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Documento assinado digitalmente



LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS

Data: 22/07/2025 17:26:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lidiane Elizabeth Friderichs (Coorientadora)

Doutora em História

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Documento assinado digitalmente



FABIO HENRIQUE MONTEIRO SILVA

Data: 23/07/2025 06:40:06-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fábio Henrique Monteiro Silva (1º avaliador)

Doutor em História

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Documento assinado digitalmente



WERBETH SEREJO BELO

Data: 22/07/2025 17:41:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Werbeth Serejo Belo (2º avaliador)

Doutor em História

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Aos meus avós, Joaquim Batista da Silva (inmemória) e Maria Julieta Rocha da Silva. Aos meus pais, Gilberto Rocha da Silva e Eudielita Ferreira Rocha da Silva, por me garantirem educação de qualidade, apoio e meios para que eu chegasse o mais longe possível através da educação. A eles, por todo sacrifício, amor e cuidado destinados a mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter sustentado durante toda a minha vida, sobretudo durante os quatro infelizes anos de graduação. Agradeço pela coragem e força que em muitos momentos achei não ter e não ser capaz de continuar, mas de alguma forma Ele não me deixou desistir e me deu o que eu precisava para concluir os meus objetivos. Agradeço a Deus por cuidar de mim durante as noites em claro e por me consolar durante os choros de desespero por não saber como continuar. Agradeço sobretudo por saber que nEle eu tenho um Pai.

A minha querida mãe, Eudielita Ferreira Rocha da Silva, que me incentivou desde os meus primeiros anos de vida a educação, que mesmo não tendo terminado o ensino fundamental, se esforçava em me fazer entender a temida matemática. Desde minha infância minha mãe foi a pessoa que sacrificou suas manhãs, acordando mais cedo para cuidar do café da manhã, lanches da escola, banhos, fardas e cabelos de duas meninas, sempre com muito amor e zelo de mãe. Agradeço pela sua preocupação com meus estudos e por demonstrar carinho e cuidado ao cozinhar (vale ressaltar que a comida da minha mãe é a melhor do mundo) e preparar lanchinhos enquanto eu passava horas em frente ao notebook. Agradeço por minha mãe, que ao entender a importância do ensino, procurou terminar seus estudos, mesmo com todas as dificuldades existentes no sistema educacional do Brasil, principalmente na modalidade EJA, não desistiu. Hoje agradeço por vê-la almejando um curso superior e conhecendo sua força de vontade, sei que ela conseguirá realizar esse sonho.

Ao meu pai, Gilberto Rocha, que me proporcionou meios para facilitar e dar continuidade aos meus estudos. Agradeço por ele nunca ter medido esforços para me garantir o melhor, nunca me deixando faltar nada, ao que diz respeito a insumos básicos, tais como educação, alimentação, moradia, mas também sempre deu seu jeito para garantir notebooks, celulares e tablets, tudo que fosse preciso para ajudar e facilitar nossos estudos. Meu pai sacrificou momentos importantes em família desde muito cedo por conta do trabalho, como caminhoneiro e viajando sempre, não tinha a possibilidade de estar presente fisicamente, mas arrumava um jeitinho de se fazer presente por meio de ligações de vídeo do Skype, posteriormente do WhatsApp e Instagram, sempre fazendo o possível para suprir a distância. Vejo em meu pai o maior exemplo de pessoa, de responsabilidade, de fazer o que for preciso para ver os dele bem. Preciso dizer que tenho

muito orgulho do meu pai. A frase viralizada do TikTok se encaixa perfeitamente aqui: sob muito sol, meu pai me proporcionou andar pela sombra até aqui.

A minha tia, Diana Rocha, que foi, é e sempre será uma das minhas maiores incentivadoras. Agradeço por ter me impulsionado a vida acadêmica desde cedo, por não se incomodar em me levar para suas aulas na UFMA quando eu era apenas uma criança que não desgrudava nem por um minuto. Agradeço pelos inúmeros concelhos, por corrigir minhas redações, por me ensinar nunca desistir dos meus objetivos. Minha tia foi essencial para a minha inclinação ao ensino, cresci a vendo estudando, sempre com textos impressos nas mãos, bolsas de eventos acadêmicos e o icônico período da defesa da monografia dela. Lembro do orgulho que sentia quando ela repetia sem parar as falas da defesa e quando treinava comigo (uma criança de uns 8 anos) em qualquer lugar, inclusive no banheiro, posso dizer que neste período sabia mais sobre o tema dela que qualquer pessoa. Agradeço por ter me apoiado quando não consegui ser aprovada de primeira no IFMA, ou quando não passei na primeira etapa da UEMA para o curso de História e como eu chorei em seus braços e no ano seguinte me vigiou durante o ano inteiro para que eu estudasse e me preparasse novamente para a prova e pasmem, recebi a notícia da aprovação ao lado dela em uma clínica. Creio que Deus tenha me dado uma segunda mãe na pessoa da minha tia, pois ela sempre me acolheu de formas infindas e a vejo como uma amiga muito íntima.

A minha avó, Maria Julieta, por me ensinar que perseverança e força de vontade são necessárias em qualquer idade. Ela que passou no ENEM depois dos sessenta, estudou e se formou em Artes Visuais pela UFMA. Minha avó é meu exemplo de perseverança, mesmo com muitos desafios, eu pude ver a minha avó colando grau. Em minha família, minha tia foi a primeira a alcançar o ensino superior, depois veio minha avó e agora eu, por isto, sou extremamente grata as mulheres e homens da minha família por me garantiram apoio e muitos exemplos de força e coragem.

Ao meu avô, Seu Ceará, que mesmo sem estudo conseguiu sustentar uma casa com quatro filhos e uma esposa. Agradeço por todo seu amor e carinho infinito pelos seus netos, eu como primeira neta fui muito mimada por ele. Infelizmente meu vózinho não está mais aqui, o perdi quando tinha catorze anos, mas apesar disto, sei que ele está feliz e realizado por ver a primeira neta dele, de cabelo “foguió” se formando e realizando seu sonho. Obrigada vô por sempre se fazer presente, mesmo não estando mais aqui.

Ao meu tio Jonivaldo, um exemplo de paciência, de pai e de responsabilidade. Não sei ao certo quando ele chegou à família, era muito nova quando começou a se relacionar com minha tia, mas sempre o vi como exemplo. Agradeço por se dispor a me ver crescer, não sendo apenas um espectador, mas por participar ativamente da minha vida também. Agradeço por me ajudar com a matemática, por ler os meus textos e me dar conselhos de vida e vida acadêmica. Agradeço por ser, juntos aos meus pais e minha tia, um suporte emocional, educacional e acadêmico, por sempre conversar comigo e me ver como parte de sua família. Sou extremamente grata.

Aos meus tios, Joaquim e Luís André, por serem suportes igualmente importantes, pois me garantiram momentos em família memoráveis e por sempre estarem por perto me aconselhando e me fazendo rir. Apesar da distância, pois os dois, assim como o meu pai, trabalham como caminhoneiros, sempre se fizeram presentes de alguma forma.

A minha irmã, Isa Natália, por fazer da minha vida mais leve. Nesta caminhada sempre esteve presente, me incentivando e confiando no meu potencial mesmo eu mesma não acreditando. Agradeço por me mostrar que a vida não pode ser levada a ferro e fogo, por me ajudar a rir e a me divertir de vez em quando. Agradeço por ter os mesmos anseios que eu e juntas fazermos planos para o nosso futuro. Agradeço por sempre estar ao meu lado e trazer companhia nesta vida adulta solitária.

A minha amiga/irmã, Ana Júlia, amiga de longa data que se fez irmã. Agradeço pelos quase 14 anos de amizade e nestes anos, passou por todas as fases possíveis ao meu lado. Agradeço pelas conversas que me aliviaram durante momentos de angústia, agradeço também os momentos felizes (que não foram poucos) que me proporcionou muitas risadas, transformando minha vida e a minha trajetória até aqui. HII

Ao meu amigo, Abdias Christian, que durante este processo, foi o meu apoiador mais orgulhoso. Agradeço por ter aguentado e entendido as minhas crises, por ter me salvado diversas vezes quando o meu notebook quebrava e ele prontamente me emprestava o seu. Agradeço pelas noites em claro, nas quais você me esperava acabar de escrever meus relatórios, por não deixar desanimar e desistir. Agradeço por se dispor a assistir minhas apresentações, ser minha cobaia ao treinar minhas aulas, por ser o meu ouvinte quando treinava falas para apresentações de trabalho. Agradeço por seu cuidado, amor e carinho que sempre se dispôs em me oferecer, eu precisando ou não.

As minhas amigas, Pâmela Safira e Ana Stella, por serem as minhas cúmplices durante boa parte da graduação. Agradeço por todas as insanidades, por todas as risadas, por todos os momentos que vivi com vocês, sem dúvidas a graduação é massacrante, mas quando temos amigas que nos ajudam e apoiam, tudo fica mais leve. Agradeço pelas viagens aleatórias que Pâmela me convencia a embarcar (e sempre foram as melhores decisões). Agradeço pelos momentos icônicos em que Stella me fazia rir até quase infartar com as suas falas pessimistas ou pela sua falta de sorte. Amigas, agradeço cada momento e quero muitos mais ao lado de vocês.

Ao meu grupinho de seminários, Antônio Carlos, Teylou Barros e Matheus Frederico, que me acolheram desde o início da graduação e não me largaram até ser realmente necessário. Agradeço pelo cuidado e cumplicidade em todos os trabalhos escritos e apresentados, mesmo os individuais, sempre estávamos juntos tornando mais fácil a trajetória.

Ao bibliotecário da Biblioteca Benedito Leite, seu Eduardo, que se solidarizou com meu drama e facilitou a minha pesquisa, muitas vezes procurando por mim reportagens que tinham a ver com o meu tema. Agradeço por seu sorriso de senhor caridoso ao me mostrar os volumes do jornal com páginas marcadas em possíveis notícias relevantes e por ter se disposto a amenizar o trabalho de pesquisa me mostrando a incrível vista do terceiro andar da biblioteca.

A doutora Graciana Soares, oficiala do 1º registro civil de pessoas naturais de São Luís, pela confiança e compreensão quando precisei me ausentar de minhas tarefas como estagiária e posteriormente como efetiva. Pela forma como sempre me tratou, com calma e cuidado nos meus momentos de desespero e principalmente pela compreensão ao me liberar alguns dias do trabalho para apresentações da universidade e até em seminários fora de São Luís. Agradeço por todos os sorrisos e calma que ela me passou nestes anos de formação acadêmica.

Aos meus amigos, Fernando Lucas e Luziane por compartilharem comigo as dores de pesquisadores, pela companhia e pelo apoio incondicional em todos os momentos. Agradeço por se fazerem presentes, por se mostrarem felizes e orgulhosos de mim, vocês fizeram da minha caminhada muito mais fácil de ser levada.

Ao meu amigo Robson Luan, que sempre aparecia antes das minhas aulas para ir ao restaurante Subway comer sanduiches, mais especificamente todos os dias 15 e 30 do

mês (eram os dias de promoção). Agradeço por estar ao meu lado nos momentos de desespero e por sempre me ouvir quando precisei e quando não era muito necessário também, você sempre será extremamente importante na minha vida.

Ao meu amigo Leonardo Rodrigues, que apesar de nunca nos vermos, sempre esteve presente e por perto. Nos conhecemos em 2020, de forma virtual, por meio do Instagram, desde então nunca paramos nos falar. Agradeço a ele por me fazer rir das coisas mais aleatórias possíveis, por estar presente nos meus momentos difíceis, por ter aumentado a minha autoestima, por aguentar as minhas grosserias e instabilidades de humor e por ter me mantido por perto apesar de tudo. A você por não me deixar desistir e me fazer ver que eu sou capaz, apesar de não reconhecer.

Ao meu amigo Vicente Mattaus, este que nunca teve um pinga de paciência comigo, mas desde o primeiro dia em que nos conhecemos, nunca nos desgradamos. Agradeço por ter se disposto a me ensinar tudo o que você sabe, por compartilhar comigo os mesmos pensamentos políticos, mesmos costumes de vida, mesmo gosto musical (as vezes) e por me aguentar em todas as minhas formas de ser. Me sinto grata por compartilhar cada parte da minha vida e por saber que tenho sua amizade, sempre posso contar com as opiniões sinceras e com tua companhia nos meus momentos de ansiedade. A você, por ter segurado a minha mão em vários momentos.

As minhas orientadoras, Monica Piccolo e Lidiane Friderichs, por todo apoio, confiança e cuidado. Agradeço pelo tempo disposto a leitura dos meus trabalhos, pelo incentivo as apresentações, participações de eventos e principalmente por me inserirem em um núcleo que tenho muito orgulho em fazer parte, o NUPEHIC.

“A educação é um ato político. Não há neutralidade na educação. Ou o educador se coloca a serviço da dominação, ou a serviço da libertação.”

Paulo Freire

RESUMO

Ao abordar a ditadura civil-militar no Maranhão, torna-se obrigatório mencionar a figura de José Sarney e sua influência no regime autoritário estadual. A escolha desse tema para o trabalho se baseia em duas motivações principais: primeiro, a necessidade de preencher lacunas existentes dentro da História do Maranhão relacionadas ao regime autoritário nacional; e segundo o desejo de explorar a Ditadura em um contexto regional, ampliando as pesquisas sobre esse tema específico no Maranhão para contribuir com o conhecimento e a memória do Golpe de 1964 na região. Para abordar essas questões, a pesquisa se fundamentará principalmente em textos relacionados ao tema, além de recorrer a matérias jornalísticas veiculadas no *Jornal Pequeno* durante o período em questão (1965 – 1970). O *Jornal Pequeno*, de grande circulação no Maranhão, no período em análise e atualmente, dedicou-se primordialmente à cobertura da política brasileira e estadual, esse continua ativo até hoje, mantendo seu foco no âmbito político. Durante a ditadura civil-militar, foi um dos dois jornais de circulação maranhense que se posicionaram contrariamente ao regime ditatorial, conforme destacado por Manuel Afonso Ferreira Cunha (2018). O primeiro deles foi o *Jornal Pequeno*, o outro era conhecido como *Jornal do Povo*. Apresentaram-se assim como outra alternativa de divulgação e interpretação dos fatos entre março e abril de 1964. Assim, a análise das notícias veiculadas pelo *Jornal Pequeno*, serão essenciais como fontes primárias para a elaboração deste TCC.

Palavras – chave: Ditadura civil-militar; José Sarney; *Jornal Pequeno*; Maranhão Novo.

ABSTRACT

When addressing the civil-military dictatorship in Maranhão, it becomes essential to mention the figure of José Sarney and his influence on the state's authoritarian regime. The choice of this theme is based on two main motivations: first, the need to fill existing gaps in the historiography of Maranhão related to the national authoritarian regime; and second, the desire to explore the dictatorship in a regional context, thus expanding academic research on this specific subject in Maranhão and contributing to the knowledge and memory of the 1964 Coup in the region. This study will be based primarily on texts directly related to the topic, as well as journalistic materials published in *Jornal Pequeno* during the period from 1965 to 1970. *Jornal Pequeno*, a widely circulated newspaper in Maranhão, has historically focused on Brazilian and regional politics and remains active today, still emphasizing political content. During the civil-military dictatorship, it was one of only two newspapers in the state that publicly opposed the dictatorial regime, as noted by Manuel Afonso Ferreira Cunha (2018). The first of these was *Jornal Pequeno*; the other was known as *Jornal do Povo*. Both served as alternative means of disseminating and interpreting political events, particularly between March and April of 1964. Thus, the analysis of the news reports published by *Jornal Pequeno* will serve as essential primary sources for the development of this undergraduate thesis.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; José Sarney; *Jornal Pequeno*; Maranhão Novo.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 <i>Jornal Pequeno</i> publica que não houve renúncia.....	876
Imagem 2 "Regime da Liberdade"	876
Imagem 3 Ditadura à vista.....	876
Imagem 4 Castelo Branco Eleito Presidente	87
Imagem 5 Revolução prestes a estourar	87
Imagem 6 Pronunciamento dos "revolucionários"	87
Imagem 7 Degola Geral: Ocupação de postos federais	88
Imagem 8 Chefes da Revolução Baixam Ato Institucional.....	88
Imagem 9 Câmara Municipal Homenageia a Revolução	88
Imagem 10 Newton Bello defende eleição do Genral Castelo Branco	89
Imagem 11 Newton adere aos vitoriosos.....	89
Imagem 12 Não creio nessa revolução	89
Imagem 13 Traçado o Esquema da Revolução desde 1961	90
Imagem 14 Newton Bello Denunciado	90
Imagem 15 Sarney é a solução	91
Imagem 16 Vitória de José Sarney em 1965	91
Imagem 17 O homem vem aí	92
Imagem 18 Enquanto isso na Câmara Federal... ..	92
Imagem 19 Maranhão Novo	93
Imagem 20 Govêrno Federal preocupado com baixa renda no Maranhão.....	93
Imagem 21 No Maranhão Novo	94
Imagem 22 Favoritismo no Maranhão Novo.....	94
Imagem 23 Reforma Agrária no Maranhão	95
Imagem 24 Decreto para Reforma Agrária.....	95
Imagem 25 Cooperação da SUDAM no Maranhão.....	96
Imagem 26 Feliz 69, Governador... Feliz 70, Maranhão!.....	97
Imagem 27 A falência do govêrno.....	97
Imagem 28 Tribuna do Povo, por Othelino Filho.....	98
Imagem 29 Inauguração da BR-135	98
Imagem 30 Sarney com pesado fardo	99
Imagem 31 As desgraças do Govêrno	100
Imagem 32 Reforma Agrária à Vista	101
Imagem 33 Fim de Govêrno.....	102
Imagem 34 José Sarney deixa Palácio das Laranjeiras	102
Imagem 35 Presença da SUDAM no estado	102
Imagem 36 Implantação de indústria chinesa no estado	103
Imagem 37 Ocupação de terras devolutas	103
Imagem 38 Sarney contra 150 posseiros	104
Imagem 39 Grupo Italiano deseja instar-se no Maranhão	104
Imagem 40 Denúncia contra Sarney.....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Panorama dos jornais (Brasil).....	33
Quadro 2: Panorama dos jornais (Maranhão).....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

COLONE – Companhia de Colonização do Nordeste

COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização

COTERMA – Companhia de Terras do Maranhão

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FERAEMA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

ITERMA – Instituto de Terras do Maranhão

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEB – Movimento de Educação de Base

MSU – Movimento Sindical Unificado

PAGEMA – Plano de Ação do Governo do Maranhão

PDC – Partido Democrata Cristão

PL – Partido Libertador

PPB – Partido Proletário Brasileiro

PR – Partido Republicando

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SNI – Serviço Nacional de Informação

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
IMPRENSA E AUTORITARISMO: A PERSISTÊNCIA DOS JORNAIS IMPRESSOS EM TEMPO DE DITADURA CIVIL-MILITAR.....	27
1.1 Entre o golpe e a narrativa: um aprofundamento teórico sobre a ditadura civil-militar	27
1.2 Entre linhas e censuras: a resistência dos jornais impressos sob o regime militar .	33
1.3 Do lado do povo: a trajetória do <i>Jornal Pequeno</i> na imprensa maranhense	37
A LUTA POLÍTICA MARANHENSE E A CONTRA-NARRATIVA DO JORNAL PEQUENO.....	42
2.1 Vitorinismo <i>versus</i> Sarneísmo: disputa e transformação da política maranhense..	42
2.2 A farsa do Maranhão Novo: propaganda, autoritarismo e permanência oligárquica sob o discurso da modernização (1965 – 1970)	48
2.3 A política em manchete: o <i>Jornal Pequeno</i> e a construção crítica do Sarneísmo..	54
A TERRA E O POVO: O JORNAL PEQUENO NA CONTRA HEGEMONIA AO GOVERNO SARNEY	58
3.1 Lideranças populares e a resistência à ditadura civil-militar no Maranhão	58
3.2 Papel passado, terra roubada: a grilagem no Maranhão e os impactos da Lei de Terras (1969).....	65
3.3 O <i>Jornal Pequeno</i> como contra hegemonia midiática no Maranhão	73
4 CONCLUSÃO.....	80
5 FONTES	82
6 REFERÊNCIAS	82
ANEXOS	87

INTRODUÇÃO

O golpe civil-militar de 1964 instaurou no Brasil uma ditadura que perdurou por mais de duas décadas. Entre os diversos setores afetados por este regime, os meios de comunicação sofreram forte repressão, controle e censura. O jornalismo, enquanto espaço de produção e circulação de informações e ideias, foi severamente limitado em sua função democrática. Durante o regime, diversos jornalistas foram perseguidos, presos, torturados ou exilados por suas atividades. Como descreve a Comissão Nacional da Verdade (2014), “[...] os profissionais da imprensa, especialmente os ligados a oposição, figuram como alvos constantes da repressão militar”.

Apesar da repressão, algumas publicações encontraram maneiras criativas de contornar a censura. Segundo Ana Maria Mauad (2013, p. 30), “[...] a ironia, as entrelinhas e os vazios textuais tornaram-se estratégias de comunicação para veículos que desejam manter algum grau de crítica”. A imprensa alternativa teve papel fundamental nesse contexto, funcionando como espaço de resistência, mesmo sob risco constante.

O impacto da ditadura civil-militar brasileira sobre o jornalismo foi profundo e duradouro. A censura institucionalizada, a perseguição a jornalistas e a coerção aos meios de comunicação críticos comprometeram seriamente a liberdade de imprensa. Entretanto, mesmo em meio a repressão, surgiram formas de resistência e adaptação que mantiveram viva a chamada liberdade de expressão. Compreender esse período é essencial para a valorização da democracia e para a garantia de que os erros do passado não se repitam.

Segundo Jaques Le Goff (2003) nenhum aspecto documental é inocente, sendo necessário adotar condutas para não cair “no discurso da fonte”, é preciso desmontar o documento, analisá-lo criticamente, questioná-lo e por fim constatar sua construção como documento para ser empregado na pesquisa. Neste trabalho, será utilizado como documento principal de pesquisa, o jornal impresso, componente da grande imprensa.

Na esteira de documentos aceitos para as pesquisas historiográficas, a imprensa era vista com desconfiança. Sob um contexto ainda extremamente positivista, influenciado pela história factual, uma parte dos historiadores do século XIX/XX não viam com bons olhos os estudos que utilizavam jornais para pesquisas, pois se considerava uma fonte suspeita. Já a outra parte, o considerava como repositório da verdade (Capelato, 1988). Considerando este cenário, os historiadores que se arriscavam em utilizar o jornal impresso em suas pesquisas possuíam muitas ressalvas para o seu uso.

O método de pesquisa atualmente empregado pelos historiadores ressalta a importância de examinar uma variedade de fontes além dos documentos oficiais convencionais. Agora, há uma investigação não apenas de documentos tradicionais, mas também de novos tipos de objetos, o que tem sido fundamental para o progresso da historiografia, conforme destacado por José de D'Assunção Barros.

Tudo isso e mais o interesse por novos objetos, até então negligenciados pela História tradicional, fez com que a historiografia contemporânea se encaminhasse para necessitar cada vez mais de outros tipos de fontes que não só as tradicionais crônicas e os habituais registros arquivísticos (Barros, 2019, p. 20).

Nesse sentido, o jornal desempenhou um papel significativo como meio de comunicação na vida diária das pessoas na modernidade. Contudo, é importante notar que sua presença física no cotidiano das pessoas diminuiu consideravelmente, mas ainda é de grande importância para os pesquisadores.

Sabendo de sua importância para a vida cotidiana humana, o jornal se torna muito mais do que apenas um mero meio de comunicação. José D'Assunção Barros (2019) refere-se a este instrumento como “meio de comunicação e produto cultural”, isto mostra que a função de um jornal não é apenas informar, mas também um “produto” que reflete os interesses das populações ou interesses políticos e econômicos. No entanto, o jornal, para ser considerado jornal, necessita, segundo Barros (2019), que este tenha uma periodicidade. Ou seja, ele precisa ser publicado dentro de uma frequência, seja ela diariamente, semanalmente, mensalmente, anualmente ou qualquer outra e isto o torna parte do grupo dos periódicos.

O uso do jornal impresso como fonte é relativamente recente, com um percentual crescente de trabalhos que utilizem os jornais e revistas como fontes de pesquisa (Oliveira, 2011). Assim como afirma Tânia Regina de Luca (2008), ainda que existisse uma preocupação em escrever sobre a História da Imprensa, os historiadores ainda relutavam em utilizar esses materiais como objeto de pesquisa.

Até a primeira metade deste século [século XX], os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso, a notícia era concebida como relato fidedigno da verdade. (Capelato, 1988, p. 21).

Diante disto, os historiadores que buscam utilizar os jornais em suas pesquisas precisam se atentar ao todo, ou seja, perceber que o jornal não é apenas um banco de notícias, assim ele poderá questionar o motivo de uma notícia ter sido escolhida para ser

destaque, quais são os interesses por trás de cada matéria que será utilizada, bem como o interesse da empresa jornalística, os espaços propositais, dentre outras questões que ajudam o historiador a entender a conjuntura de determinado período.

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos (Stephanou, 2001, p. 45).

Somente entre as décadas de 1970 e 1980 esta perspectiva negativa sobre a imprensa foi se modificando, sobretudo com a influência da Escola dos Annales. De acordo com Maria Helena Rolim Capelato (2015), a Nova História não exclui a preocupação com a análise das fontes, porém o historiador deixou de ser escravo do documento, mantendo o protocolo de análise, averiguando se o documento de fato é verdadeiro ou não, mas desta vez, atribuindo a mesma importância ao documento falso, levando em consideração como foi produzido e qual foi o motivo.

Este trabalho, no entanto, utiliza o jornal impresso como fonte e tem como objeto principal as reportagens veiculadas pelo *Jornal Pequeno* entre os anos de 1965 a 1970. O recorte temporal determinado nesta produção está ligado ao início da campanha política de José Sarney para governador do Maranhão, em 1965. O ano de 1970 está ligado ao fim do mandato do governador do estado e um ano após a promulgação da Lei de Terras Sarney (1969), a qual intensificou os conflitos agrários no Maranhão.

A escolha do *Jornal Pequeno*, especificamente se justifica pelo seu posicionamento político ao longo da ditadura civil-militar, sendo de oposição junto a outro jornal maranhense de circulação diária, o *Jornal do Povo*. Sabendo de sua posição político e ideológico, esta pesquisa busca investigar o interesse e a voz crítica desse jornal em noticiar ocorrências relacionadas à ditadura civil-militar no Brasil, analisar a campanha política de José Sarney, com ênfase na propaganda do progresso e desenvolvimento, além das relações entre o governo Sarney e a ditadura civil-militar no Maranhão, bem como, identificar notícias sobre casos de expropriação rural, conflitos rurais entre empresas e posseiros, grilagem no interior do Maranhão, dentre outras consequências da Lei de Terras Sarney (1969).

Antes de propor os métodos pelos quais foram analisados os jornais, primeiro deve-se propor a definição desta mídia.

O historiador que opta por usar a imprensa como sua fonte primária necessita compreender como os veículos de comunicação constroem as notícias. Um artigo jornalístico nunca é neutro; ele carrega consigo uma intenção, uma perspectiva, e não é meramente um amontoado de fatos. Portanto, a análise crítica do pesquisador é indispensável. Para Rodrigo Santos de Oliveira (2011) “[...] a interpretação do conteúdo discursivo deve considerar contingências sociais e políticas do momento específico da sua produção e a interpretação individual de quem escreve” (Oliveira, 2011, p.127).

Mas fica ao encargo do historiador interpretar os fatos diversos. Cláudio Elmir aponta que a própria leitura do historiador necessita ser diferente daquela do indivíduo que teve acesso ao jornal no momento em que foi publicado, ou seja, o pesquisador precisa, acima de tudo, evitar o erro de ler o jornal antigo com a mesma tranquilidade com que leria um jornal de hoje. (Oliveira, 2011, p. 128)

O historiador está relegado à cautela de analisar cada notícia, tendo em vista que a imprensa não informa a história. Não basta apenas encontrar notícias referentes ao tema pesquisado e dar-se como satisfeito “Sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas que possibilitem uma leitura mais competente, através da qual se possa desvendar cuidadosamente o que é importante dentro de determinado assunto” (Espig, 1998, p. 274).

Considerando que o uso de jornais como fonte de pesquisa é uma prática relativamente recente, o pesquisador ainda enfrenta diversas dificuldades ao se debruçar sobre esse tipo de material. Neste sentido, serão discutidos aqui alguns desafios específicos que tornam mais complexo o trabalho de investigação, excluindo-se aqueles já mencionados anteriormente ou tratados por outros autores. O foco é a experiência de uma pesquisadora — a minha — trazendo uma perspectiva pessoal sobre os obstáculos enfrentados durante esse processo.

A primeira reação de quem utiliza o jornal como fonte histórica costuma ser a euforia de ter em mãos um autêntico vestígio do passado. No entanto, esse entusiasmo inicial deve ser acompanhado de cautela. O manuseio de jornais — assim como de qualquer outro documento histórico — exige cuidados específicos, como o uso de luvas e máscaras, para garantir tanto a preservação do material quanto a segurança do pesquisador. Muitos desses jornais são frágeis devido à sua antiguidade e, portanto, requerem um tratamento delicado. Além disso, é fundamental lembrar que outros pesquisadores também precisarão acessar esse mesmo acervo no futuro, o que torna a

preservação uma responsabilidade coletiva essencial para a continuidade das investigações históricas.

No meu caso específico, o primeiro impacto foi visual. O jornal de época apresenta uma dinâmica bastante diferente da que estamos acostumados hoje: as letras são menores, as páginas são maiores e há uma grande concentração de informações em espaços reduzidos. Além disso, o uso da língua portuguesa também difere significativamente, variando conforme o período, o tema abordado e o público-alvo do jornal. Esses fatores tornam-se ainda mais evidentes em determinados exemplares e, por vezes, dificultam o andamento ágil da pesquisa.

A pesquisa em periódicos é um processo lento e gradual, que exige atenção minuciosa a cada página e a cada notícia, para que nenhum dado relevante ao estudo passe despercebido. Nesse sentido, o *layout* dos jornais de época pode se mostrar confuso, o que torna a leitura mais demorada e, por vezes, cansativa. Em minha experiência, era comum sentir sonolência durante a análise e, em alguns momentos, acabava me distraindo com a linguagem da época ou com reportagens sobre assaltos e homicídios, que despertavam curiosidade, mas desviavam o foco da investigação principal.

Dentro da biblioteca Benedito Leite existe uma seção destinada ao acervo dos jornais, o qual não pode ser manuseado por quem chega. Os jornais ficam guardados em armários de alumínio, separados por nome, ano e trimestre (alguns jornais são separados por trimestres outros são separados por meses. O *Jornal Pequeno* por exemplo, de 1964 até 1976 são separados por trimestres, ou seja: em 1964 existe um “livro” de reportagens que começa em janeiro e termina em março e desta forma se dividem alguns jornais.).

Ao chegar à biblioteca, é necessário guardar os pertences em um armário na portaria, levando consigo apenas o material essencial para a pesquisa. No acervo, o pesquisador solicita o exemplar relacionado ao seu tema de pesquisa e aguarda enquanto o bibliotecário o localiza. Durante o manuseio, é fundamental redobrar a atenção, pois muitos desses jornais possuem páginas extremamente frágeis, que podem se rasgar com facilidade.

Uma das maiores dificuldades que encontrei durante a pesquisa não está relacionada diretamente ao jornal, mas sim ao funcionamento da própria biblioteca. A limitação de horário é um fator que merece ser repensado, especialmente considerando que muitos pesquisadores precisam conciliar a pesquisa com outras atividades, como

estágio, trabalho ou cursos. A Biblioteca Benedito Leite, em teoria, funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h. No entanto, na prática, a partir das 18h30, algumas funcionárias já começam a encerrar suas atividades, o que reduz ainda mais o tempo disponível. No meu caso, por conta dos estágios obrigatórios do curso de História, geralmente só tinha o horário da noite para pesquisar — entre 18h e 19h. Esse curto período não é insuficiente para analisar com a devida atenção cada matéria de cada edição dos jornais, comprometendo a qualidade e a profundidade da pesquisa.

A limitação do horário de funcionamento foi, sem dúvida, o que mais me preocupou durante a pesquisa. Acredito que, caso a biblioteca funcionasse também nas manhãs de sábado, isso beneficiaria muitos pesquisadores que, como eu, têm dificuldades para se deslocar até lá durante a semana. Apesar dos desafios enfrentados — como a leitura complexa e o tempo exigido pelo manuseio cuidadoso dos jornais —, consegui concluir a pesquisa com êxito. Sinto-me privilegiada por ter tido acesso direto a esses documentos históricos e por ter podido vivenciar essa experiência tão enriquecedora.

Para iniciar esta pesquisa, foi realizada uma análise aprofundada da bibliografia sobre a ditadura civil-militar, incluindo leituras críticas e análises para embasar teoricamente o estudo. Isso permitirá a construção de uma rede de informações abrangente sobre as práticas de repressão durante esse período. Além disso, foram explorados textos que abordam a militarização das questões agrárias no Brasil e especificamente no Maranhão, com foco nas interações entre grupos empresariais, sendo do setor rural ou não, e a atuação dos aparatos repressivos.

Posteriormente, foi realizada pesquisa nos volumes do *Jornal Pequeno*, dentro do recorte temporal de 1965 a 1970, encontrados no arquivo da Biblioteca Benedito Leite, no centro de São Luís. Estes exemplares foram destrinchados na procura de notícias a respeito da ditadura no Maranhão, sobretudo nos processos de repressão desencadeados sobre os camponeses maranhenses localizados no interior do Maranhão.

Após examinar os exemplares do *Jornal Pequeno*, as notícias identificadas foram submetidas a análises qualitativas e, em seguida, quantitativas.

No que diz respeito às notícias do jornal estudado, as análises foram feitas de forma crítica. Tendo em vista que as notícias jornalísticas podem sofrer alterações de acordo com o arcabouço político, econômico e social dos quais os jornais fazem parte, os

historiadores devem estar atentos que cada jornal carrega as particularidades de cada diretor. Desta forma, o jornal como fonte suspeita, merece revisão (Capelato, 1988).

Nesta revisão é levado em conta o “lado” ideológico do *Jornal Pequeno*, o qual não se identifica com partidarismos, se intitulando “Órgão das multidões”. Ao mesmo tempo em que não se identifica com governos, publica reportagens favoráveis à campanha de José Sarney e críticas aos governos de Newton Bello e Vitorino Freire. Além disto, após o eventual apoio a Sarney, as matérias do *Jornal Pequeno* assumem caráter opositor ao governo, se mostrando contrário todas as medidas que José Sarney pusera em prática. Assim, foi possível notar as mudanças que o jornal assumiu conforme os ideais de seu dono. Assim, “não existe a história, mas as histórias, trata-se da história de tal fragmento do real e não mais da história do real.” (Dosse, 1992, p. 181).

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: a primeira seção é de caráter introdutório, na qual são discutidos os principais conceitos relacionados à ditadura de 1964, com destaque para as diferentes interpretações existentes e a definição adotada nesta pesquisa. Em seguida, realiza-se a contextualização do jornal que servirá de base para o estudo, o *Jornal Pequeno*, abordando o teor das notícias veiculadas durante o governo Sarney, inserido no contexto de regime militar. Posteriormente, são apresentadas as dificuldades enfrentadas pelos jornais impressos durante a ditadura civil-militar.

A segunda seção aborda os fatores que moldaram a política maranhense no período de ruptura com o vitorinismo e de aliança com o sarneísmo, destacando o embate entre essas duas oligarquias e o panorama político anterior a 1965. Posteriormente, é analisada a farsa do Maranhão Novo, com a exposição dos prós e contras de um governo que se sustentava em promessas de progresso não cumpridas. Por fim, examina-se a política de José Sarney sob a ótica do *Jornal Pequeno*, veículo que construiu uma crítica contundente ao governo e à propaganda do Maranhão Novo promovida por Sarney.

A terceira seção concentra-se na importância das lideranças populares na resistência à repressão sofrida pelos camponeses, intensificada durante a ditadura civil-militar e agravada com a promulgação da Lei de Terras, em 1969. Em seguida, discute-se o fenômeno da grilagem no Maranhão e os impactos dessa legislação, que favoreceu a expulsão e a expropriação de terras dos camponeses para dar lugar à instalação de empresas agrícolas. Essas empresas, muitas vezes estrangeiras, utilizavam mão de obra barata local, sob a justificativa de promover o desenvolvimento econômico do estado, em

contraste com a retórica que marginalizava os trabalhadores rurais. Por fim, analisa-se o encerramento do governo de José Sarney no Maranhão, explorando suas causas, desdobramentos e a forma como o *Jornal Pequeno* noticiou esse acontecimento.

IMPRENSA E AUTORITARISMO: A PERSISTÊNCIA DOS JORNAIS IMPRESSOS EM TEMPO DE DITADURA CIVIL-MILITAR

A relação entre imprensa e o autoritarismo no Brasil durante o regime civil-militar (1964-1988)¹ foi marcado por intensas contradições. Se, por um lado, muitos veículos de comunicação se alinharam com os interesses do regime e contribuíram para a legitimação da repressão e especialmente do discurso de segurança nacional, por outro lado, alguns jornais impressos, especialmente de circulação regional e popular, mantiveram uma postura crítica e dissonante, desafiando os mecanismos de censura e controle impostos pelo Estado. Em um cenário de vigilância institucionalizada e intimidação sistemática, a simples persistência de vozes dissidentes no jornalismo representava um ato de resistência e reafirmação do direito a informação.

A ditadura brasileira adotou estratégias sofisticadas de controle da imprensa, combinando censura prévia, intervenções administrativas, pressões econômicas e violência direta contra jornalistas. No entanto, mesmo nesse contexto, setores da imprensa continuaram a noticiar violações de direitos, abusos de poder e demandas populares silenciadas pelos grandes meios de comunicação. Ainda assim, publicações impressas de menor escala, como o *Jornal Pequeno*, no Maranhão, desempenharam papel fundamental na articulação de discursos alternativos, muitas vezes expondo práticas autoritárias e dando visibilidade a lutas sociais silenciadas.

Essa seção analisa o papel desempenhado pela imprensa escrita em meio ao autoritarismo, com ênfase nas estratégias de sobrevivência, resistência simbólica e denuncia empregadas por jornais que ousam se contrapor a lógica dominante do período.

1.1 Entre o golpe e a narrativa: um aprofundamento teórico sobre a ditadura civil-militar

A pesquisa histórica do tempo presente contém muitas especificidades. Ao contrário do que se deduz, a pesquisa em temas recentes é tão desafiadora quanto pesquisas em temas da antiguidade, por exemplo. Imagina-se que estudos antigos tendem a ser mais complexos devido à dificuldade de acesso às fontes ou grandes pesquisas pioneiras,

¹ Utilizo a perspectiva adotada por Carlos Fico, na qual argumenta que o fim da ditadura civil-militar não se deu com a eleição direta de Tancredo Neves em 1985, mas apenas com a promulgação da Constituição de 1988, que marcou a restauração plena da ordem democrática. Para maiores aprofundamentos, consultar: FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

porém, no cenário político em que o Brasil se inseriu durante o período ditatorial, embora recente, existem muitas dificuldades de acesso, de encontrar fontes palpáveis e precisas.

No que diz respeito à pesquisa levantada sobre o período ditatorial no Brasil, as inconstâncias em marcos relevantes e informações imprecisas levam o historiador a constatar informações à medida em que a pesquisa avança. Neste sentido, a pesquisa histórica, em qualquer área específica que seja, passa por muitas etapas até chegar ao seu resultado final. Neste sentido, a presente seção busca situar teoricamente a situação do Brasil entre os anos da ditadura, apresentando diferentes noções dos autores sobre os âmbitos políticos e sociais do país.

A disputa terminológica não é meramente semântica, mas envolve diferentes interpretações sobre a natureza do regime, seus agentes e seus objetivos. Termos como "ditadura militar", "regime militar", "governo autoritário" e "ditadura civil-militar" coexistem na literatura e refletem abordagens distintas.

A historiografia brasileira sobre a ditadura civil-militar tem se caracterizado por diferentes interpretações que buscam entender a complexidade do regime instaurado em 1964. Carlos Fico oferece uma visão crítica e detalhada das práticas institucionais e sociais que sustentaram o período.

Para Fico, o golpe militar foi inicialmente impulsionado por forças militares. O historiador posteriormente passa a reconhecer a centralidade do apoio civil, afirmando que,

Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar - em duas palavras: de uma ditadura militar. O protagonismo dos militares foi inequívoco, tanto na condução do golpe como na configuração institucional que se seguiu. Ainda que setores civis tenham colaborado com o movimento, a centralidade da autoridade militar na definição dos rumos do país foi a característica dominante do período que se iniciou em 1964.” (Fico, 2004, p. 31).

O termo “civil-militar” passou a ser problematizado por Fico, indicando que o termo deveria ser utilizado de forma cuidadosa, pois embora civis tenham apoiado a deposição de João Goulart, a estrutura institucional criada posteriormente foi eminentemente militar. A participação empresarial, de setores da Igreja e da imprensa, contudo, é reconhecida como fundamental para o sucesso e consolidação do golpe. Ainda segundo o autor, a compreensão do golpe deve passar por uma análise crítica da Guerra Fria e da ideologia de segurança nacional que orientava os militares.

A ideologia de segurança nacional se transformou, durante a ditadura militar, em um verdadeiro instrumento de coerção simbólica, pois fornecia uma explicação plausível para a repressão política e o autoritarismo, ao mesmo tempo em que legitimava o controle social exercido pelos militares. Tal doutrina fazia crer que o Brasil estava sob constante ameaça de subversão, e, portanto, a repressão era não apenas aceitável, mas necessária à preservação da ordem e da soberania. Assim, a própria ideia de democracia foi distorcida, sendo concebida como algo subordinado aos interesses da segurança do Estado, o que, na prática, justificava a suspensão de direitos e a eliminação dos opositores.” (Fico, 2008, p. 47)

A análise de Fico refuta a ideia de que o golpe foi apenas uma “revolução redentora” contra o comunismo. Ao contrário, demonstra que havia pluralidade de forças apoiando o golpe, mas que o controle político e institucional se concentrou nas mãos dos militares. Ele destaca o papel do empresariado, da imprensa e da Igreja como coadjuvantes do processo, sem, contudo, relativizar a responsabilidade central das Forças Armadas.

Marco Antonio Villa (2014), por outro lado, argumenta que o regime instaurado em 1964 foi uma resposta necessária ao que ele considera a “desordem política” do governo Goulart. Em sua obra *Ditadura à brasileira* (2014), Villa defende que o período foi autoritário, porém não se enquadra plenamente como uma ditadura clássica. Ele coloca:

Não se tratou de uma ditadura nos moldes tradicionais. O regime militar brasileiro teve especificidades, como a permanência de instituições civis e a convivência com uma oposição tolerada. Havia eleições, embora controladas, funcionamento parcial do Congresso Nacional e um Judiciário em atividade. Essa configuração permitiu a construção de uma fachada de normalidade institucional, ainda que os mecanismos de repressão política e censura atuassem de maneira intensa nos bastidores. Essa combinação tornou o regime brasileiro singular em relação a outras ditaduras latino-americanas da época.” (Villa, 2014, p. 18)

A divergência entre os autores revela dois paradigmas interpretativos: Fico considera o golpe uma violência institucional que rompeu com a legalidade democrática, enquanto Villa enxerga uma solução de ordem para um momento de instabilidade.

Maria Helena Moreira Alves (1984), cientista política que aborda o regime militar em seu livro chamado *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Nele, a autora argumenta que o regime militar foi mais que uma simples resposta a ameaça comunista, ele representou um projeto de reestruturação social, política e econômica, baseado na eliminação de qualquer forma de oposição.

A repressão tornou-se parte fundamental da reorganização do Restado, não apenas como meio de controle físico da população, mas também como um instrumento pedagógico, destinado a inculcar o medo e desarticular as formas de organização da sociedade civil. [...] Esse aparato repressivo era permanente,

institucionalizado, e operava com base em uma lógica de guerra contra o inimigo interno, em que todo o pensamento crítico ou dissidente era enquadrado como subversão. (Alves, 1984, p. 93)

Para Alves (1984), o regime militar representou uma “ditadura civil-militar empresarial”, isto é, uma articulação direta entre os interesses do capital – sobretudo internacional – e o aparato repressivo do Estado. Sua análise está enraizada na teoria da dependência e na crítica à modernização conservadora, concebendo o regime como uma forma de bloqueio ao avanço das forças populares.

René Dreifuss (1981), por sua vez, em *1964: a conquista do Estado*, se propõe a compreender os mecanismos que levaram à implementação do golpe e à construção de um novo bloco de poder² no Brasil. Diferentemente de Maria Alves, sua análise não parte apenas da repressão, mas da forma como os setores das elites econômicas e técnicas prepararam, ao longo de anos, um projeto de poder para tomar e controlar o Estado.

O golpe de 1964 não foi um simples levante militar nem uma resposta a um caos iminente. Foi a culminância de um projeto racionalmente concebido por uma elite político-econômica que articulou overdade poder empresarial, as Forças Armadas, os órgãos de informação e setores civis. [...] Essa aliança construiu o que denominamos de bloco de poder tecnocrático-militar, cujos quadros – muitos formados em escolas norte-americanas – assumiram o controle dos principais aparelhos do Estado com o objetivo de impor uma nova ordem, baseada na modernização capitalista autoritária” (Dreifuss, 1981, p. 40-41).

Dreifuss propõe o conceito de “conquista do Estado” para descrever esse processo de tomada metódica do poder por parte das elites, destacando o papel do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) como organizadores ideológicos e financeiros do golpe. Ao contrário da abordagem que vê o golpe como uma ruptura, ele o entende como uma transição planejada pelas classes dominantes.

Embora ambos os autores compartilhem o entendimento de que o regime militar foi antidemocrático e articulado com interesses empresariais, suas ênfases analíticas diferem. Maria Helena Alves dá destaque à repressão como forma de controle da sociedade civil e supressão da política, enquanto René Dreifuss está interessado na

² O termo "bloco de poder", conforme analisado por René Armand Dreifuss em sua obra *1964: a conquista do Estado*, refere-se à articulação entre setores das Forças Armadas, empresários nacionais e internacionais, tecnocratas e parte da elite política e civil, que se uniram para consolidar um projeto autoritário e tecnocrático no Brasil. Segundo o autor, tratava-se de uma coalizão hegemônica que visava à modernização conservadora do Estado e da economia, excluindo a participação popular e reprimindo movimentos sociais. Essa aliança desempenhou papel central na preparação e execução do golpe de 1964. Para maiores aprofundamentos, consultar: DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

engenharia política que tornou essa repressão possível, nos bastidores da construção do poder.

Essa diferença é ainda mais evidente na concepção do papel da elite. Para Maria Alves, trata-se de uma elite dependente, subordinada ao capital internacional e interessada apenas em manter seus privilégios através da repressão. Já René Dreifuss, apesar de também enxergar essa classe como aliada do capital internacional, atribui-lhe uma capacidade articuladora e estratégica, afirmando:

O bloco de poder que se instalou no Brasil após 1964 não foi apenas repressor; foi sobretudo construtor de uma nova racionalidade de poder. Sua lógica estava na eficiência administrativa, na racionalização do capital e na centralização das decisões. [...] A repressão era funcional a esse projeto, mas não o esgotava. Havia uma visão de mundo tecnocrática, que via o desenvolvimento como um fim em si, mesmo à custa da democracia (Dreifuss, 1981, p. 218).

Já Maria Alves insiste que a violência era o próprio centro do projeto.

A ditadura instituiu o medo como norma. O projeto de segurança nacional era construído sobre a naturalização da tortura, do desaparecimento forçado e da censura. O objetivo era reconfigurar não apenas as instituições, mas também as subjetividades, de forma a eliminar qualquer desejo de transformação social (Alves, 1984, p. 127).

Embora ambos compartilhem uma visão crítica sobre o golpe e o regime que se seguiu, suas abordagens se distinguem na ênfase analítica: enquanto Alves enfatiza a repressão como pilar central do Estado autoritário, Dreifuss dirige seu olhar à estrutura de poder e à construção de uma hegemonia burguesa tecnocrática.

Outro autor que merece destaque nesta discussão é Daniel Aarão Reis. Uma das principais contribuições de Reis é a insistência na expressão “ditadura civil-militar” para designar o regime instaurado em 1964. Para o autor, o uso dessa expressão é fundamental para explicar a colaboração de setores civis com os militares.

O regime não foi obra exclusiva dos militares. Grandes empresários, setores da imprensa, do Judiciário, do Congresso e da sociedade civil deram apoio ativo à repressão e ao autoritarismo. A sustentação do regime se fez por meio de alianças complexas entre elites econômicas e políticas, que viam na ordem imposta pelos militares uma garantia contra as transformações sociais propostas por setores populares. Ao contrário de uma ruptura abrupta protagonizada apenas por militares, o golpe de 1964 e o regime subsequente contaram com a adesão e participação entusiástica de segmentos significativos da sociedade brasileira.” (Reis, 2014, p. 28)

Em *Ditadura e democracia no Brasil contemporâneo* (2014), Aarão Reis mostra que a construção e a manutenção do regime envolveram alianças amplas. Ele critica o que chama de “militarocentismo”, ou seja, a tendência de responsabilizar exclusivamente os

militares pelo golpe e pela repressão: “Apontar apenas os militares é uma forma de desresponsabilizar elites civis que lucram com o regime e, muitas vezes, ainda estão no poder” (Reis, 2010, p. 66).

Rodrigo Patto Sá Motta, por sua vez, embora reconheça a importância dos civis no apoio ao regime, defende uma terminologia mais prudente. Em sua obra *Em guarda contra o perigo vermelho* (2002), ele afirma:

É necessário reconhecer a colaboração civil, mas isso não significa diluir a responsabilidade primária dos militares, que conduziram e controlaram o aparelho repressivo e decisório. Apesar do envolvimento de empresários, parlamentares, juristas, intelectuais e outros setores civis, a autoridade máxima permaneceu nas mãos dos comandos militares, que coordenara a repressão política, a censura e a estrutura institucional autoritária. O reconhecimento das múltiplas colaborações civis não pode servir como justificativa para relativizar o papel central das Forças Armadas na ditadura brasileira.” (Motta, 2002, p. 213)

Assim, Motta prefere o termo “ditadura militar com apoio civil” ou mesmo “regime militar” para enfatizar o protagonismo das Forças Armadas.

Já o historiador Jorge Ferreira (2006), aborda esta questão de forma distinta. Embora reconheça o autoritarismo do regime, assim como Marco Antonio Villa, busca contextualizar a ditadura como resposta à instabilidade política e social do período. Em *A democracia e os anjos: os dilemas da democracia brasileira* (2006), Ferreira argumenta:

É necessário compreender o golpe de 1964 também como produto das tensões da sociedade civil. A democracia vinha sendo corroída por forças de direita e de esquerda, e os militares foram chamados a intervir. As disputas políticas se acirraram a tal ponto que setores conservadores da sociedade civil, temendo transformações sociais profundas, passaram a ver nas Forças Armadas a única alternativa viável para restaurar a ‘ordem’. Ao mesmo tempo, movimentos sociais e partidos de esquerda radicalizavam suas agendas, contribuindo para o clima de instabilidade institucional. Assim, o golpe não pode ser analisado apenas como uma ação autônoma dos militares, mas como expressão de uma crise mais ampla que envolvia diferentes camadas da sociedade brasileira.” (Ferreira, 2006, p. 87)

Outros historiadores, como Hélio Silva (1976), adotaram em obras anteriores uma terminologia mais neutra, referindo-se ao período como “governo revolucionário” ou “regime de exceção”, o que reflete o contexto de produção desses trabalhos, muitos dos quais ainda sob censura ou sob influência da memória oficial do regime.

Mais recentemente, historiadores como Pedro Campos (2014) e Renan Quinalha (2018), com base no trabalho de Dreifuss (1981), passaram a utilizar o termo “ditadura empresarial-civil-militar” para acentuar o protagonismo do empresariado na sustentação

econômica e ideológica do regime. Pedro Campos, em sua obra *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar* (2014), demonstra como grandes empresas se beneficiaram diretamente da repressão e financiaram atividades ligadas ao aparato de segurança.

O apoio do empresariado não foi passivo. Muitos setores financiaram diretamente o DOI-CODI e outras estruturas repressivas, e participaram de forma ativa na formulação de políticas econômicas e no controle da classe trabalhadora. Essa aliança entre empresários e militares resultou em um modelo autoritário de desenvolvimento, baseado na repressão aos movimentos sindicais e na limitação de direitos trabalhistas. Grandes grupos empresariais não apenas legitimaram o regime, mas também lucraram com contratos estatais, isenções fiscais e com a repressão aos trabalhadores, que visava garantir estabilidade para os investimentos e conter reivindicações sociais.” (Campos, 2014, p. 45)

Renan Quinalha (2018) reforça essa interpretação ao apontar a cumplicidade e o envolvimento direto de empresas com práticas como delações, listas de subversivos e perseguições a trabalhadores, de forma que,

A ditadura no Brasil foi também empresarial. Empresas forneceram dados, promoveram demissões e colaboraram com a repressão como parte de um pacto contra a organização operária e sindical. Esse conluio entre capital e aparato estatal se deu de maneira sistemática, com participação ativa de grandes corporações nacionais e multinacionais, que viam na repressão política uma forma de conter greves, enfraquecer lideranças trabalhistas e garantir um ambiente favorável à ampliação de seus lucros. A repressão ao mundo do trabalho foi uma das faces mais duras do regime, sustentada por interesses econômicos que se beneficiaram da supressão das liberdades civis e da brutal perseguição aos trabalhadores organizados" (Quinalha, 2018, p. 91).

Portanto, o uso do termo “ditadura empresarial-civil-militar” busca dar visibilidade a essa tríade de sustentação do regime, enfatizando que o autoritarismo não foi apenas um projeto militar, mas contou com ampla adesão de elites civis e empresariais. Essa perspectiva é fundamental para uma análise mais ampla e estrutural do autoritarismo no Brasil.

No entanto, a nomenclatura utilizada neste trabalho é a de ditadura civil-militar, pois tem-se a noção de que os setores não militares que participaram e contribuíram para a instalação da ditadura no Brasil, se encaixam no termo “civil”. Esta nomenclatura é compartilhada por autores como Edson Teles (2014) e Paulo Arantes (2004), que também enfatizam a aliança entre civis e militares e a continuidade de práticas autoritárias no período pós-ditadura.

1.2 Entre linhas e censuras: a resistência dos jornais impressos sob o regime militar

A ditadura civil-militar (1964 – 1988) interferiu em muitas áreas da vida pública e privada dos brasileiros. Em um período repressivo, onde tudo precisava passar pelo crivo do governo militar que se instaurou no poder através de um golpe, nada passava despercebido, até mesmo matérias jornalísticas. Dito isto, é fato que a ditadura civil-militar viu nos jornais uma força política, capaz de influenciar, segundo Barros (2019), nos rumos do país ou cidade em que este se insere.

O caráter político dos jornais passa a se intensificar durante a Era Vargas (1930 – 1945). A partir de 1940, as empresas jornalistas passam a utilizar os jornais como meio de expor suas ideias políticas e sociais. Com este novo viés, os donos de empresas jornalísticas, visando também seu poder econômico, levantavam bandeiras partidárias. Assim, se torna impossível de ser ignorado o fato de que a imprensa possui e possuiu interesses diversos e saber quais são eles, é de grande importância para se conhecer o período estudado, no caso desta pesquisa, o período ditatorial brasileiro iniciado em 1964.

No entanto, a ditadura civil-militar conseguiu virar este cenário de interesses jornalísticos de cabeça para baixo. Visto que durante o governo de João Goulart (1961 – 1964) estava havendo uma movimentação para tirá-lo do poder. Os jornais contrários a seu governo, periodicamente traziam notícias para enfraquecer seu governo e apoiavam abertamente o golpe, que de acordo com golpistas, seria responsável por afastar os comunistas e trazer de volta a tão sonhada liberdade e democracia a política brasileira.

Para formar um panorama dos principais jornais que foram a favor e contra a “Revolução de 1964”³, segue o quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Panorama dos jornais (Brasil)

JORNAIS APOIADORES	JORNAIS OPOSITORES
<i>Jornal O Estado de São Paulo</i>	<i>Correio da Manhã</i>
<i>Jornal do Brasil</i>	<i>Última hora</i>
<i>Jornal Folha de São Paulo</i>	
<i>O Globo</i>	

Fonte: Motta (2013, p. 67)

³ Termo frequentemente utilizado pelo historiador Hélio Silva, o qual se referia ao golpe de 1964 como “**Revolução de 1964**”, um termo que era também adotado oficialmente pelo regime militar. Apesar de não necessariamente endossar o discurso dos militares, Silva adota este termo em consonância com a narrativa da época e, por vezes, reflete uma interpretação mais conciliadora sobre os eventos de 1964. **SILVA, Hélio. 1964: Golpe ou Contragolpe?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Examinando o quadro acima, é evidente que há uma quantidade significativamente maior de jornais de abrangência nacional que apoiaram o golpe de 1964, divulgando notícias que associavam Jango ao comunismo e o culpavam por ações contrárias à segurança pública e à constituição. Em contrapartida, o número de jornais que se opuseram ao golpe é consideravelmente menor em comparação com aqueles que o apoiaram.

Durante o período ditatorial no Maranhão, aproximadamente sete jornais estavam em circulação. Assim como os jornais de alcance nacional, os periódicos maranhenses também mostravam tendências, evidenciando suas posições por meio de suas reportagens. O quadro a seguir apresenta essas informações:

Quadro 2: Panorama dos jornais (Maranhão)

JORNAIS APOIADORES	JORNAIS OPOSITORES
<i>O Jornal do Dia</i>	<i>Jornal do Povo</i>
<i>O Imparcial</i>	<i>Jornal Pequeno</i>
<i>Correio do Nordeste</i>	
<i>Jornal do Maranhão</i>	
<i>Diário da Manhã</i>	

Fonte: Cunha (2018, p. 02)

No quadro acima, é notório mais uma vez a diferença significativa entre a quantidade de jornais que apoiaram e os que se opuseram ao golpe de 1964, com apenas dois jornais novamente posicionados contra o golpe.

Entretanto, ao decorrer do regime ditatorial, estes jornais não permaneceram estáticos, um elemento, dentre tantos outros, fez com que o cenário mudasse: a censura. De acordo com Marco Antônio Gehlen e Allana Ferreira Guimarães (2017), existiram pelo menos três formas de censura aos periódicos, são elas: a censura prévia, censura por meio de bilhetinhos e a autocensura.

O sistema de censura prévia, estabelecido por decreto, exigia que as matérias dos jornais passassem por uma inspeção por censores antes de serem publicadas. Os censores decidiam se as matérias podiam ser publicadas sem alterações, modificadas ou se não poderiam ser publicadas. Em situações em que não havia censores nas redações dos jornais, os jornalistas precisavam enviar suas matérias previamente a Brasília para serem examinadas.

Na prática, geralmente os censores viam todo o material que estava sendo preparado para a publicação no local em que ela era produzida e liberavam, vetavam ou liberavam com restrições os textos, imagens ou fotos examinadas, a partir das instruções regulares emanadas pela Polícia Federal. (Romancini, 2007, p. 129)

As matérias deveriam ser vistas quantas vezes fossem necessárias, desta forma os jornalistas precisavam remodelar suas matérias e reencaminhar aos censores até que houvesse a liberação da publicação. Era um trabalho cansativo e demandava tempo e esforço dos jornalistas. Ferreira (2007) ressalta a crueldade dos sistemas de censura e repressão implementados durante a ditadura civil-militar:

A tortura física e psicológica, em métodos de puro barbarismo, era uma constante. Não havia privacidade de domicílio nem segredo de correspondência. Escutas telefônicas eram utilizadas sem qualquer consentimento judicial. A liberdade de imprensa deixou de existir, pela censura prévia a todos os meios de comunicação. (Ferreira, 2007, p. 40)

O novo regime não reconhecia limites para sua interferência; sempre que encontrava uma barreira, desenvolvia um novo método para manter a repressão. Um desses mecanismos foi conhecido como "bilhetinhos". Esses bilhetes eram utilizados em redações onde não havia censores para revisar as matérias jornalísticas.

Os bilhetinhos tinham como objetivo manter a censura de forma indireta. Eles consistiam em notas entregues nas redações dos jornais, contendo proibições e recomendações que os jornais deveriam seguir. Caso contrário, poderiam sofrer punições. Esses bilhetes eram entregues por policiais de patentes mais baixas, e as redações precisavam fazer cópias dos bilhetes como precaução, para os militares terem um álibi no caso de serem acusados de impor censura no futuro, pois não haveria evidência concreta da ação. Esses detalhes são relatados ainda por Romancini (2007).

O texto com a proibição costumava ser levado às redações de jornais e outros meios de comunicação por um policial de nível inferior, que mostrava o bilhete e aguardava que ele fosse copiado. Depois, o jornalista tinha que assinar um documento que comprovava a ele a ciência da censura. O policial ia embora com o original da proibição, e assim, provas documentais da censura não ficavam nas empresas. Apesar dessa ação planejada em acabar com as provas da "censura por bilhetinhos, alguns jornais conseguiram guardar os bilhetes, alguns em papel timbrado outros apenas com as exigências (Romancini, 2007, p. 129)

Se as normas dos bilhetinhos fossem desrespeitadas, os jornalistas corriam o risco de enfrentar punições severas por parte das forças militares. Nesse clima de tensão, em que o medo de serem presos, sequestrados, torturados, desaparecerem ou até mesmo mortos era constante, os jornalistas viviam em estado de paranoia e começavam a se

autocensurar, evitando a necessidade de alterar suas matérias repetidamente ou evitar punições.

É evidente que a censura teve um impacto não apenas na liberdade de expressão, mas principalmente no aspecto psicológico das pessoas. O medo instalado entre os jornalistas levou a mudanças nas posturas em relação ao novo governo, levando alguns jornais que antes apoiavam o golpe a se voltarem contra ele, utilizando métodos mais sutis para resistir a esse período.

Antecipando-se a essas represálias, imprevisíveis, tentando adivinhar as idiossincrasias do sistema, jornalistas, editores e donos de jornais esmeravam-se na autocensura, no controle antecipado e voluntário das informações. A censura deixava de ser apenas uma imposição externa e passava a ser incorporada pelos próprios agentes da imprensa, que aprendiam a se calar antes mesmo de serem silenciados. Esse comportamento se tornou um mecanismo perverso de adaptação ao autoritarismo, criando um ambiente em que a omissão e o conformismo predominavam. A autocensura, nesse contexto, funcionava como uma engrenagem eficiente da máquina repressiva.” (Kucinski, 2002, p. 526)

Durante a ditadura civil-militar, a censura se tornou uma presença constante e rotineira na vida das pessoas. Conforme Fico (2001) observa, a censura passou a ser vista como uma parte normal do trabalho jornalístico, enquanto a autocensura também era praticada diariamente, atendendo às exigências dos militares.

1.3 Do lado do povo: a trajetória do *Jornal Pequeno* na imprensa maranhense

O *Jornal Pequeno* surgiu a partir de um conflito. Seu fundador, José Ribamar Bogéa prestava serviço ao jornal *O Globo*, onde começou sua carreira jornalística no final da década de 1930. No entanto, algum tempo mais tarde os jornais *O Globo* e *O Imparcial* foram vendidos para a rede de comunicação Diários Associados e, neste novo ambiente, Bogéa passou a ser responsável pelas colunas esportivas de ambos os jornais (Souza, 2016).

Trabalhando neste novo formato, Bogéa não podia expressar suas fortes opiniões a respeito dos jogos. Segundo Leina Fernanda de Oliveira Souza (2016), em uma de suas colunas esportivas, José Ribamar Bogéa fez duras críticas à arbitragem do jogo entre o time maranhense Moto Club e o time carioca Fluminense. A direção jornalística não viu com bons olhos a crítica feita pelo jornalista, levando ao diretor do grupo, José Pires Sabóia, se negar a publicar tal matéria, gerando um conflito que resultou no pedido de demissão de José Ribamar Bogéa. A partir desse momento um novo jornal é gestado e dentro de alguns meses começa a circular em São Luís.

Inicialmente o novo jornal foi chamado de *O Esporte*. Com seu próprio jornal, Bogéa poderia publicar matérias criticando a postura de árbitros, jogadores e técnicos. Por ser o dono, ele tinha total liberdade de escrever e publicar o que quisesse. No entanto, seu conteúdo era em parte limitado, como o próprio nome sugere, foi um jornal voltado para assuntos esportivos.

O jornal *O Esporte* era um periódico de pequeno porte. A princípio foi um jornal de circulação semanal e possuía um tamanho reduzido, que contava com quatro páginas apenas. Além disso, era impresso em uma gráfica alugada. Com o passar do tempo, este periódico foi passando por modificações. Em 1951, já com o maquinário necessário para inserir paginação, novos tipos de caligrafia e até aumentar o tamanho das folhas do jornal, Bogéa sentiu necessidade de incorporar novos temas ao periódico, como noticiários gerais de acontecimentos da cidade. O nome também foi modificado, passando a ser *Jornal Pequeno: O Esporte*. Em 29 de maio de 1951 o periódico passou a se intitular apenas como “*Jornal Pequeno*”.

Já com o novo nome e com uma popularidade razoável, o jornal continuava a ser operado em uma gráfica alugada e contava com funcionários que, em sua maioria, não eram jornalistas de formação. A verdade é que Bogeia se limitava a aproveitar quem estava precisando de emprego e muitos dos colaboradores construíram carreira no próprio jornal, em seu dia a dia de produção.

Muitos deles eram colaboradores semi (profissionais que apresentaram a desenvolver suas habilidades no próprio dia a dia da redação. A faculdade desses jornalistas era, não raro, o próprio jornal.

As gerações de jornalistas dos anos de 1960 a 1970, de certa forma, ainda estavam ligadas às práticas de fazer jornal herdeiras das décadas anteriores, em que as atividades nos jornais de São Luís, assim como no Brasil de um modo geral, eram muitas vezes realizadas por pessoas sem formação Universitária em Comunicação. (Souza, 2016, p. 76).

Na tentativa de manter o jornal em circulação, muitas vezes se recorria a colaboradores gratuitos, isto diminuía os custos salariais e consequentemente diminuía os gastos. Segundo Souza (2016), esta prática era importante para este periódico, porque costumava funcionar de forma improvisada, utilizando toda mão de obra possível na redação. Em algumas entrevistas colhidas pela pesquisadora Leina Fernanda de Oliveira de Souza (2016), há relatos de jornalistas que trabalharam no matutino, de que até os filhos de José Ribamar Bogeia chegaram a participar das confecções de algumas colunas. A filha mais nova do jornalista, ainda criança, com oito anos de idade, era responsável

pela “Página da Criança”, que mais tarde se transformou em “Página da Juventude”, que acompanhou o crescimento dela. O filho mais velho, ainda adolescente, também exercia funções na redação, ocupando o lugar de secretário de redação, quando o dono deste posto faltava. José Boguea não ficava atrás, era a pessoa que substituíia todos os postos quando alguém faltava.

Outro ponto era a precarização das máquinas e dos materiais que o jornal utilizava. Diferente dos outros jornais que circulavam em São Luís, o *Jornal Pequeno* continuava a ser produzido de forma manual. Seu parque gráfico demorou a ser modernizado, sendo operado por máquinas antigas e que muitas vezes funcionavam a óleo. Devido a este problema, as reportagens de esporte e noticiário geral disputavam espaço nas quatro páginas do jornal.

Ao contrário dos outros jornais, o *Jornal Pequeno* não possuía apoio político, se mantendo apenas da venda avulsa dos exemplares, este fator pode ter sido um dos motivos para a demora da modernização do periódico. Só em 1960 que o jornal mudou para um estabelecimento próprio e passou a contar com uma máquina de impressão de linotipos, o que agilizava o processo de produção dos jornais. Porém, foi só em 1995 que o parque gráfico do *Jornal Pequeno* foi renovado por completo, sendo substituídas as máquinas de linotipos e tipos móveis por computadores e impressoras modernas. Levando em consideração que estes aparelhos eram novidades para a época e consequentemente caras, podemos compreender a demora de modernização de um matutino que não possuía recursos de outros setores, apenas de sua venda através de sua popularidade.

O processo de modernização do *Jornal Pequeno* foi lento e gradual, em relação ao restante dos periódicos que compunham a imprensa brasileira nas décadas de 1970 a 1990. A introdução de novos meios de produção dos jornais desde os anos de 1970 teve como precursor o jornal *O Imparcial*, que em meados da década trocou todo o seu maquinário pelo “sistema offset” e composição a frio, o que trazia um visual mais moderno aos periódicos. Outro jornal que iniciou sua carreira já com máquinas modernas foi o jornal *O Estado do Maranhão*, que contava com as mesmas inovações do jornal *O Imparcial* e a mesma dos principais jornais do Brasil. O periódico *O Estado do Maranhão* já iniciou sua vida no topo, não ironicamente, seu dono era ninguém mais e ninguém menos que José Sarney.

O primeiro ponto a se destacar a respeito desta modernização dos jornais é: o poder aquisitivo dos grupos donos dos jornais que puderam se modernizar nas décadas de 1970 a 1980, a exemplo disto estão os jornais *O Imparcial*, *O Globo*, *O Estado do Maranhão* e outros jornais ligados à rede de comunicação Diários Associados. O segundo ponto é que José Ribamar Boguea relutava em mudar sua forma tradicional de fazer jornal, levando a produção do matutino a ser realizada por muito tempo por linotipos e tipos móveis. Só em 1980, por muita insistência dos filhos, Boguea passou a modificar seu material de produção. (Souza, 2016). O terceiro ponto está ligado ao impacto que estas mudanças teriam no valor do jornal. Tendo em vista que o matutino era direcionado às classes mais baixas da sociedade, o valor mais elevado devido às modernizações, poderia diminuir a frequência de vendas diárias. Esta era uma preocupação para Boguea, pois o preço acessível do periódico e sua linguagem divertidamente crítica eram os fatores principais para o sucesso de vendas.

Era comum encontrar no *Jornal Pequeno* reportagens com fotografias sensíveis e chamadas exageradas, com composições que não eram padronizadas, estes fatores chamavam a atenção do público e permitia o entendimento dos acontecimentos do estado, seja crimes ou assuntos mais complexos, como a política. Por mais que o jornal tivesse essa imagem de retrógrado e desorganizado, ainda se mantinha próximo à população, se utilizando de palavreado popular e preços acessíveis, possibilitando que estas pessoas não fossem excluídas do dia a dia da cidade e do estado. Além disto, os temas escolhidos eram colocados de formas desordenadas nas páginas dos jornais, no entanto, eram destacados de acordo com os interesses dos redatores.

O aumento das páginas também foi um fator que preocupou, pois com o aumento das páginas, consequentemente haveria aumento no valor do jornal. Neste sentido, em pesquisa feita nos exemplares dos anos de 1964 a 1979, foram percebidos quantidades e valores distintos para cada jornal, por exemplo: havia o jornal de seis páginas, que custava em 1970 Ncr\$ 0,20, mas em 1971 aumentou para Ncr\$ 0,30, já o de oito páginas, inicialmente custava Ncr\$ 0,30, mas em 1978 passou a custar Ncr\$ 3,0. Por mais este motivo Boguea relutava em mudar suas formas tradicionais de fazer jornal em São Luís. (Souza, 2016).

Dos temas esportivos aos temas criminais. Apesar de ainda serem encontradas diversas notícias relacionadas ao mundo do esporte, principalmente futebol maranhense e brasileiro, este espaço foi sendo preenchido pelos assuntos policiais, tais como

acontecimentos na cidade, como assaltos, crimes de homicídio, feminicídio, acidentes de trânsito, dentre outros. Desta forma, o *Jornal Pequeno* passou a ser adjetivado como “Órgão das Multidões”, por seu preço acessível e seu conteúdo cotidiano (Souza, 2016, p. 82).

O *Jornal Pequeno* surgiu com uma proposta independente, tendo em vista outros jornais que circulavam em São Luís e que eram seus concorrentes, possuíam ligações com grupos econômicos ou políticos. Já o *Jornal Pequeno* inaugurou nos moldes manuais, se aproximando das massas populares e se consolidando como um jornal do povo, que se preocupava em falar das mazelas em que o povo estava sofrendo. O *Jornal Pequeno* possuía essa proposta de porta-voz das classes menos favorecidas, chegando a fazer denúncias de desvios de dinheiro político e falcaturas políticas, levando a sofrer alguns embates com personalidades políticas do estado.

Em uma de suas muitas críticas ao governo Sarney, Bogea foi alvo de um processo jurídico, no qual o governador Sarney, no poder na época, levantou contra o jornalista o acusando de calúnia, por uma matéria publicada em 1970. A matéria em questão acusava José Sarney de um desvio de setecentos milhões de cruzeiros novos do fundo de participação, destinado a construção da MA – 74, através da SUDEMA (Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão) e o favoritismo pela Construtora Mendes Júnior. Em audiência, o advogado de José Ribamar Bogea refutou todos os argumentos levantados pela defesa de José Sarney, não deixando dúvidas do desvio e do favoritismo do governo do estado pela firma elencada para a obra da MA. Assim, Bogea foi absolvido do caso.

Segundo Souza (2016), esta linha editorial sem ligação com grupos políticos ou empresariais e econômicos é sustentada até os dias de hoje, embora sua influência tenha caído drasticamente com a facilidade de acesso à informação. Ainda assim, esta linha social que busca pelos interesses do povo, sem partidarismo, persiste.

A LUTA POLÍTICA MARANHENSE E A CONTRA-NARRATIVA DO *JORNAL PEQUENO*

Em contextos autoritários, a informação torna-se campo de disputa estratégica. O controle do discurso, a censura sistemática e a manipulação midiática foram mecanismos amplamente utilizados pelo regime para consolidar sua autoridade e silenciar vozes dissidentes. Neste cenário, o Maranhão destacou-se como palco de embates políticos internos, marcados por conflitos em torno de posse da terra, repressão aos movimentos populares e centralização do poder nas mãos de elites aliadas ao governo. No entanto, a narrativa hegemônica imposta pelos grandes meios de comunicação encontrou resistência local, especialmente no pape desempenhado pelo *Jornal Pequeno*.

Fundado com uma proposta editorial independente, o *Jornal Pequeno* construiu-se como um espaço de contra-narrativa no interior do autoritarismo, dando visibilidade a denúncias de corrupção, perseguições políticas e violações de direitos que afetavam diretamente a população maranhense. Atuando com independência editorial e relativa autonomia, o periódico se afirmou como uma voz crítica aos poderes instituídos, confrontando lideranças locais e o discurso oficial do regime. Em um período em que a autocensura predominava e os grandes jornais nacionais, em sua maioria, pactuavam com o silêncio ou com a legitimação da ditadura, a atuação do *Jornal Pequeno* representa um raro exemplo de imprensa impressa de oposição sistemática e corajosa.

Esta seção analisa o papel do *Jornal Pequeno* como instrumento de resistência política e construção de memória durante a ditadura civil-militar no Maranhão. Mais do que relatar fatos isolados, o periódico construiu uma narrativa alternativa que desafiava a invisibilização das lutas populares e denunciava os abusos de poder praticados tanto pelo governo federal quanto por oligarquias regionais. Com isso, sua atuação contribuiu para a formação de uma consciência crítica no seio da sociedade civil maranhense, revelando que, mesmo em tempos de repressão, a imprensa pode operar como ferramenta de enfraquecimento político e preservação da verdade histórica.

2.1 Vitorinismo *versus* Sarneísmo: disputa e transformação da política maranhense

A política maranhense, durante o século XX, foi marcada por dois ciclos de dominação política e, em certa medida, antagônicos entre si: o vitorinismo, liderado por Vitorino Freire, e o sarneísmo, consolidado posteriormente sob a liderança de José Sarney. A disputa entre essas duas forças expressa não apenas uma transição de lideranças, mas

também mudanças no modelo de organização do poder político no estado, entre a lógica do coronelismo tradicional e uma nova forma de controle adaptada aos tempos do regime militar.

A chegada ao poder de Vitorino Freire no Maranhão ocorreu sob idas e vindas até o seu completo fracasso nas eleições para governador de 1965.

O vitorinismo emergiu no contexto do Estado Novo (1937 – 1945)⁴, com o apoio direto de Getúlio Vargas a Vitorino Freire, que passou a exercer forte influência sobre a política maranhense por meio do Partido Social Democrata (PSD). O domínio vitorinista foi marcado pelo controle dos recursos federais, pela distribuição de cargos e pela manutenção da ordem através da fidelidade dos prefeitos e deputados.

Segundo José Ribamar Dantas (2009), o vitorinismo se estruturava em torno de uma “[...] rede de clientelismo e centralização do poder político nas mãos de Vitorino Freire, que articulava alianças com as elites regionais” (Dantas, 2009, p. 95). Durante décadas Freire foi responsável por indicar governadores, deputados e senadores sendo considerado “dono” do Maranhão.

Vitorino Freire era pernambucano de nascimento, porém suas relações políticas no Maranhão se iniciaram a partir de 1933, quando Freire foi nomeado secretário do governo do capitão Martins de Almeida. Visando as eleições indiretas para a Câmara Federal e a Constituinte Estadual, Vitorino se filiou partido PSD, onde não conseguiu se eleger e regressou ao Rio de Janeiro, ocupando cargos na câmara dos deputados.

De volta ao Maranhão, Vitorino se torna um dos articuladores da campanha à presidência do então general Eurico Gaspar Dutra, de quem era amigo pessoal. Sua tarefa neste momento era reorganizar o PSD, agora de bases nacionais e de acordo com as novas diretrizes eleitorais. Aos poucos o PSD se consolidava, formando alianças com

⁴ O vitorinismo, identificado com a figura do político maranhense Vitorino Freire, passou por distintos momentos ao longo do século XX, articulando-se diretamente com o poder central. Na década de 1940, o movimento ganhou força com o apoio do presidente Eurico Gaspar Dutra, consolidando-se como uma força oligárquica com respaldo federal. Nos anos 1950, Getúlio Vargas também manteve vínculos com o grupo de Vitorino, permitindo sua permanência como liderança dominante no Maranhão mesmo em contextos de instabilidade política nacional. Durante a década de 1960, embora o vitorinismo sofresse desgaste e fragmentações internas, ainda exercia considerável influência, sobretudo através da relação clientelista entre o Estado e as elites locais. Para mais aprofundamentos, vide SODRÉ, Nelson Werneck. **História da política do Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

importantes nomes do meio político tradicional, como Genésio Rego e Clodomir Cardoso e tomava rumos do que posteriormente se confundiria com a oligarquia vitorinista.

De acordo com Wagner Cabral da Costa (2001), as alianças formadas pelo partido PSD foram rompidas, forçando o lado vitorinista a procurar outros partidos. O primeiro partido procurado foi o PPB (Partido Proletário Brasileiro), posteriormente o PST (Partido Social Trabalhista), o qual apresentou candidatos para eleições de 1950. Esta situação se perdurou até 1954, ano que o grupo vitorinista assumiu novamente o poder do PSD.

O poder de Vitorino Freire no Maranhão alçava níveis cada vez mais altos na política maranhense, visto que o senador pessedista possuía ampla liberdade para manipular o contexto político da época.

Uma das condições fundamentais de sua hegemonia seria o conjunto de ligações estabelecidas na esfera federal, na medida em que o vitorinismo seria “resultante da posição ocupada pelo PSD dentro do sistema político do país”. Partido hegemônico na cena nacional, ligado de maneira umbilical às estruturas do Estado brasileiro, o PDS se caracterizava ainda “pela sustentação de mandonismos locais”, contexto que possibilitou ao político pernambucano tornar-se um “poderoso civil do poder central”, um dos “coronéis do PSD, posição essa adquirida dado o controle político que exercia sobre o Maranhão” transformando em “autêntica propriedade política” do partido. Nestes termos, o PSD/MA “chegou a se confundir com o próprio vitorinismo”. (Costa, p. 33, 2001).

Apesar da forte manipulação exercida pelo partido hegemônico, ainda existia uma variedade de partidos de oposição, reunidos sob o nome de “Oposições Coligadas”. Essa frente política se organizava em oposição ao grupo dominante, embora não pudesse ser caracterizada como um movimento de esquerda. Ainda assim, possuía pautas de cunho social, contando com o apoio dos sindicatos de São Luís e com a simpatia das camadas médias e das populações marginalizadas. As “Oposições Coligadas” participaram de todos os pleitos eleitorais entre 1950 e 1965, formando uma coalizão antivitorinista composta por diversos partidos, entre eles: UDN (União Democrática Nacional), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PSD (Partido Social Democrático), PSP (Partido Social Progressista), PR (Partido Republicano), PL (Partido Libertador), PDC (Partido Democrata Cristão) e PTN (Partido Trabalhista Nacional).⁵

⁵ No Maranhão, as oposições coligadas ao regime militar também não seguiam uma composição estática ou rigidamente ideológica. As alianças variavam conforme os interesses locais e as disputas pelo poder político regional, adaptando-se ao cenário eleitoral e às possibilidades de enfrentamento ao grupo dominante. Essa flexibilidade permitiu que diferentes forças se unissem em torno de candidaturas comuns,

Embora nunca tenha conseguido derrotar eleitoralmente a “máquina” da oligarquia Victorino, alicerçada sobre o PSD e amparada pelo uso sistemático da fraude eleitoral como forma de sustentação no poder, a atuação das “Oposições” conseguiu articular em torno de si o apoio de diversos segmentos sociais, muito especialmente das massas populares de São Luís que, pelo menos num momento, chegaram a “explodir” contra os desmandos do grupo dominante, por ocasião da Greve de 1951. (Costa, 2015, p. 192).

A insatisfação popular com o mandonismo vitorinista assumia contornos cada vez mais críticos. Entre as décadas de 1950 e 1960, os movimentos sociais no Maranhão se intensificaram, tornando-se instrumento fundamental de articulação das oposições contra o grupo dominante. Essas mobilizações ocorriam tanto no campo quanto na cidade. Na zona rural, especialmente na região do Vale do Pindaré, lutava-se pelo direito à terra, contra as invasões e em favor da reforma agrária. Já em São Luís, destacavam-se as crescentes reivindicações de estudantes, trabalhadores e intelectuais em defesa das reformas de base (Costa, 2015).

A partir de 1960, esse modelo de governo passou a ser desafiado por novas lideranças políticas, entre elas José Sarney, inicialmente vinculado ao vitorinismo, mas que rapidamente passou a se colocar como alternativa de renovação.

Em meio a este cenário de intensas disputas políticas, desponta José Sarney — um jovem bacharel em Direito com aspirações intelectuais — que ingressa na vida pública a pedido de seu pai, o desembargador Sarney de Araújo Costa. Antes de iniciar sua trajetória política, Sarney atuava como repórter e redator do jornal *O Imparcial*. Ele também integrava a chamada “Geração de 1945”, grupo de modernistas maranhenses que desempenhou um papel importante na formação da cultura brasileira no período pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo Costa (2001), o início da carreira de José Sarney contou com o apoio de influentes “padrinhos” na política maranhense. Seu primeiro passo na vida pública ocorreu ao lado de Vitorino Freire, integrando o seu partido, o PSD. No entanto, foi apenas ao se posicionar na oposição que Sarney realmente começou a se destacar no cenário político. Sarney foi eleito deputado federal em 1955 e, depois senador em 1962, com apoio de Vitorino. No entanto, logo rompeu com seu mentor político e iniciou a construção de um novo grupo.

Entre idas e vindas entre governos e partidos, José Sarney ingressou na UDN, acompanhado de outros deputados que haviam migrado do PSD para compor as

mesmo quando divergiam em suas orientações ideológicas. Vide GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Oposições Coligadas — bloco formado por partidos como PSP, UDN, PDC e PR. Nesse novo cenário político, Sarney foi eleito deputado federal em 1958 pelas Oposições Coligadas. No entanto, em 1960, a UDN rompe com a frente oposicionista e se alia ao PSD para apoiar a candidatura de Newton Bello (1961-1965) ao governo do Maranhão. Em troca, receberiam indicações para cargos estratégicos na administração estadual, o que gerou duras críticas dos demais partidos integrantes da coligação, especialmente contra a própria UDN e, em particular, contra José Sarney (Costa, 2001).

O *Jornal Pequeno* publicou uma matéria em 18 de abril de 1964 a respeito da disputa política para governador do estado, o título escolhido foi “NEWTON BELLO DENUNCIADO” onde foi informado que a oposição maranhense, incluindo José Sarney, compareceu ao gabinete do Ministro da Justiça para denunciar possíveis violências e perseguições causadas por Newton Bello e o prefeito da cidade de Tumtum desde o golpe de 1964.

A oposição maranhense na Câmara, constituída dos deputados Clodomir Milet (PSP), José Sarney (UND). Henrique La Rocque (PSP), Alexandre Costa (PSP), Pedro Braga, Ivar Saldanha e Eurico Ribeiro, compareceu ao gabinete do Ministro da Justiça, em companhia do Prefeito Luís Gonzaga da Cunha, que foi deposto pela Polícia Militar, na cidade de Tumtum, para denunciar uma série de violências que, aproveitando a revolução, está depondo e perseguindo seus adversários políticos, solidários com o Movimento de 1º de abril (Newton Bello Denunciado. *Jornal Pequeno*, São Luís, 18 de abril de 1964. *Correio da Manhã*, 1964).

Apesar das críticas recebidas no Maranhão, o apoio da UDN à candidatura de Jânio Quadros em 1961 projetou José Sarney no cenário nacional. Ele passou a ser reconhecido em Brasília como a nova "estrela" da política maranhense, ocupando o espaço antes associado a Vitorino Freire. No entanto, com a renúncia de Jânio, a aliança entre a UDN e o PSD começou a se desgastar, culminando, em 1962, com a ruptura oficial da coligação. Segundo Costa (2001), como consequência desse rompimento, a UDN retornou às Oposições Coligadas e conseguiu eleger José Sarney como o deputado mais votado da oposição e o segundo mais votado do estado. Vale destacar que, até então, o principal nome da oposição era Neiva Moreira, deputado federal pelo PSP e considerado o candidato mais popular. No entanto, com o tempo, ele perdeu espaço⁶, abrindo caminho

⁶ A perda de espaço político de Neiva Moreira na disputa pelo governo do Maranhão, em 1965, evidencia o estreitamento das possibilidades democráticas após o golpe civil-militar de 1964. Apesar de sua popularidade como deputado federal e da força política do PSD no estado, Neiva Moreira foi gradualmente marginalizado pelas articulações entre as elites locais e os militares, que favoreceram José Sarney, então candidato da ARENA, partido de sustentação do regime. A vitória de Sarney não representou apenas um êxito eleitoral, mas a consolidação de um novo arranjo de poder alinhado à ditadura, que excluiu lideranças com perfil nacionalista, reformista epositor ao regime. Como aponta Silva, “Neiva Moreira foi empurrado

para que Sarney consolidasse sua liderança e ampliasse sua influência na política maranhense. Desta forma, Sarney se creditava como possível candidato para as eleições para governador de 1965.

A ruptura com o vitorinismo ocorreu de forma decisiva com a eleição de Sarney para governador do Maranhão em 1965, já filiado à ARENA (Aliança Renovadora Nacional), o partido de sustentação do regime militar. De acordo com Jorge Ferreira (2011), a eleição de Sarney representou um “[...] divisor de águas na política estadual, simbolizando o declínio do vitorinismo e o surgimento de um novo arranjo de poder apoiado nos militares e na burocracia federal” (Ferreira, 2011, p. 102).

As palavras de Sarney após a sua vitória nas eleições de 1965 foram publicadas pelo *Jornal Pequeno*, onde Sarney considera que sua vitória se deu a partir do golpe. O jornal publicou com título: “Afirma Sarney: Revolução consolidou minha vitória nas eleições de 1965”, ao que explica:

O Dep. José Sarney afirmou ontem à reportagem que mais do que nunca é candidato ao Governo do Maranhão e que a revolução consolidou totalmente sua vitória em 1965. [...] Sarney: Um dos argumentos que eram usados dentro minha candidatura era o de não ter milhões para enfrentar os bilhões do governo. Agora, o movimento vitorioso de 31 de março não permitirá mais a (ilegível) do negacionismo para forjar eleições. E ainda mais, o nosso Partido a UDN de que sou Presidente no Maranhão e vice-Presidente do Diretório Nacional, tem hoje grandes responsabilidades no atual governo e está atenta a não permitir a repetição dos fatos que fizeram da nossa democracia o paraíso do enriquecimento ilícito contra os interesses do povo. (Mário dos Santos, *Jornal Pequeno*, 04 maio 1964).

José Sarney, figura central na política brasileira, teve uma notável aproximação com os governos militares durante a ditadura de 1964. Sua trajetória política o levou a estabelecer vínculos estratégicos com as autoridades militares, alinhando-se às decisões e diretrizes do regime. Essa proximidade proporcionou a Sarney uma posição de destaque, permitindo-lhe ocupar cargos relevantes no cenário político nacional e modificar a antiga política pessedista, conforme Borges (2020):

Foi no ritmo dessa aproximação com os governos militares que José Sarney conseguiu que fosse realizada a tão demandada revisão do eleitorado maranhense, pleito há muito apresentado pelas oposições coligadas, mas nunca atendido, posto que o resultado, inapelavelmente, destroçaria uma das bases de sustentação do poder local de Vitorino Freire (Borge, 2020, p. 82).

para fora da cena política local por uma combinação de repressão, censura e alianças conservadoras forjadas no novo contexto autoritário”. SILVA, Cláudio. **A construção do poder no Maranhão pós-64: Sarney, Neiva e a ditadura**. São Luís: EDUFMA, 2009.

Ao colaborar com os governos militares, José Sarney não apenas se adaptou às circunstâncias políticas da época, mas também desfrutou de influência e participação ativa em importantes momentos do regime.

O sarneísmo distinguiu-se do vitorinismo por sua capacidade de se adaptar ao novo cenário nacional pós-1964. Enquanto o vitorinismo estava profundamente atrelado ao populismo varguista, o sarneísmo soube se articular com os interesses do regime militar, garantindo acesso privilegiado a verbas e cargos federais.

Surgiu no Maranhão um novo tipo de liderança política que, embora mantivesse os mecanismos tradicionais de dominação, soube se modernizar e dialogar com o projeto autoritário nacional. Essa liderança conciliava práticas patrimonialistas e clientelistas com um discurso de modernização econômica e administrativa, o que lhe permitiu consolidar alianças tanto com o governo militar quanto com setores emergentes do empresariado local. Tal capacidade de adaptação foi essencial para assegurar a permanência das elites regionais no poder, agora sob a proteção e o financiamento do regime autoritário instaurado em 1964.” (Bandeira, 1985, p. 67)

Com o apoio dos militares, Sarney iniciou um projeto de “modernização conservadora” no estado, centralizando ainda mais o poder político em sua figura e promovendo a substituição dos antigos quadros ligados o Vitorino. O vitorinismo, esvaziado de apoio federal e incapaz de se reorganizar, desapareceu gradualmente do cenário político maranhense.

2.2 A farsa do Maranhão Novo: propaganda, autoritarismo e permanência oligárquica sob o discurso da modernização (1965 – 1970)

A campanha de José Sarney para o governo do Maranhão, realizado em 1965, ocorreu sob o impacto imediato do golpe civil-militar de 1964, que instituiu um regime autoritário e reconfigurou o cenário político nacional. No Maranhão as oligarquias tradicionais viram no nome regime a possibilidade de consolidar seu poder e reorganizar o campo político local, marcado até então pela liderança de Vitorino Freire.

Sarney, embora vinculado inicialmente à UDN, soube se adaptar às novas exigências do regime. A eleição de 1965 foi a última realizada diretamente nos estados antes da suspensão das eleições para governadores pelo Ato Institucional nº 2 (AI – 2), de outubro daquele ano. Sarney candidatou-se pelo recém-criado partido ARENA, representando os interesses conservadores e alinhado com os militares. Seu principal adversário era Costa Rodrigues, do MDB, vinculado a setores progressistas e à herança do trabalhismo de João Goulart.

O discurso de Sarney baseava-se na ideia de modernização conservadora e combate à subversão, evocando o risco de desordem como justificativa para sua aliança com o regime. Ele também prometia desenvolvimento com segurança e criticava as gestões anteriores por seu suposto atraso administrativo e conivência com a desordem sindical. Além do apoio institucional do governo federal, Sarney contou com amplo financiamento de empresários ligados à SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e à elite agrária, além de garantir o suporte dos meios de comunicação, especialmente jornais conservadores como *O Estado do Maranhão*, o qual posteriormente foi adquirido por seu grupo político.

Sarney venceu com cerca de 57% dos votos válidos, inaugurando um novo ciclo de poder oligárquico no Maranhão, caracterizado pela centralização administrativa, uso intensivo de propaganda oficial e instrumentalização do Estado para fins políticos. Sua gestão (1965-1970) foi marcada por projetos de infraestrutura, como o Plano de Ação do Governo do Maranhão (PAGEMA), inspirado no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e financiado com recursos federais, seguiu os moldes do desenvolvimento nacional, mas sem mecanismos visíveis de controle social ou participação popular. A vitória de Sarney simbolizou o fim do vitorinismo como força hegemônica e o início do que vários autores chamaram de sarneísmo, um modelo de dominação política baseado na reprodução do poder pessoal, uso estratégico dos meios de comunicação e ocupação institucional do Estado.

O Maranhão foi um dos primeiros estados a exemplificar como o regime militar podia ser instrumentalizado por lideranças civis que desejavam construir políticas locais. Nesse contexto, certos grupos políticos maranhenses rapidamente perceberam que a adesão ao novo regime poderia representar uma oportunidade estratégica para a conquista ou a manutenção do poder. Assim, ao invés de simples submissão, o que ocorreu foi um processo ativo de apropriação das estruturas autoritárias, mediante o qual elites locais articularam-se com o regime para implementar seus próprios projetos de poder, reformular alianças políticas e redefinir as disputas regionais.” (Ferreira, 2013, p. 202)

A campanha foi fortemente apoiada pelos militares e contou com recursos expressivos oriundos do empresariado nacional e das redes de influência de Brasília. Sarney utilizou o antipetebismo como retórica central, associando os adversários ao “perigo vermelho”, numa linha comum às campanhas políticas após o golpe. Ele também recebeu apoio velado de órgãos como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), que apoiavam candidaturas antiesquerdistas.

A campanha foi pioneira no uso da comunicação de massa no Maranhão. Sarney investiu em rádio, cartazes, *jingles* e filmes. Neste contexto, destaca-se a participação de Glauber Rocha, que realizou o curta-metragem *Maranhão 66*, peça de propaganda produzida já durante a posse de Sarney, mas que resgatava as imagens e o discurso de campanha.

Glauber, embora simpatizante das ideias de esquerda, aceitou o convite para fazer o filme como exercício de linguagem estética e documental, sem necessariamente compartilhar da ideologia sarneísta. Sua participação no projeto deve ser compreendida mais como uma tentativa de experimentação artística e intervenção cultural do que como adesão política ao grupo dominante no Maranhão. Glauber viu ali a possibilidade de tensionar os limites entre o discurso oficial e a linguagem do cinema, registrando a construção de uma imagem pública de poder, mesmo que envolta em contradições ideológicas e estéticas que ele próprio parecia explorar.” (Perruso, 2013, p. 55)

Maranhão 66 tornou-se um marco da narrativa sarneísta, apresentando imagens do povo maranhense em contraste com cenas de misérias e abandono, que seriam, segundo o discurso de Sarney, transformadas por seu governo. A obra ajudou a cristalizar a ideia do Maranhão Novo como projeto de modernização e salvação.

A proposta do “Maranhão Novo” surgiu no contexto da campanha eleitoral de Sarney ao governo do estado, em 1965, como uma resposta discursiva à imagem de atraso e mandonismos que marcavam o estado do Maranhão sob o domínio de Vitorino Freire. Apresentando-se como uma liderança jovem, tecnocrata e sintonizada com os ideais do regime, Sarney prometia transformar o Maranhão num estado moderno, integrado a lógica desenvolvimentista da ditadura.

Recebo um estado abandonado, órfão de ação governamental. Comprometo-me a construir o Maranhão Novo – um estado moderno, eficiente, justo. Um estado onde o progresso substitua o atraso e a esperança supere o medo. Não será fácil romper com estruturas arcaicas, mas é chegado o momento de devolver ao povo maranhense a confiança na ação do poder público. O Maranhão precisa deixar de ser símbolo de esquecimento nacional para se tornar exemplo de desenvolvimento e justiça social.” (Sarney, 1966)

Utilizando uma linguagem de ruptura com o passado e promessa de modernização, Sarney se posiciona como liderança reformista, capaz de transformar o estado historicamente marcado pelo atraso econômico e político. No entanto, por trás do discurso de eficiência administrativa e progresso, consolidava-se uma nova forma de dominação política regional, agora alinhada ao regime autoritário militar instaurado em 1964.

Ao declarar que herdava um “estado abandonado”, Sarney não apenas criticava seus antecessores, mas também justificava a necessidade de centralização do poder, o uso

de medidas de exceção e a aliança com o novo regime militar. O Maranhão Novo funcionou, portanto, como narrativa legitimadora de um modelo de governo que combinava elementos tecnocráticos, autoritarismo político e clientelismo tradicional.

O que o povo do Maranhão quer, o que nós queremos é progresso: queremos o Porto de Itaqui, sem gorjetas nem intermediários. Queremos o asfaltamento da São Luís – Terezina, queremos a energia de Boa-Esperança, queremos as fábricas funcionando, os tratores trabalhando, queremos a felicidade para nosso Povo e alegria para nossas crianças. Queremos, enfim, um MARANHÃO NOVO, um Maranhão mais rico, um Maranhão melhor. (Sarney, 1970, p. 45.)

O Maranhão Novo se tornou, assim, um mito fundador do sarneísmo, sustentado pela retórica do progresso, pela aliança com o regime militar e pela centralização das decisões no Executivo estadual. Segundo Dantas (2009), o Maranhão Novo buscava redefinir o imaginário político do estado, deslocando a imagem de miséria para um futuro de industrialização e ordem.

O discurso do Maranhão Novo funcionava como um projeto de redenção civilizatória. A proposta era apagar a imagem de um Maranhão miserável e substituí-la por uma utopia de desenvolvimento gerido pelo novo líder. Tratava-se de uma narrativa cuidadosamente construída, que procurava reposicionar o estado no cenário nacional, afastando a imagem de atraso e decadência que historicamente o acompanhava. O ‘novo’ Maranhão seria moderno, eficiente, produtivo – mas sob controle de uma liderança carismática e centralizadora, capaz de associar-se ao regime militar sem perder o verniz populista e desenvolvimentista que o discurso exigia.” (Dantas, 2009, p. 174)

Contudo, a modernização proposta por Sarney também trouxe consigo efeitos contrários. O processo gerou desigualdades e exclusões sociais. Setores mais tradicionais da sociedade maranhense, especialmente ligados a práticas agrícolas e formas de vida tradicionais, enfrentaram desafios significativos diante das mudanças propostas, resultando em resistência e tensões sociais, assim como afirma Borges (2020),

Ademais, algumas dessas medidas produziram efeitos deletérios que se desenvolveram na contramão da melhoria das condições de vida da população, especialmente no campo, onde a “modernização” desencadeada pela Lei de Terras agravou a concentração fundiária e os conflitos de terras, além de desmantelar a produção da agricultura familiar; na capital, a implantação da zona industrial acarretou remoções compulsórias que inauguraram a formação de grandes e desassistidas periferias (Borges, 2020, p. 83).

O *Jornal Pequeno* veiculou, em diversas reportagens, contundentes denúncias aos discursos de progresso e desenvolvimento associados ao projeto “Maranhão Novo”, idealizado por José Sarney. Em uma matéria intitulada “Maranhão Novo”, o periódico tece críticas incisivas, evidenciando a profunda dicotomia entre a promessa de modernização anunciada pelo governo e a realidade marcada pela pobreza, exclusão e abandono vivenciada pela população maranhense.

Para aqueles que acham que no “Maranhão Novo” se vive num verdadeiro mar de rosas, graças a “maravilhosa administração do Sr. José Sarney”. [...] São Luís terra onde tudo falta, sente agira o problema água e da carne verde. Em quase todos os bairros da capital não existe o precioso líquido, com muitos chefes de famílias se abastecendo durante a madrugada nos logradouros públicos, enquanto os que possuem carros se deslocam para algumas fontes, como Olho Água, Tibiri e Rio São João. [...] Não existe carne nos mercados e açougues e o público não tem conhecimento das medidas adotadas pelo órgão controlador de preços para sanar o problema. (*Jornal Pequeno*, nota do jornal *O Povo*, 1966)

Em outro momento, o *Jornal Pequeno* retoma as críticas ao projeto “Maranhão Novo” por meio de um quadro intitulado “A Peroba”. Sob o título “Um dia no Maranhão Nôvo” e “A falência do governo”, o jornal dedica uma página inteira à exposição minuciosa dos aspectos negativos do programa governamental. As publicações apresentam críticas detalhadas e irônicas, evidenciando as contradições entre o discurso oficial de modernização e os problemas persistentes enfrentados pela população maranhense.

A intenção de Sarney era assegurar o fortalecimento político no estado. Para alcançar esse objetivo, iniciou um processo fundamentado em um “tripé”, denominado por Monica Piccolo (2017) como “O tripé Sarney”, cuja base compreendia a energia, as terras e as comunicações. Sarney promoveu alterações significativas na estrutura política e econômica do Maranhão, visando consolidar a longevidade do “sarneísmo”, assim como afirma Piccolo (2017).

A partir de então, solidificam as áreas que, por excelência, sustentam política e economicamente a longevidade do sarneísmo: a reestruturação da legislação agrária no Maranhão, o controle sobre o setor elétrico, e, por fim, mas não menos importante, o monopólio sobre os meios de comunicação no Maranhão (Piccolo, 2017, p. 330).

A retórica oficial falava em modernização, ruptura com o atraso e implantação de um projeto técnico e eficiente de governo. No entanto, sob essa fachada progressista, ocultava-se um projeto de poder autoritário, elitista e profundamente vinculado à lógica das oligarquias, com forte apoio do regime militar instalado. O Maranhão Novo foi, nesse sentido, uma operação simbólica e política de continuidade sob a aparência de ruptura.

A campanha de José Sarney se construiu em oposição ao vitorinismo, expressão do poder clientelista e patrimonialista capitaneado por Vitorino Freire desde os anos 1940. Sarney se apresentou como símbolo da renovação e da técnica, encarnando uma nova geração administrativa. Porém, ainda conforme Dantas, essa ruptura foi em grande parte fictícia.

A retórica da renovação serviu para mascarar a permanência de práticas oligárquicas. O sarneísmo apenas reorganizou as elites locais em torno de um novo centro de poder, mas afinado com os militares. O discurso modernizante ocultava a continuidade de estruturas tradicionais de dominação política, nas quais o controle dos meios de comunicação, o clientelismo e o uso estratégico da máquina estatal permaneciam como instrumentos fundamentais de manutenção do poder. Assim, a suposta ruptura promovida pelo Maranhão Novo não passava de uma recomposição das oligarquias sob nova roupagem, agora legitimada pelo regime autoritário” (Dantas, 2009, p. 183).

A ideia de um Maranhão Novo servia, portanto, como instrumentalização da legitimação política de um projeto autoritário e excludente, disfarçado de modernização. Um dos aspectos mais criticáveis da campanha foi seu uso massivo da propaganda política como ferramenta de manipulação simbólica. O governo sarneísta compreendeu desde o início o poder das imagens, das narrativas e da publicidade, construindo um verdadeiro aparato comunicacional em torno da ideia de progresso.

O curta-metragem de Glauber Rocha é um exemplo desta estratégia. Embora dirigido por um cineasta de esquerda, o filme foi encomendado pelo governador José Sarney e tornou-se um dos pilares da estética do Maranhão Novo. Imagens de miséria e abandono do povo maranhense contrastam com a figura redentora do novo governador, que surge como salvador e guia para um futuro promissor.

O Maranhão Novo é mais mito do que projeto. Sua construção discursiva visava controlar os sentidos da modernização e interditar qualquer proposta transformadora de base popular. Tratava-se de uma estratégia de dominação simbólica, na qual o discurso desenvolvimentista era apropriado pelas elites para legitimar um modelo excludente de progresso. A modernização proposta não implicava em mudanças estruturais reais, mas sim na reafirmação da hierarquia social vigente, encobrendo desigualdades históricas e neutralizando o protagonismo das camadas populares. Assim, o Maranhão Novo operava mais como um simulacro de inovação do que como uma efetiva ruptura com o passado oligárquico” (Vieira, 2004, p. 91).

O *slogan* do Maranhão Novo não servia apenas como propaganda de campanha, mas como tecnologia de poder, consolidando a hegemonia do grupo sarneísta. Do ponto de vista social, o Maranhão Novo não representou melhorias significativas para a maior parte da população. O projeto de modernização privilegiou setores do empresariado urbano e rural ligados à base aliada do regime, enquanto camponeses, trabalhadores urbanos e movimentos sociais foram marginalizados ou reprimidos.

A modernização do Maranhão, à semelhança do que ocorreu no plano nacional, foi seletiva. Ela fortaleceu os setores aliados ao regime e marginalizou aqueles que buscavam participação popular ou justiça social. O processo de desenvolvimento, longe de ser universal ou democrático, operou sob critérios de exclusão política e econômica, privilegiando grupos empresariais, tecnocratas e oligarquias alinhadas aos interesses do Estado autoritário. As populações rurais, os movimentos sociais emergentes e as iniciativas de organização popular foram

sistematicamente desarticulados, seja pela repressão direta, seja pela negação de acesso às políticas públicas. Dessa forma, a modernização serviu mais como um instrumento de concentração de poder do que como um mecanismo de transformação social” (Ferreira, 2013, p. 206).

Além disto, a repressão aos sindicatos e a luta camponesa no interior do estado revela que a lógica oligárquica permanência ativa, ainda que com nova linguagem. O Maranhão Novo manteve os mecanismos de concentração fundiária, uso político do estado e exclusão das maiorias populares da arena política.

Outro elemento criticável da campanha de José Sarney foi o culto à técnica e à gestão como justificavas para o autoritarismo. A figura do governante técnico que sabe o que é melhor para o povo sem necessidade de consulta popular foi central para Sarney e os ideólogos do regime militar. Isso se traduziu na centralização de decisões, marginalização dos partidos e criminalização dos movimentos sociais.

O autoritarismo desenvolvimentista serve para manter o controle político e conter a demanda por participação popular. A técnica aparece como desculpa para impedir o debate político. Nesse contexto, a ideia de planejamento e eficiência econômica é mobilizada como uma retórica de neutralidade, que esvazia o conteúdo político das decisões governamentais e bloqueia o protagonismo da sociedade civil. Ao privilegiar tecnocratas e excluir as massas do processo decisório, esse modelo reforça a concentração de poder nas mãos de elites alinhadas ao Estado, deslegitimando alternativas democráticas e populares. O desenvolvimento, então, não se orienta pelo bem-estar coletivo, mas pela manutenção de uma ordem social excludente, que disfarça o autoritarismo sob a máscara da racionalidade técnica” (Pochmann, 2017, p. 119).

Sarney, ao promover o Maranhão Novo, apropriou-se desse discurso para legitimar a repressão aos opositores e consolidar sua posição como líder incontestável no estado.

2.3 A política em manchete: o *Jornal Pequeno* e a construção crítica do Sarneísmo

Durante a ditadura civil-militar no Brasil o *Jornal Pequeno* assumiu uma postura de oposição. Dois fatores principais podem ter levado o *Jornal Pequeno* a se posicionar contra a ditadura: o primeiro ponto é que este matutino era independente de partidos políticos e não possuía financiamentos públicos ou privados. O segundo ponto pode estar relacionado ao jornal ser ligado às massas populacionais, não acreditando na “revolução” que traria democracia e prometia limpar o país dos comunistas.

O periódico fez durante todo o ano de 1964 publicações referentes ao golpe. Em uma das notícias veiculadas pelo *Jornal Pequeno*, do dia 2 de abril de 1964, pouco tempo depois do início da ditadura, a palavra “golpe” é utilizada na chamada da notícia, que saiu na primeira página daquela edição.

Em um momento de incerteza, o *Jornal Pequeno* não se intimidou ao publicar notícias se referindo ao novo governo como “golpe” ou se posicionando contra ele abertamente. No dia 6 de abril de 1964, foi publicada uma matéria intitulada “Não Creio Nessa Revolução”, em seu teor, o jornalista Cunha Santos aponta que

Os que estão fogueteando hoje, estarão lamentando amanhã. Revolução sem raízes nas massas populares não se firma. E não se firma porque soldado é povo armado; qualquer desarmado é um civil, armado e com uma causa e um soldado [...].

A revolução atual é uma revolução das elites capitalistas escudadas nos atos do presidente João Goulart em favor dos humildes [...].

Não creio nessa revolução ainda pelas circunstâncias de que se reveste [...] (*Jornal Pequeno*, 1964).

Neste trecho da notícia, fica perceptível a aversão dos jornalistas para com a ditadura que se instaurou no Brasil. Outra matéria publicada no dia 14 de abril de 1964, mostra que o *Jornal Pequeno* até então não sofria de censura, pois o título da reportagem é “Traçado o Esquema da Revolução desde 1961”. Esta matéria não foi de autoria de nenhum dos redatores do *Jornal Pequeno*, mas transcrita do *Jornal do Brasil*. Tem em seu corpo os acontecimentos e até os passos que foram usados pelos golpistas para destituir o presidente em exercício, João Goulart.

No segundo momento, o *Jornal Pequeno* se preocupou em demonstrar o andamento da ditadura no estado do Maranhão, iniciando com a crítica ao apoio do regime a José Sarney, então candidato para o posto de governador do estado em 1965. Em algumas edições do periódico, imagens de Sarney eram publicadas com a legenda de “É a solução” abaixo de suas fotografias. Em outros casos, eram publicadas matérias que iam em defesa do candidato, enaltecendo sua trajetória e sua escolha de oposição ao então governo de Newton Bello e a hegemonia do vitorinismo no Maranhão. Algumas colunas intituladas “O Homem vem aí”, “Vitoria, e não blefe” ou “O Prurido Pessedista” faziam menção à campanha, já vitoriosa, de Sarney.

No terceiro momento, há uma ruptura entre José Sarney e o *Jornal Pequeno*, talvez por uma decepção ou por algum outro motivo. Mas, a partir disto, as colunas em favor de José Sarney deram lugar às colunas de denúncias e reclamações a Sarney. O *Jornal Pequeno* se transformou em um elemento crítico da política, existindo principalmente para expor os esquemas do governador, muitas vezes em tom de ironia.

Em um destes embates, José Sarney chegou a processar o dono do jornal por ter publicado matéria onde José Ribamar Boguea teria acusado Sarney de desviar dinheiro

público. O processo foi levado a júri e Boga foi absolvido. Com isto, se sentiu ainda mais confiante para continuar expondo o governador em seu jornal.

No período da renúncia de Sarney, o *Jornal Pequeno* não hesitou em publicar matérias em tom de ironia se despedindo do governo. Durante o mandato, não faltaram reportagens expondo o fracasso do Maranhão Novo:

Para aqueles que acham que o no “Maranhão Novo” se vive num verdadeiro mar de rosas, graças a “maravilhosa administração do Sr. José Sarney” (...). São Luís terra onde tudo falta, sente agora o problema da água e da carne verde. Em quase todos os bairros da capital não existe o precioso líquido, com muitos chefes de família se abastecendo durante a madrugada nos logradouros públicos, (...).

Não existe carne nos mercados e açougues e o público não tem conhecimento das medidas adotadas pelo órgão controlador de preços para sanar o problema. (*Jornal Pequeno*, 1968).

Em outro texto com o título *As Desgraças do Governo*, o jornalista Cruz Leite expõe o deslocamento forçado dos moradores dos bairros Goiabal e do Lira. Neste contexto, os moradores do Goiabal teriam sofrido um incêndio no bairro e seriam deslocados para o outro lado do rio Bacanga. Porém, na verdade, os moradores estavam sendo transferidos para um lado onde a parte pobre não seria vista do grande centro industrial. Cruz Leite explica o que aconteceu no trecho publicado pelo *Jornal Pequeno*.

Primeiro, o incêndio no Goiabal desalojado centenas de famílias. (E, diga-se o fogo pôgou quando o Govêrno do Estado estava pretendendo desalojar, os moradores daquele bairro. Uma estranha coincidência!).

Os pobres infelizes foram levados para o outro lado do rio; para o Bacanga, onde o Governador José Sarney pretende, na marra, como dizemos na gíria, colocar o povo humilde dos nossos bairros.

Por fim, o Governador, (“homem do povo”, (?), o estadista, que esconde no sorriso a tirania contra a pobreza), resolveu despejar os moradores do Lira, (os do mangue) [...] e da redondeza, pagando a cada morador que insignificante quantia de cem cruzeiros novos, como consolo aos pobres. (Leite, 1969).

Ao fim do governo Sarney, são publicadas matérias em tons de ironia, trazendo títulos como: *Sarney, com pesado fardo*, se referindo à indecisão do então governador se renunciaria ou aguentava até o fim de seu mandato; *Feliz 69, Governador... Feliz 70, Maranhão!*, matéria publicada em 1970, comemorando a renúncia de Sarney; *José Sarney Deixou o Palácio das Laranjeiras pela Porta dos Fundos*, se referindo à saída de Sarney do Palácio sem falar com a imprensa.

Em março de 1971 foi publicada uma notícia referente à reforma agrária pelo jornal *O Globo*, intitulada *Reforma Agrária à Vista*. Esta matéria cita como exemplo de

desigualdade econômica e social as fazendas de babaçu no Maranhão, onde é citado pelo autor.

Quem vai a uma fazenda de babaçu do Maranhão sabe que o quadro social é este: o lavrador “mora” numa choça erigida sobre quatro estacas cercadas por uma esteira e coberta de palha de côco. Se quiser melhorar a habitação, não pode. O dono da terra o proíbe com medo de qualquer benfeitoria crie obrigações incômodas. (Jornal *O Globo*, 1971).

De acordo com Amaral Raposo, o “editorista” foi bastante modesto, levando em consideração a verdadeira situação do posseiro. A matéria escrita por Raposo (1971) continua com o pedido de, que a reforma agrária realmente aconteça e de forma imediatista. As cidades do interior do Maranhão que estavam sofrendo nas mãos dos grileiros não eram poucas, nesta reportagem é citada a região do rio Grajaú, onde ocorriam diversos conflitos entre fazendeiros e indígenas.

Mesmo após a renúncia de José Sarney do posto de governador do estado continuou o interesse de empresas estrangeiras pelas terras e consequentemente aumentou a grilagem no interior do Maranhão. Como exemplo disto destaca-se a Alpi e Frígio, uma das maiores empresas madeireiras da Europa, a qual manifestou interesse em se instalar no interior do Maranhão, coincidentemente na área que compreende a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO). Esta empresa trocava correspondências com o então governador do Maranhão, Pedro Neiva de Santana (1971-1975), o qual se mostrou favorável à instalação deste empreendimento.

Em 1978 o *Jornal Pequeno* publica matérias referentes a conflitos entre 150 posseiros e o próprio senador José Sarney. Este conflito se deu a partir de transações feitas por José Sarney, consideradas ilegais pelo procurador geral Ernani Coutinho, sobre um montante de terras de cerca de 71 mil e 20 hectares de terras devolutas pertencentes ao município de Santa Luzia.

Esta situação foi levada a júri, comparecendo o senador Sarney e os 150 posseiros envolvidos no caso. Sarney pretendia responsabilizar 106 posseiros que participaram da manifestação contra a tomada de terras, onde os mesmos derrubaram cercas e sua propriedade, fazendo com que os bois fugissem, causando um grande prejuízo ao senador. A audiência, destinada à comprovação de posse de terras da área requerida, marcada para o dia 19 de abril de 1978, contou com a presença dos posseiros e do senador. Não foram encontradas novas notícias sobre o caso.

A TERRA E O POVO: O *JORNAL PEQUENO* NA CONTRA HEGEMONIA AO GOVERNO SARNEY

A política fundiária no Maranhão durante a ditadura civil-militar não pode ser compreendida sem considerar o papel do governo José Sarney (1966-1970) na formação de uma legislação que aprofundou a concentração da terra e acirrou os conflitos agrários. A promulgação da Lei de Terras (1969) representou um marco nesse processo, ao legitimar juridicamente práticas de exclusão territorial e ao facilitar a apropriação de grandes extensões de terras públicas por empresas privadas, inclusive estrangeiras. Tal legislação atendeu aos interesses das elites agrárias e dos projetos de modernização conservadora, alinhando-se a lógica do regime autoritário e abrindo caminho para a intensificação da grilagem e da expulsão violenta de comunidades camponesas e tradicionais.

Em contraste com o silêncio ou conivência da maioria dos meios de comunicação locais, o *Jornal Pequeno* assumiu um papel fundamental na produção de uma contra hegemonia informação, denunciando as contradições e violências embutidas no projeto de modernização rural do Maranhão. Atuando como um espaço de resistência jornalística, o periódico deu voz as populações afetadas pela grilagem, expôs as alianças entre o poder político e os interesses empresariais, e criticou abertamente a retórica oficial do progresso e desenvolvimento. Ao reportar despejos forçados, assassinatos de trabalhadores rurais, falsificações de títulos de terra e o avanço de empresas agropecuárias sobre territórios tradicionais, o *Jornal Pequeno* consolidou-se como um dos poucos veículos midiáticos de defesa da terra como direito social, e não como mercadoria.

Esta seção tem por objetivo analisar como o *Jornal Pequeno* atuou na denúncia da Lei de Terras e na visibilização das práticas de grilagem no Maranhão, oferecendo uma leitura alternativa a narrativa dominante promovida pelo grupo sarneísta. Ao articular a luta pela terra com a defesa da dignidade popular, o jornal construiu uma narrativa onde a terra é o povo, contrapondo-se a expropriação promovida pelo estado autoritário e reforçando a ideia de que desenvolvimento sem justiça social é, na verdade, uma forma de violência.

3.1 Lideranças populares e a resistência à ditadura civil-militar no Maranhão

A instauração da ditadura civil-militar em 1964 teve repercussões profundas e específicas no Maranhão, um estado caracterizado por sua estrutura socioeconômica

arcaica, forte presença das elites agrárias e instituições frágeis. O golpe, encontrou apoio significativo das oligarquias locais, que viam nas reformas propostas pelo presidente João Goulart uma ameaça direta a seus interesses políticos e fundiários.

Segundo Dantas (2009), o Maranhão apresentava, já no início da década de 1960, um cenário de polarização entre setores populares emergentes, especialmente sindicatos rurais, e os representantes tradicionais do poder político.

A conjuntura política estadual refletia as tensões nacionais, mas com especificidades locais: a resistência às reformas de base foi fortemente alimentada pelas oligarquias fundiárias, que se sentiam ameaçadas pela organização dos trabalhadores rurais. No Maranhão, esse temor se intensificava diante do crescimento das ligas camponesas e das associações comunitárias que começavam a reivindicar acesso à terra, educação e participação política. As elites agrárias, acostumadas ao monopólio do poder e da propriedade, viam nessas mobilizações uma ruptura da ordem tradicional. Por isso, apoiaram o golpe de 1964 como forma de conter o avanço das demandas sociais e restaurar o controle sobre o campo. Essa aliança entre os setores conservadores locais e o regime autoritário nacional contribuiu decisivamente para o aprofundamento da repressão no meio rural maranhense, criminalizando lideranças populares e desarticulando iniciativas de organização comunitária” (Dantas, 2009, p. 115).

Em 1961, Newton Bello assumiu o governo do Maranhão pelo PSD, representando as práticas políticas tradicionais. Seu governo, embora moderado, esteve alinhado com setores conservadores que atuaram na desestabilização do governo Goulart. A chegada de Goulart à presidência, após a renúncia de Jânio Quadros e a Crise da Legalidade⁷, provocou reações em todo o país, e no Maranhão não foi diferente. A ascensão dos sindicatos rurais e urbanos, com apoio do governo federal, passou a ser encarada como subversiva pelos setores dominantes locais.

A repressão aos movimentos sociais, iniciada já no governo estadual antes mesmo do golpe, se intensificou drasticamente após abril de 1964. Como destaca Paulo Sérgio Pinheiro (1987).

A repressão no campo maranhense foi particularmente violenta. Lideranças sindicais foram presas, sindicatos dissolvidos e muitos trabalhadores tiveram que se esconder. A nova ordem não tolerava nenhuma mobilização social. O regime instaurado após 1964 encontrou nas elites fundiárias locais sólidas aliadas para sufocar qualquer tentativa de organização autônoma dos camponeses. A ação

⁷ A chegada de João Goulart à presidência, em 1961, ocorreu em meio à chamada Crise da Legalidade, desencadeada pela inesperada renúncia de Jânio Quadros. Com Goulart em visita oficial à China comunista, setores militares e conservadores tentaram impedir sua posse, alegando riscos à segurança nacional. O impasse provocou intensa mobilização política, especialmente por parte do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que liderou a Campanha da Legalidade em defesa da Constituição e da posse de Goulart. A solução de compromisso foi a adoção do sistema parlamentarista. Segundo o historiador Jorge Ferreira, “a crise de agosto de 1961 mostrou que a ordem constitucional estava ameaçada pelos próprios setores que deveriam defendê-la. A posse de Goulart só foi possível por causa da mobilização popular e da pressão legalista” (Ferreira, 2011, p. 92).

repressiva não se limitava às prisões e dissoluções institucionais, mas envolvia também intimidações, desaparecimentos forçados e convivência com grupos paramilitares organizados por fazendeiros. A lógica da segurança nacional sobrepôs-se aos direitos civis, e toda reivindicação por reforma agrária ou melhores condições de trabalho passou a ser tratada como subversiva. Nesse contexto, instaurou-se um clima de medo e silêncio no meio rural, comprometendo por décadas a capacidade de articulação política dos trabalhadores do campo” (Pinheiro, 1987, p. 144).

O apoio ao golpe militar por parte das elites maranhenses expressava uma aliança entre os interesses locais e a nova ordem nacional, que prometia restaurar a “segurança” e conter o “perigo comunista”. Em São Luís, a capital, manifestações organizadas por setores católicos conservadores e empresariais deram suporte simbólico ao movimento golpista. Como aponta Ferreira (2011), “a burguesia urbana nascente e o latifúndio rural encontraram no regime militar a oportunidade de manter o status quo diante da pressão por mudanças sociais” (Ferreira, 2011, p. 101).

No plano político, o golpe alterou profundamente as estruturas de poder no estado. O alinhamento dos governadores aos militares tornou-se obrigatório, e novos nomes surgiram no cenário político local, incluindo José Sarney, então deputado federal, que rapidamente se aproximou dos militares, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e se tornou governador em 1965. De acordo com Dantas (2009),

Sarney representou uma nova geração de políticos conservadores que soube se adaptar ao regime militar, ocupando espaços deixados pelas lideranças tradicionais desgastadas. Sua ascensão política foi marcada por uma habilidade estratégica de aliar-se ao discurso modernizante dos militares sem romper com as estruturas oligárquicas locais. Ao contrário, Sarney atuou como mediador entre o autoritarismo nacional e os interesses das elites maranhenses, tornando-se peça-chave na recomposição do poder político regional. Sua retórica reformista escondia a continuidade das práticas clientelistas e o controle centralizado sobre os meios de comunicação, elementos que garantiram sua hegemonia. Assim, mais do que um simples beneficiário do regime, Sarney foi um dos artífices da adaptação conservadora ao novo arranjo autoritário, moldando um projeto político duradouro que se perpetuou mesmo após o fim formal da ditadura” (Dantas, 2009, p. 119).

No período anterior ao golpe, movimentos de trabalhadores rurais apoiados pelas Ligas Camponesas, pela igreja progressista e por setores do governo João Goulart começaram a emergir no interior do estado, principalmente nas regiões de Codó, Viana e Pindaré. Para José Murilo de Carvalho (2010), a ação desses grupos incomodava profundamente os coronéis locais.

A experiência de organização dos trabalhadores rurais, mesmo que limitada e localizada, foi vista como um ensaio revolucionário pelas oligarquias maranhenses, o que ajudou a justificar a repressão violenta após o golpe. No imaginário das elites locais, qualquer tentativa de mobilização popular no campo representava uma ameaça direta à ordem social estabelecida, fundada na

concentração fundiária, no mandonismo político e nas relações clientelistas. As ligas camponesas, associações de base e sindicatos rurais, mesmo quando moderados em suas reivindicações, foram enquadrados como focos subversivos e associados à expansão do comunismo. Esse discurso do medo foi instrumentalizado para solicitar apoio dos militares e legitimar ações repressivas — prisões arbitrárias, perseguições, fechamento de entidades e até assassinatos — que visavam desmontar qualquer embrião de consciência de classe entre os trabalhadores do campo. Dessa forma, a repressão não respondeu a uma ameaça real de insurreição, mas sim ao pavor das elites de perderem seu monopólio histórico sobre o poder e a terra (Carvalho, 2010, p. 75).

O governo de Newton Bello (1961 – 1965), embora não tão radical em seu discurso, aderiu sem resistência ao novo regime militar, tendo garantido apoio institucional e repressivo às medidas do governo federal. O alinhamento estadual ao regime foi rápido e eficaz: lideranças sindicais foram presas, rádios comunitárias foram fechadas e a censura se instaurou nos principais jornais da capital. Danilo Moura (2016) destaca que a repressão no Maranhão foi dura, especialmente nos primeiros anos,

O regime foi aplicado com rigidez no Maranhão, com ações de inteligência e repressão conduzidas pela polícia local e sob orientação do Exército, com prisões preventivas de lideranças de base, padres progressistas e até estudantes universitários. As estruturas repressivas atuaram de forma articulada para neutralizar qualquer foco de dissidência, criando um ambiente de vigilância constante que atingia sindicatos, escolas, paróquias e associações comunitárias. A Doutrina de Segurança Nacional serviu como base ideológica para justificar a eliminação dos chamados ‘inimigos internos’, e no Maranhão isso significou o silenciamento sistemático de vozes dissonantes, inclusive no meio rural. Padres ligados à Teologia da Libertação foram acusados de instigar a luta de classes, enquanto estudantes e professores universitários passaram a ser monitorados e perseguidos por promoverem debates críticos em espaços acadêmicos. A repressão foi acompanhada da censura à imprensa alternativa e da militarização simbólica do cotidiano, instaurando um clima de medo e paralisia política (Moura, 2016, p. 94).

A ascensão de José Sarney ao governo estadual, em 1965, marca uma transição política significativa. Com apoio da ARENA e dos militares, Sarney passou a ocupar um espaço antes controlado pelo vitorinismo, moldando um novo ciclo oligárquico no estado: o sarneísmo, que viria a dominar a política maranhense por décadas. Para Luiz Alberto Bandeira (2011) o apoio ao regime militar foi uma das principais estratégias de Sarney para consolidar seu poder.

Sarney soube utilizar o discurso do desenvolvimento e da ordem para ganhar a confiança dos militares e, ao mesmo tempo, conquistar o empresariado local e setores emergentes da sociedade maranhense. Essa articulação estratégica foi fundamental para consolidar seu poder político em um momento de profundas transformações nacionais e regionais. Ao apresentar-se como um agente capaz de promover a modernização econômica sem romper com as estruturas tradicionais, Sarney conseguiu equilibrar interesses distintos e construir uma base de apoio heterogênea, que incluía desde as elites agrárias até a burguesia comercial e industrial incipiente. Esse discurso conciliador permitiu-lhe consolidar uma imagem de governante pragmático, que defendia a ordem social, mas também prometia crescimento e progresso. Assim, Sarney operou como um

articulador político habilidoso, que soube navegar entre as exigências do regime militar e as demandas locais, reforçando sua hegemonia no Maranhão (Bandeira, 2011, p. 48).

Do ponto de vista institucional, o Maranhão também vivenciou a instalação de estruturas repressivas coordenadas com os órgãos nacionais, como o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e o Serviço Nacional de Informações (SNI). O controle das universidades, especialmente da recém fundada UFMA (Universidade Federal do Maranhão), fundada em 1966, passou a ser feito sob a vigilância de órgãos militares, com repressão a professores e estudantes considerados subversivos. A ditadura impôs um silenciamento duradouro sobre vozes dissidentes, limitando a formação crítica e a expressão pública de qualquer oposição organizada.

Além disso, como observa Ricardo Tavares de Almeida (2020), a censura e o clientelismo tornaram-se pilares da estabilidade política local durante os anos iniciais do regime, impedindo a construção de espaços democráticos no estado.

A aliança entre o regime militar e as elites estaduais produziu um ambiente político asfixiado, no qual qualquer dissidência era automaticamente classificada como ameaça à segurança nacional. Essa coalizão garantiu a reprodução dos interesses das classes dominantes locais, enquanto o Estado autoritário utilizava a retórica da segurança para justificar a censura, a repressão e a criminalização dos movimentos sociais e opositores políticos. A cooptação das oligarquias regionais pelo regime não apenas fortaleceu o controle do aparelho estatal sobre a sociedade, mas também aprofundou as desigualdades estruturais e silenciou vozes legítimas que buscavam reformas sociais e políticas. Assim, a repressão não era um desvio, mas parte central de uma estratégia política que vinculava a preservação da ordem vigente à manutenção do poder das elites (Almeida, 2020, p. 102).

Em um estado marcado pela concentração fundiária e pela emergência de práticas clientelistas, o sindicato emergente representava uma ameaça à estabilidade política das elites tradicionais e ao projeto de “ordem” defendido pelo novo regime autoritário.

Antes mesmo do golpe de 1964 algumas experiências sindicais começaram a ganhar destaque, sobretudo com o apoio de organizações católicas progressistas e políticas trabalhistas do antigo governo presidencial. Como destaca Dantas (2009), essas iniciativas incomodaram os setores oligárquicos.

A proliferação de sindicatos rurais no interior do Maranhão, ainda que incipiente, começou a alterar o equilíbrio tradicional do poder, desafiando o domínio político dos grandes proprietários de terra. Esses sindicatos, muitas vezes organizados em meio a condições adversas e com recursos limitados, representavam uma nova forma de mobilização popular que buscava garantir direitos básicos como acesso à terra, melhores condições de trabalho e justiça social. Mesmo em sua fragilidade inicial, a emergência dessas organizações colocou em xeque a hegemonia das oligarquias locais, que viam na sindicalização um sinal preocupante de perda de controle e autonomia. A

organização sindical passou a ser percebida como uma ameaça à estrutura conservadora do poder rural, desencadeando reações repressivas e políticas de contenção por parte das elites tradicionais, que buscavam manter sua supremacia por meio do uso combinado da força, do clientelismo e da cooptação (Dantas, 2009, p. 143).

A repressão pós-golpe foi imediata. Muitos sindicatos foram fechados, seus líderes perseguidos, presos ou forçados ao exílio interno. O DOPS e a Delegacia de Segurança Política e Social do Maranhão desempenharam um papel central nesse processo, classificando atividades sindicais como afrontas ou “infrações comunistas”, mesmo quando suas pautasse restringiam a melhorias salariais ou condições básicas de trabalho. “A repressão aos sindicatos no Maranhão foi sistemática e articulada com os comandos militares nacionais. Os líderes sindicais eram tratados como inimigos do Estado e submetidos à vigilância permanente” (Moura, 2016, p. 117).

Apesar disto, núcleos de resistência sindical conseguiram se manter ativos durante os primeiros anos do regime, principalmente em regiões de economia extrativista e agrícola. Organizações ligadas à Igreja Católica de base, como as Comunidades Eclesiais, apoiaram reuniões clandestinas, contribuindo para a formação política de trabalhadores. As chamadas Escolas Radiofônicas, proporcionadas por setores progressistas da igreja, foram espaços importantes de alfabetização política e mobilização.

No plano urbano, os sindicatos dos professores, bancários e comerciários também enfrentaram repressão, mas conseguiram manter atividades pontuais mesmo sob censura e intervenção. Para Ferreira (2011), esses sindicatos se tornaram espaços ambíguos, de resistência e sobrevivência institucional.

Os sindicatos urbanos no Maranhão operaram sob um regime de ambivalência, ora colaborando com o Estado para sobreviver, ora criando brechas para a crítica e a formação de consciência política. Essa dinâmica contraditória refletia a complexidade do contexto autoritário, em que os trabalhadores precisavam negociar sua existência institucional com o aparato repressivo e, ao mesmo tempo, buscavam espaços de resistência e organização. Muitas vezes, os sindicatos adotavam estratégias pragmáticas, como a cooptação de lideranças ou a limitação das reivindicações, para garantir sua sobrevivência formal. Contudo, mesmo nessas condições adversas, emergiam vozes críticas que utilizavam esses espaços para denunciar injustiças e articular demandas por direitos sociais e políticos. Essa ambivalência tornou os sindicatos protagonistas ambíguos, que ora reproduziam as estruturas de poder, ora contribuíam para a formação de uma consciência política mais ampla, desafiando o controle estatal (Ferreira, 2011, p. 88).

Na década de 1970, o processo de rearticulação sindical ganhou força, em parte por conta de abertura política gradual, em parte pela crise econômica e insatisfação crescente com o regime. No Maranhão, esse processo foi visível na atuação do Movimento Sindical

Unificado (MSU) e no fortalecimento de lideranças ligadas à oposição à ARENA, partido de sustentação da ditadura civil-militar. Um exemplo emblemático foi a reorganização da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), que, nos anos finais do regime, passou a articular denúncias de violência no campo, exigindo reformas agrárias e reconhecimento de direitos trabalhistas.

Segundo Almeida (2020), a trajetória dos sindicatos maranhenses revela tanto a brutalidade da repressão quanto a persistência de formas populares de organização.

A história da resistência à ditadura civil-militar no Maranhão não pode ser compreendida sem o reconhecimento da atuação de lideranças populares que desafiaram, com coragem e sacrifício, a repressão do regime e a dominação oligárquica local. Dentre essas figuras está Manoel da Conceição, um dos principais símbolos da resistência camponesa no Maranhão. Militante socialista, lavrador e líder sindical cuja trajetória se entrelaça com a luta por democracia e justiça social no estado.

Nascido em 1935 em Coroatá (MA), Manoel da Conceição iniciou sua militância política na região do Pindaré, no contexto de fortalecimento dos sindicatos rurais incentivados pelas reformas de base e pela atuação da Igreja progressista. Com apoio do Movimento de Educação de Base (MEB) e de associações católicas de trabalhadores rurais, ele organizou camponeses em torno de pautas como melhorias nas condições de trabalho, direito à terra e combate ao trabalho servil, o que rapidamente atraiu a atenção dos fazendeiros e da repressão estatal.

A atuação de Manoel da Conceição desafiava a estrutura fundiária do Maranhão. Sua liderança não se restringia à denúncia: era prática organizativa e formação política, o que a tornava ainda mais subversiva aos olhos do regime. Ele não apenas expunha as injustiças e as desigualdades do sistema latifundiário, mas também buscava articular coletivamente os trabalhadores rurais para reivindicar direitos concretos, como a reforma agrária e melhores condições de vida. Essa combinação de crítica e mobilização prática ameaçava diretamente os interesses das oligarquias locais e o controle autoritário instaurado, colocando Manoel da Conceição como um dos principais alvos da repressão. Sua capacidade de unir a conscientização política à ação organizativa ampliava o impacto de sua liderança, tornando-a símbolo de resistência e esperança para os trabalhadores do campo em um contexto de forte opressão (Dantas, 2009, p. 146).

Com o golpe de 1964, Manoel passou a ser perseguido pelo DOPS, sendo preso e torturado várias vezes. Em 1972, sofreu um atentado em que foi alvejado por policiais e perdeu uma das pernas. Este episódio não o afastou da militância. Ao contrário, como afirma Moura (2016),

A amputação de sua perna não simbolizou um fim, mas um renascimento político. Manoel passou a ser uma referência não só estadual, mas nacional na luta contra a ditadura e pela terra. Esse episódio, marcado pela brutalidade da repressão, transformou-se em um símbolo de resistência e coragem diante das adversidades impostas pelo regime autoritário. A partir desse momento, sua trajetória ganhou maior visibilidade e influência, fortalecendo a mobilização dos trabalhadores rurais e ampliando o alcance das reivindicações por justiça social e reforma agrária. Manoel da Conceição tornou-se um ícone da resistência popular, cuja luta extrapolava as fronteiras do Maranhão, inspirando movimentos sociais em outras regiões do Brasil e contribuindo para a construção de uma memória coletiva de enfrentamento à opressão (Moura, 2016, p. 104).

Refugiado em Recife, depois exilado na Europa, Manoel da Conceição denunciou os crimes da ditadura em fóruns internacionais. Com o início da abertura política, retornou ao Brasil e participou ativamente da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. Ele foi uma das pontes entre o sindicato rural, os movimentos sociais e os partidos progressistas no processo de redemocratização.

A resistência à ditadura no Maranhão não se limitou a Manoel. Diversas outras figuras se destacaram, como: Antônio da Conceição, organizador sindical em Pindaré, assassinado em 1968 por pistoleiros a mando de fazendeiro; Maria dos Anjos, liderança feminina no Alto Turi, que promoveu a mobilização das quebradeiras de coco babaçu; Padre José Luíz Gonzaga e outros missionários, que forneceram apoio logístico e espiritual à organização camponesa. Maria Aragão, resistência feminina de voz firme contra o conservadorismo, mobilizou setores populares e intelectuais contra a ditadura no Maranhão.

Essas lideranças foram fundamentais para a criação de uma rede de resistência popular, ancorada em espaços como as comunidades eclesiais de base (CEBs), que se tornaram polos de formação crítica e apoio mútuo.

3.2 Papel passado, terra roubada: a grilagem no Maranhão e os impactos da Lei de Terras (1969)

Diante das limitações impostas pelo governo militar em vigor no Brasil, a promulgação da Lei de Terras, apoiada por Sarney, dificultou consideravelmente o acesso à propriedade rural. A legislação, ao ser implementada, gerou conflitos agrários, deslocamentos de comunidades, desapropriação de terras, arrendamentos compulsórios e concentração de terras nas mãos de sociedades estrangeiras e anônimas, exacerbando as desigualdades.

Como Governador do Estado [...] Sarney foi o responsável pela aprovação da legislação que é considerada como a responsável não só pela expulsão da

população camponesa de suas terras, como principalmente pela regulamentação do latifúndio. Essa legislação consolidou a concentração fundiária ao formalizar mecanismos que dificultavam o acesso à terra para os trabalhadores rurais e legitimavam a expansão dos grandes latifúndios. Além disso, o arcabouço legal aprovado sob sua gestão fortaleceu o poder das elites agrárias locais, garantindo-lhes proteção jurídica e incentivando práticas que resultaram na expropriação violenta de comunidades tradicionais. Esse conjunto de normas não apenas perpetuou a desigualdade histórica no campo maranhense, mas também reforçou a exclusão social e política dos camponeses, mantendo-os em situação de vulnerabilidade e marginalização (Almeida, 2017, p. 331).

Essas contradições marcaram a propaganda de desenvolvimento de Sarney, pois, apesar das promessas de progresso, surgiram impactos adversos que ressoam na história socioeconômica do Maranhão.

José Sarney sobe ao poder do estado munido de um arcabouço que o outro lado da política maranhense não tinha: apoio do governo militar. Costa Rodrigues e Newton Bello possuíam apoio naquele momento do governo do estado e de Vitorino Freire, uma figura bastante influente no cenário político do Maranhão. Contudo, Sarney obtém vantagens sobre o outro grupo político, visto que o governo militar em vigor já tinha planos com o futuro governador do Maranhão.

Eleito em 1965, Sarney, em seu discurso de posse, adotou uma postura emocionada ao falar sobre o Maranhão. Com falas que incitavam o progresso do estado, o novo governador associava a situação precária do Maranhão ao antigo governo.

O Maranhão não suportava mais, nem queria, o contraste de suas terras férteis, de seus vales úmidos, de seus babaquais ondulantes, de suas fabulosas riquezas potenciais e a situação de pobreza das famílias maranhenses onde a miséria, a angústia, a fome e o desespero que não levam a lugar nenhum, senão ao estágio em que o homem de carne e osso é o bicho de carne e osso [...]. (Sarney, 1966).

Ao confrontar termos como "terras férteis" e "fabulosas riquezas" com "pobreza das famílias" e "miséria, angústia, fome e desespero", é perceptível um contraste que levanta a questão: se o Maranhão possui recursos para prosperar, por que não o faz? Segundo a argumentação de Sarney, essa falta de progresso se deve à má administração pública estadual. Dessa maneira, ele destaca uma discrepância entre o governo anterior e o atual, reforçando sua campanha pelo Maranhão Novo.

Sarney empregou táticas para promover sua visão de modernização no estado. Para enraizar essa ideia na mente das pessoas, o governador em exercício continuou sua campanha mesmo após vencer as eleições, contratando o renomado cineasta brasileiro Glauber Rocha para produzir um curta-metragem que destacava todos os atrasos no Maranhão, apresentando Sarney como um benfeitor que conduziria o estado para a

modernidade. Isso desencadeou um crescimento econômico que Sarney denominou de "milagre maranhense"⁸, impulsionado por investimentos em infraestrutura, incluindo a inauguração de estradas estaduais e federais, a construção da Ponte José Sarney (nomeada sugestivamente com o mesmo nome do então governador), a edificação do Porto do Itaqui, um dos principais portos de São Luís, além da Hidroelétrica de Boa Esperança, também levando eletricidade às cidades do interior, entre outros projetos.

No entanto, foi tudo uma manobra política para solidificar o poder. Apesar da recuperação econômica, Roberval Amaral Neto (2021) argumenta que não houve mudanças significativas no cenário social do Maranhão; o suposto "milagre econômico" foi apenas um mito político que sustentou a imagem da "Sarneylândia". O que não se previa era que esse "progresso" teria impactos tão severos na vida dos maranhenses, especialmente nas áreas rurais do estado. O objetivo da modernização não se limitava a grandes inaugurações associadas ao nome de Sarney; a principal ação do governo foi a promulgação da Lei Nº 2.979, de 17 de junho de 1969, conhecida como Lei de Terras.

A Lei de Terras entendia que as áreas rurais, grandes extensões de terras, pertenciam ao governo do estado, sendo denominadas “terras devolutas”, sendo de obrigação do estado definir o que seria feito com elas. A Lei em seu "Art. Nº 14 - Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial" (Maranhão, 1965, p. 1). Ou seja, o interesse do governo era que estas terras fossem produtivas, não para os camponeses que já estavam ali, pois estes não geravam grandes lucros, mas em tese, sim para empresas rurais que trariam crescimento econômico agrário e consequentemente grandes lucros para o estado.

[...] A mentalidade dessa lei era dizer que só os capitalistas poderiam desenvolver o Estado, pois o lavrador maranhense é atrasado e rudimentar. É a mentalidade de que a empresa deve ocupar a terra, e o lavrador deve ser o peão. Essa perspectiva traduzia uma visão profundamente excludente e hierárquica, que desconsiderava as tradições, saberes e direitos das populações rurais locais. O

⁸ O chamado "milagre maranhense" foi uma expressão utilizada para descrever a suposta modernização e crescimento econômico do Maranhão durante o governo de José Sarney (1966–1970), em consonância com o período do "milagre econômico brasileiro" (1968–1973), quando o país apresentou altas taxas de crescimento do PIB sob a ditadura civil-militar. No entanto, estudiosos apontam que, no caso maranhense, esse “milagre” esteve profundamente vinculado a processos de concentração fundiária, repressão no campo e exclusão social, promovidos sob a fachada de desenvolvimento. Conforme destaca Diniz, tratou-se de um projeto excludente, que favoreceu elites agrárias e interesses externos, enquanto ampliava as desigualdades e a violência rural no estado. Vide: DINIZ, Edson. **O milagre maranhense: modernização conservadora e exclusão social**. São Luís: UEMA, 2003.

lavrador, assim, era reduzido a um simples instrumento da produção capitalista, privado de autonomia e sujeito a condições de exploração e dependência. Tal concepção não apenas reforçava a concentração fundiária, mas também legitimava a marginalização social e cultural dos camponeses, perpetuando uma lógica colonial que negava qualquer possibilidade de protagonismo popular no processo de desenvolvimento regional (Asselin, 1982, p. 149).

Para chegar a este “progresso” era preciso entregar essas terras (já habitadas e utilizadas) nas mãos de grandes empresas e oferecer mão de obra barata dos próprios camponeses, posseiros das terras em que cultivavam. Esta lógica capitalista tomou grande parte dos interiores do Maranhão, assim como ressalta Amaral Neto (2021), a grande parte das terras devolutas do estado foram destinadas a grupos empresariais que formaram latifúndios, forçando os camponeses a fugirem daquela realidade e migrarem para outros estados. A partir da Lei de Terras, muitos conflitos vieram junto a ela, camponeses que reivindicavam seus lugares contra a repressão causada pelos interesses econômicos ali presentes e grilagem, agora legalizada depois da lei sancionada.

Durante a década de 1970, os conflitos por terra se intensificaram. As regiões que englobam o Gurupi, Pindaré e Imperatriz foram palco de uma guerra sem trégua entre os grandes proprietários rurais e os camponeses que resistiam a tomada de suas terras. A partir daí, outros mecanismos foram surgindo com a intenção de expulsar os camponeses. A criação da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), foi responsável por incorporar 1.700.000 hectares de área correspondente a Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré-Mirim, Santa Luzia e Amarante; foram incorporados ainda 400.000 hectares, correspondentes a Maracaçumé e Turiaçu, todos hectares destinados a interesses elitistas empresariais (Amaral Neto, 2019).

Grupo Santos Implanta Progresso no Maranhão: Presença da SUDAM no Interior do Estado. (Eloy Cutrim, *Jornal Pequeno*, 1969).

O encarregado dos Negócios da Embaixada da China, no Brasil, chegou, ontem, à nossa capital. (...) Tsui Wan Chiu informou aos repórteres que o objetivo de sua vinda ao Maranhão tem dois motivos: visitar o grupo chinês aqui radicado e manter os entendimentos finais com o Executivo Estadual, para a implantação, neste Estado, da “SIMAICO” – Sino Maranhense Agricultura, Indústria e Comércio S/A. A imprensa foi implantada para a exploração agro-pecuária e florestal, no Vale do Pindaré, ao longo da MA-1 e MA-77, cujo projeto foi contratado com a “CONSULPLAN” e vem recebendo integral apoio do Governo do Estado e da SUDENE. O valor do convenio é de doze milhões de cruzeiros. (*Jornal Pequeno*, 1970).

Outros órgãos foram criados para burocratizar a formalização da posse de terras para os camponeses, tais como a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), criada em 1972; Companhia de Terras do Maranhão (COTERMA), criada em abril de 1979; Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), criada em 1980; Grupo Executivo de

Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), também de 1980; todos estes órgãos, juntamente a COMARCO, complementaram, segundo Amaral Neto (2019) o trabalho do INCRA. Amaral Neto ainda coloca que:

[...] o Maranhão foi abalado em 1969 pela aprovação da Lei de Terras. De um ano para outro, posseiros seculares, quilombolas, ribeirinhos e indígenas tiveram suas terras de uso costumeiro vendidas de forma fraudulenta e invadidas por fazendeiros. A chamada Lei Sarney (Lei nº 2.979/1969), ao invés de promover justiça fundiária, institucionalizou um processo violento de exclusão territorial, ao legalizar a apropriação de terras devolutas por grupos empresariais e latifundiários ligados ao projeto desenvolvimentista do regime militar. Com base no argumento da modernização, o governo estadual criou um mercado formal de terras que ignorava as formas tradicionais de posse e convivência com o território. Como consequência, houve uma explosão de conflitos agrários, assassinatos de lideranças camponesas, grilagem sistemática e repressão a sindicatos rurais. As populações atingidas, sem apoio jurídico e político, foram empurradas à marginalidade ou à resistência organizada, que passou a ser criminalizada como subversiva (Amaral Neto, 2019, p. 75).

A verdade é que a implementação da Lei de Terras por Sarney teve um impacto profundo na política, sociedade e economia do Maranhão, gerando repercussões significativas naquela época e que ainda se fazem sentir nos dias de hoje. Muitos dos desafios enfrentados pelo Maranhão atualmente podem ser compreendidos ao olhar para trás e tentar entender esse período caótico e marcado pelo capitalismo, que faz parte da história do estado.

A ocupação do território maranhense intensificou-se a partir da década de 1950, quando fortes correntes migratórias interestaduais se estabeleceram no interior do estado. Estas correntes se fixaram, inicialmente, na região de Itapecuru, mas, devido as altas nos preços das propriedades, houve a necessidade de ir em busca de terras acessíveis. Desta forma, esta ocupação se expandiu, chegando até às chamadas terras livres em Pindaré (Luna, 1984).

A urbanização que estava chegando a essas regiões ocupadas passava a acompanhar a configuração criada pelos posseiros. Ou seja, antes mesmo das estradas começarem a ser construídas, essas comunidades já estavam alojadas nessas regiões, produzindo mantimentos como roçados de arroz, de milho e mandioca.

Nesse ínterim, segundo Almeida e Mourão (1976, p. 9) as linhas de frente para a construção de estradas já se depararam com famílias camponesas, seus atalhos de serviço encontravam roçados de arroz, mandioca e milho e, em algumas situações, o próprio traçado da estrada obedecia à linha de ocupação. Nesse sentido, a migração antecedeu a construção de rodovias, ainda que seu volume tenha sido alterado após o término da estrada. (Barbosa, 2015, p. 48).

O processo de migração que possibilitou a ocupação das terras livres no território maranhense perdurou até meados da década de 1960. No entanto, o modo de vida, produção e cultivo dessas famílias alojadas nessas regiões, foi impactado pela Lei de Terras ou Lei de Terras Sarney (Lei Nº 2.979, de 17/07/1969), que assegurava a privatização de terras públicas, abrindo espaço para o setor do agronegócio, atraindo empresas estrangeiras não preocupadas na preservação do ambiente ou das famílias que já estavam ali, tudo isto com o respaldo do governo do estado. De acordo com notícia veiculada pelo *Jornal Pequeno* a “Inauguração das Novas Instalações da Comarco; Governo Criou: Projeto Pioneiro de Ocupação das Terras Devolutas do Estado” (*Jornal Pequeno*, 1970).

Estas faixas de terras, que compreendem algumas cidades do interior do Maranhão, que antes não possuíam valor e traziam benefícios aos migrantes, passou a ter valor agregado, sendo importantes para as grandes indústrias agropecuárias. Visando somente o lucro capitalista e um “progresso”, essa Lei contribuiu, sobretudo, para os conflitos que passaram a existir na região entre os posseiros, ocupantes de suas terras, latifundiários, empresários e grileiros. Estes grupos tinham o respaldo que precisavam para ocupar, expulsar e tomar as terras dos camponeses, que permaneciam sem direito aos olhos do governo do Maranhão.

Barbosa (2015) explica que mesmo que o projeto tivesse o intuito de fazer a economia crescer no interior do estado, isso não aconteceu. A lei se tornou apenas mais um aparelho para reprimir e excluir as famílias camponesas do direito à produção.

[...] Os projetos agropecuários não trouxeram desenvolvimento significativo para o estado, pois não implicaram novas tecnologias, nem mesmo em empregos para os destituídos da terra. Ao contrário do que prometia o discurso oficial, esses empreendimentos foram, em sua maioria, voltados para a acumulação privada e para a reprodução do poder das elites agrárias e empresariais. O modelo implantado priorizava grandes propriedades voltadas à pecuária extensiva ou à monocultura, com baixa demanda de mão de obra e mínima inserção tecnológica, resultando em um processo concentrador e excludente. Os camponeses expulsos de suas terras não foram absorvidos pelo novo ‘ciclo de progresso’, mas empurrados para periferias urbanas ou submetidos a relações precárias de trabalho, acentuando as desigualdades regionais. Dessa forma, os projetos agropecuários contribuíram mais para a recomposição do poder oligárquico do que para qualquer transformação estrutural da economia maranhense (Barbosa, 2015, p. 50).

Para o governo, os camponeses não geravam economia para o estado, pois suas técnicas de produção eram entendidas como rudimentares e pouco econômicas, pois só girava dentro da própria comunidade. Tendo em vista que estas comunidades não geravam

retorno ao governo, não era interessante permitir que continuassem a ocupação dessas terras. Assim, as terras tidas como devolutas, passaram a gerar um interesse econômico, com isto o estado, por meio da Lei de Terras privatizou e abriu campo para empresas estrangeiras, sendo elas do setor agrícola ou não. Desta forma, a terra que antes era livre assume concorrência.

O discurso oficial era de que o(a) lavrador(a) devastava a terra e as madeiras por sua técnica de queimada. Em consequência, tinha baixa produtividade por ter tecnologia atrasada e apenas produzia para subsistência (lembramos que o Maranhão, na época era o terceiro maior produtor de arroz do país, produzido por pequenos lavradores/as) e que, por isso, era necessária uma ocupação “racional” da terra. (Souza, 2022, p. 129 – 130).

Os conflitos na região do Vale do Pindaré não se iniciaram após a Lei de Terras, porém foi por causa da mencionada lei que esses conflitos se intensificaram. Em meados dos anos 1950, a construção das estradas também foi um fator que acarretou os conflitos. A partir das estradas o comércio na região foi surgindo.

O comércio se consolidou nesses municípios por causa das estradas. Por um lado, a urbanização trouxe um certo desenvolvimento para os migrantes, que podiam vender suas produções ali em um pequeno comércio. Quem possuía um estabelecimento para vendas, formou uma renda melhor que a dos outros posseiros, a partir daí deu-se início a uma elite no Vale do Pindaré. Esta elite que se formou na região era composta por proprietários de terras que vieram de partes do Ceará e da Paraíba. No entanto, esta “elite” se viu ameaçada por novas caravanas que vinham através das estradas.

Na luta pelo poder local, a “elite” do Pindaré-Mirim perde para os recém-chegados: perde o poder político, perde o monopólio do comércio e transporte do arroz produzido, perde vastas áreas com o fracionamento do território do antigo município. E o campesinato perde suas roças. (Sader, 1989, p. 6).

O vale do Pindaré foi ocupado devido às antigas migrações para o interior do estado, colocando a região como uma das primeiras a serem ocupadas. Os vales dos rios Mearim, Pindaré, Tocantins e Gurupi se tornaram destinos para os migrantes que procuravam fugir da seca e do “foro” (Barbosa, 2015). Porém, havia um plano militar de desenvolvimento para estas regiões, que instaurou grandes empresas e latifúndios, sobre tudo no Vale do Pindaré localizado na região da Amazônia Legal. O projeto visava desenvolver a área da Pré-Amazônia, atraindo empresas para investirem nessas terras, onde passou a ser campo da Segurança Nacional.

A grande questão é que as empresas que ali passavam deixavam um rastro de destruição nas comunidades, expulsando os lavradores de suas propriedades e estes por

sua vez, se dirigiam ao Vale do Pindaré, Santa Luzia, mais precisamente. Isto acarretou em um crescimento populacional acelerado, segundo dados do IBGE em 1970 havia no município cerca de 47.714 habitantes, metade deles eram nascidos em outros municípios, outra parte eram migrantes, que chegaram à região em 1960, enquanto 9000 pessoas chegaram antes desse período. (Souza, 2022).

Em 1960 foi implantada a SUDENE, a qual foi responsável por criar um projeto de colonização na região do Alto Turi, onde o governo federal abriu estradas e possibilitou, mais uma vez, a expulsão em massa do Vale do Mearim, resultando na aceleração da concentração de terras, “[...] o viturinismo foi substituído pelo sarneísmo” (Souza, 2022, p. 121). Foi o discurso de modernidade de Sarney, atrelado ao golpe civil-militar, que proporcionou a entrega de terras do estado, que já eram habitadas, a empresas nacionais e estrangeiras. Desta forma, com a Lei de Terras, o envolvimento de organizações estaduais e municipais, juntamente com os cartórios de registros, a grilagem começou a acontecer, pior, passou a ser legal e respaldada pelo poder público.

Santa Luzia foi palco de boa parte dos conflitos violentos entre posseiros, empresários e milícias armadas. Houve indignações por parte dos posseiros em relação às grilagens, violência e expropriação das terras, estas manifestações foram tratadas pelo governo militar como subversão. Com os conflitos, foi criada uma Delegacia de Terras, que mais tarde se tornaria mais um instrumento de grilagem e repressão aos posseiros. Após as acusações de subversão, no Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) em Pindaré-Mirim foi eleito Manoel da Conceição, um importante nome para a linha de frente das reivindicações camponesas.

Como forma de tentar mediar os conflitos na região, foi indicado um prefeito para a cidade de Santa Luzia, Oswaldo Ferreira, que em seu discurso afirmava que combateria a grilagem e a violência. Porém, assim como Sarney, depois de eleito se tornou parte dos crimes cometidos contra os posseiros, desta forma, no sistema da grilagem, estavam envolvidos o poder público municipal, estadual e federal, além dos empresários e fazendeiros. (Souza, 2022).

O discurso de Sarney previa desenvolvimento para o Maranhão, investimentos em educação, saúde, infraestrutura e mudanças drásticas no campo. Abrir o estado para o agronegócio significaria investimentos e capital de giro, transformando o Maranhão economicamente. Trazer a tecnologia para o campo, com o intuito de capacitar a

agricultura “rudimentar” do camponês, faria com que o meio ambiente fosse preservado e evitaria gastos desnecessários. No entanto, tudo isso parecia muito lindo no discurso, mas o que realmente estava nas entrelinhas, era apenas uma forma de disciplinar o lavrador, transformando-o em mão de obra especializada e barata para as grandes empresas que tomariam suas terras.

Diziam que todos ganhariam e o Maranhão se desenvolveria: o estado por arrecadar mais imposto, o lavrador por aprender tecnologias novas e poder trabalhar para grandes empresas, ou seja, a tentativa biopolítica, necropolítica e disciplinar transformou lavradores(as) autônomos em mão de obra (peão, no termo da região) para o capitalismo no campo. A ideologia do desenvolvimento capitalista, juntamente com a da Segurança Nacional, possibilitaram o silenciamento do(a) lavrador(a) na garantia de direitos previstos por lei. (Souza, 2022, p. 130).

O discurso de atualizar a agricultura dos camponeses, afirmando que a produção aumentaria, foi uma mera manobra para se ter votos. Na prática, antes mesmo da “modernização”, o Maranhão era o terceiro maior produtor de arroz do país, sendo produzido por pequenos lavradores. Outro ponto a ser destacado sobre a Lei de Terras, era “racionalizar” o uso da terra, em outras palavras, os camponeses eram responsáveis pelas queimadas e degradação do solo. No entanto, as empresas não estão preocupadas com o impacto ao meio ambiente, principalmente pelo uso dos agrotóxicos, pesticidas, desmatamento e etc.

3.3 O *Jornal Pequeno* como contra hegemonia midiática no Maranhão

O campo da comunicação social no Brasil é historicamente marcado por uma forte concentração midiática, o que implica, muitas vezes, na homogeneização dos discursos e na manutenção de uma lógica hegemônica de poder. No Maranhão, esse cenário se intensificou durante décadas com o domínio dos meios de comunicação vinculados a grupos políticos tradicionais. Neste contexto, o *Jornal Pequeno* surge como uma alternativa contra hegemônica, adotando uma postura crítica e independente diante do poder estabelecido e da grande imprensa local. Sua atuação se configura como um instrumento de resistência e democratização da informação.

O pensamento de Antonio Gramsci (1831 – 1937) é amplamente reconhecido por sua contribuição à teoria marxista ocidental, particularmente pela elaboração do conceito de Hegemonia. No entanto, o que torna sua abordagem especialmente inovadora é a formulação da ideia de contra hegemonia, um processo dialético e estratégico de

construção de uma nova direção política, cultural e moral por parte das classes subalternas, em oposição à Hegemonia imposta pelas classes dominantes.

Para Gramsci, a Hegemonia não se restringe à coerção ou dominação direta exercida pelo Estado. Ela se concretiza por meio da “direção moral e intelectual” que uma classe exerce sobre os demais, estabelecendo o que socialmente é aceito como verdade, justiça ou senso comum⁹. Essa direção se realiza, sobretudo, nas esferas da cultura, da educação, da religião e dos meios de comunicação, tornando o poder dominante aparentemente natural e consensual.

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tenta liquidar ou submeter mesmo com força armada, e é dirigente dos grupos afins ou aliados. Um grupo social pode, e até deve, ser dirigente antes de conquistar o poder governamental; esta é uma das condições principais para a conquista do próprio poder. (Gramsci, 2000, p. 99).

Gramsci propõe que a Hegemonia não é apenas um resultado da dominação estatal ou militar, mas sim da capacidade de um grupo social de exercer a liderança intelectual e moral sobre os demais. Ou seja, para se consolidar como dominante, um grupo deve antes convencer os outros da legitimidade de seu projeto histórico, criando um senso ideológico. Essa Hegemonia antecede a tomada formal do Estado, ela se constrói na sociedade civil, por meio da educação, da religião, da cultura e da imprensa.

Neste contexto, a contra Hegemonia emerge como uma forma de resistência ao Bloco Histórico dominante. Trata-se de um processo em que as classes subalternas, ao adquirirem consciência da sua posição e de seus interesses próprios, passam a construir uma nova visão de mundo, que desafia os pressupostos ideológicos impostos pela Hegemonia vigente. A contra hegemonia, portanto, é inseparável da luta por uma nova Hegemonia, baseada em um projeto alternativo de sociedade.

Ao contrário da luta política imediata, baseada na conquista do poder estatal por meio da revolução ou do voto, a contra hegemonia opera no campo da “Guerra de Posição”, uma disputa iniciada dentro da sociedade civil, sindicatos, meios de comunicação e partidos¹⁰. É nesse espaço que se moldam as subjetividades e se disputam os valores, significados e narrativas que sustentam ou questionam a ordem estabelecida.

⁹ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 223.

¹⁰ “A guerra de posição é típica dos países desenvolvidos, onde a sociedade civil é complexa e organizada, exigindo uma luta prolongada no campo da ideologia.” (Gramsci, 2000, p. 249).

A Guerra de Posição é uma estratégia que visa minar a hegemonia dominante a partir de dentro, disputando o consenso social de maneira gradual e sistemática. Ela se contrapõe à “Guerra de Movimento”, típica das revoluções clássicas, que visava a tomada direta do Estado. Gramsci compreende que, nas sociedades ocidentais modernas, onde a sociedade civil é caminho mais eficaz para a transformação radical.

Entre a estrutura econômica e o Estado, com sua legislação coercitiva, existe uma terceira instância: a sociedade civil. Esta é o terreno no qual se trava a luta pela hegemonia. A sociedade civil é o conjunto de organismos vulgarmente designados como “privados”, e que correspondem à função de hegemonia que a classe dominante exerce sobre a totalidade da sociedade. (Gramsci, 2000, p. 75).

Para Gramsci existem três esferas distintas fundamentais: estrutura econômica, sociedade civil e Estado. A sociedade civil, composta por instituições como igrejas, escolas, sindicatos e meios de comunicação, é o lugar onde se constrói e se disputa a hegemonia. A classe dominante exerce seu poder de forma sutil e duradoura nesse campo, moldando os valores, costumes e ideologias da população. Para o autor, a luta política real ocorre neste terreno da cultura e das ideias, não apenas no campo econômico ou militar.

A contra hegemonia implica, portanto, a formação de intelectuais orgânicos, pessoas oriundas de classes subalternas que assumem a tarefa de elaborar e difundir um novo projeto ético-político. Esses intelectuais não são apenas acadêmicos ou pensadores, mas lideranças políticas, comunitárias, sindicais e culturais que articulam teoria e prática em prol de uma mudança concreta.

O papel da cultura na construção da contra hegemonia é fundamental. Gramsci reconhece que a luta por hegemonia é, antes de tudo, uma luta cultural. A contra hegemonia visa transformar o senso comum em “bom senso”, ou seja, numa concepção crítica e coerente da realidade social. A educação, nesse sentido, torna-se um campo privilegiado da batalha contra hegemônica. Projetos pedagógicos emancipatórios, como os propostos por Paulo Freire, inspiram-se diretamente nas ideias de Gramsci ao propor uma educação que não seja neutra, mas comprometida com a libertação das classes oprimidas. Para Freire, “toda educação é um ato político”, e como tal, deve servir a formação de sujeitos críticos e transformadores.

O senso comum é o folclore da filosofia, e como tal tem sempre algo de arbitrário, de desagregado e de inconsistente. Contudo, ele é a base da hegemonia, pois é nele que os grupos dominantes sedimentam suas concepções do mundo. Transformar o senso comum em bom senso é tarefa da crítica, da educação e da organização política. (Gramsci, 2000, p. 58).

O senso comum, para Gramsci, é o conjunto de ideais “disseminadas” que orientam o pensamento cotidiano da maioria das pessoas, geralmente sem questionamento. As classes dominantes impõem suas visões como naturais através desse senso comum, criando a hegemonia cultural. A luta contra hegemônica exige transformar o senso comum em bom senso, uma concepção crítica, consciente e sistemática da realidade, que possa sustentar uma nova hegemonia.

Além disso, a contra hegemonia demanda a construção de uma Vontade Coletiva nacional popular, expressão usada por Gramsci para descrever o processo de unificação dos diversos setores oprimidos em torno de um mesmo projeto histórico. Essa unificação exige mediação política, alianças estratégicas e, sobretudo, a capacidade de manter as ideias em circulação na sociedade.

A história do *Jornal Pequeno* se confunde com a história da luta por liberdade de expressão no estado. Fundado em 1951, o jornal adotou o lema “O único que não se vende”, uma declaração direta de seus princípios editoriais. Essa frase, repetida até os dias atuais em sua capa, sintetiza seu compromisso com a independência editorial. Conforme afirma Wladimir Albuquerque (2004), “a imprensa é aquela que se constitui em oposição a um sistema dominante de comunicação, articulando uma lógica de produção e circulação de sentidos”.

No Maranhão, a imprensa de oposição praticamente se resumiu ao *Jornal Pequeno*, que enfrentava o sistema oligárquico com independência, mas sob permanente risco de censura, perseguição política e boicote financeiro. Atuando em um ambiente dominado por veículos alinhados ao governo e controlados por grupos empresariais ligados às elites locais, o *Jornal Pequeno* tornou-se uma rara voz dissonante no cenário midiático estadual. Suas reportagens denunciavam abusos de poder, corrupção, repressão no campo e a farsa do chamado ‘Maranhão Novo’, enfrentando constantes ameaças à sua continuidade. A vigilância sobre seus jornalistas, os processos judiciais, a retirada de anunciantes e o bloqueio de verbas públicas compunham um cerco que visava silenciar qualquer contestação à hegemonia política vigente. Ainda assim, o jornal manteve-se como espaço de crítica e resistência, registrando e amplificando as vozes excluídas pela grande imprensa local e nacional (Rodrigues, 2011, p. 89).

A atuação do jornal não se resumiu à crítica pontual: ele sustentava uma linha editorial sistemática de denúncia e resistência, muitas vezes em dissonância com os interesses do empresariado local. Sua função social aproximava-se daquilo que Perseu Abramo (2003) chama de “imprensa alternativa”, isto é, aquela que “existe como contraponto à informação produzida pelos grandes veículos ligados ao poder dominante”. (Abramo, 2003, p. 112).

Ao longo das décadas, o *Jornal Pequeno* consolidou-se como um dos poucos espaços de denúncia de irregularidades políticas e administrativas no Maranhão, especialmente durante os anos de domínio da oligarquia Sarney. Enquanto outros veículos reproduziam discursos oficiais, o *Jornal Pequeno* expunha casos de corrupção, abusos de poder e violações de direitos. Tal postura atribuiu um papel essencial na formação de uma consciência crítica na sociedade maranhense. De acordo com Jorge Ferreira (2011), a construção de uma opinião pública dissidente no Maranhão se deu a partir da atuação dos veículos independentes de informação, tais como o *Jornal Pequeno*.

A crítica sistemática ao poder político e econômico fez do *Jornal Pequeno* um símbolo da resistência midiática regional. Em um estado marcado por profundas desigualdades sociais e pela centralização de poder, o jornal atuou como espaço de visibilidade para vozes dissidentes. Como aponta Pierre Bourdieu (1997), “a luta simbólica é também uma luta política” (Bourdieu, 1997, p. 57), e nesse sentido, a linha editorial do *Jornal Pequeno* representa uma insurgência contra a dominação simbólica perpetuada pelos grupos hegemônicos.

A informação não é o espelho da realidade, mas uma construção. Quem tem o poder de construir o mundo social a partir das palavras, das imagens, das manchetes, tem o poder de moldar a realidade social. É por isso que lutar pelo sentido das coisas é uma forma de lutar pelo poder. A mídia, nesse contexto, não apenas transmite fatos, mas produz significados, hierarquiza eventos, define o que é visível e o que deve ser silenciado. Ao nomear, enquadrar e interpretar o mundo, ela participa da disputa simbólica por legitimidade e verdade. Assim, o poder de informar é também o poder de classificar, de organizar o pensamento social e de influenciar percepções coletivas. Nesse sentido, o campo jornalístico está profundamente entrelaçado com os demais campos de poder, e sua autonomia relativa não o exime de operar como espaço estratégico na luta pela hegemonia (Bourdieu, 1997, p. 65).

O *Jornal Pequeno* ao disputar a narrativa sobre Sarney, exercia esse poder de construção de mundo social. Ele combatia o mito de um político reformador ao expor sua vinculação com práticas políticas arcaicas e concentradoras.

O caráter contra hegemônico do *Jornal Pequeno* se manifesta também na escolha das pautas. Ao privilegiar temas relacionados à justiça social, a denúncia de injustiças e à fiscalização dos poderes, o jornal desafia o modelo tradicional de imprensa comercial. Trata-se de uma perspectiva que se afasta do “jornalismo de espetáculo” e do alinhamento automático com os interesses estaduais. Para Noam Chomsky e Edward Hernan (2003), a imprensa molda a opinião pública de acordo com os interesses dominantes, o *Jornal Pequeno* ao romper com esta lógica, cria um contraponto regional significativo.

A Hegemonia, conforme concebida por Gramsci, opera sobretudo nas lutas no campo simbólico, cultural e comunicacional. No Maranhão, essa hegemonia foi construída por meio de um projeto político que não apenas ocupou os espaços institucionais, mas também articulou uma estrutura de produção de consenso sustentada por emissoras de rádio, televisão e jornais alinhados ao grupo Sarney. A predominância desse modelo favoreceu a naturalização do poder oligárquico, apresentando-o como sinônimo de progresso e estabilidade.

A imprensa desempenha função de organização e de unificação ideológica; ela atua como um dos principais instrumentos por meio dos quais se exerce a hegemonia cultural. Em tempos de dominação consolidada, o controle da imprensa é tão importante quanto o controle militar ou econômico. (Gramsci, 2000, p. 124).

Essa reflexão é essencial para entender que o *Jornal Pequeno* foi (e continua sendo) combatido por setores do poder político maranhense. Ao se recusar compactuar com a lógica da grande mídia local, o jornal rompeu com esse elo de Hegemonia, desafiando diretamente a imagem construída em torno de Sarney.

Segundo Gramsci (2000, p. 95) “a imprensa deve ser compreendida como parte do processo de construção da hegemonia ou da contra hegemonia”, a partir disto, a relação do *Jornal Pequeno* com os movimentos sociais, concedendo espaços para denúncias de lideranças populares, sindicatos, associações e entidades de defesa de direitos, revela uma postura que reafirma seu papel enquanto veículo de expressão das classes subalternas.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, esse domínio midiático dificultou o acesso da população a visões alternativas sobre a realidade social e política do estado. Nesse cenário, o *Jornal Pequeno* assumiu um papel de exceção, adotando uma postura editorial crítica e independente, que o tornou alvo de perseguições, processos judiciais e boicotes comerciais. Ainda assim, o jornal se manteve como importante referência de resistência, utilizando uma linguagem acessível e politicamente engajada, que confrontava a retórica oficial e denunciava os abusos de poder.

Enquanto os jornais alinhados ao grupo dominante retratavam José Sarney como uma figura paternal, responsável pelo “desenvolvimento” do estado, o *Jornal Pequeno* insistia em revelar o outro lado: o lado da miséria, do atraso e da dominação de uma elite sobre um povo submetido. Era, por tanto, um veículo que quebrava o encanto de uma imagem cuidadosamente fabricada. (Gentile, 2014, p. 147)

Esse trecho revela o caráter simbólico do jornalismo praticado pelo *Jornal Pequeno*, ele não apenas denunciava fatos isolados, mas desmontava o edifício simbólico da imagem pública de Sarney, mostrando suas contradições.

Ao longo das décadas, o *Jornal Pequeno* aperou não apenas como jornal, mas como espaço de mobilização e de crítica ao poder. Ele desfez a imagem de perfeição em torno de Sarney e ajudou a reconfigurar a percepção pública sobre sua figura. Ao seguir uma linha editorial baseada na ética e no compromisso com a verdade, o jornal tornou-se símbolo de resistência no Maranhão.

4 CONCLUSÃO

A proposta de modernização do Maranhão, conhecida como “Maranhão Novo”, promovida por Sarney, visava transformar o estado através de investimentos em infraestrutura, educação e setores produtivos. Contudo, as mudanças trouxeram efeitos adversos, gerando desigualdades sociais e resistência entre os setores tradicionais, especialmente no campo. A modernização, em vez de melhorar as condições de vida, agravou a concentração fundiária e os conflitos de terras, e na capital, as remoções compulsórias contribuíram para a formação de periferias desassistidas.

Sarney consolidou seu poder no Maranhão por meio de um tripé de energia, terras e comunicações, conforme apontado por Monica Piccolo (2017). Essas ações garantiram a longevidade do “sarneísmo” e uma reestruturação profunda da política e economia maranhense. Portanto, a história política do Maranhão nesse período é marcada por uma combinação de adesão ao poder federal, rivalidades internas e os impactos da modernização, que, embora tenha trazido avanços, também exacerbou desigualdades e tensões sociais.

A implementação da Lei de Terras no Maranhão, apoiada por José Sarney durante o regime militar, marcou um período de profundas transformações no estado, com impactos duradouros na política, sociedade e economia locais. A legislação, embora promovida como um caminho para o desenvolvimento, resultou em graves conflitos agrários, deslocamentos forçados de comunidades e a concentração de terras nas mãos de grandes empresas, muitas vezes estrangeiras, em detrimento da população camponesa.

O suposto “milagre maranhense” foi amplamente criticado como um mito, pois os benefícios econômicos não se traduziram em melhorias sociais significativas para a maioria da população.

A Lei de Terras, em particular, aprofundou as desigualdades sociais ao priorizar o desenvolvimento capitalista e a concentração de terras em grandes latifúndios, marginalizando os camponeses e comunidades tradicionais. A criação de órgãos como COMARCO, SUDENE, SUDAM e ITERMA, em conjunto com a aprovação da lei, facilitou a apropriação de vastas áreas por interesses empresariais, resultando em conflitos intensos e a expulsão de milhares de famílias de suas terras ancestrais.

Essas ações de Sarney, embora inicialmente apresentadas como um avanço, deixaram um legado de desigualdade e tensão social que ainda ressoa no Maranhão

contemporâneo. A história desse período evidencia as contradições entre o discurso de modernização e os impactos reais das políticas implementadas, oferecendo lições importantes sobre o custo social do desenvolvimento desenfreado.

A construção da imagem pública de Sarney foi uma operação complexa, sustentada por estruturas midiáticas alinhadas ao poder e por recursos estatais amplamente empregados para fins políticos. O *Jornal Pequeno*, ao questionar sistematicamente essa imagem, prestou um serviço democrático à população maranhense, oferecendo uma leitura crítica da realidade e promovendo o exercício da cidadania pela informação.

A análise do *Jornal Pequeno* como instrumento de resistência ao sarneísmo revela a profundidade de sua importância política e histórica. Em um ambiente de concentração midiática e autoritarismo disfarçado de modernização, o jornal cumpriu um papel decisivo ao desafiar narrativas oficiais, formar opinião crítica e preservar a memória das lutas sociais no Maranhão. Seu legado permanece vivo como referência ética e jornalística no debate político do estado.

O *Jornal Pequeno* representa não apenas uma alternativa jornalística, mas também uma construção de memória e identidade política. Sua atuação mostra que a imprensa pode ser, ao mesmo tempo, instrumento de denúncia, formação e preservação da memória coletiva, garantindo o direito a verdade e a história.

A análise da relação entre o jornal impresso e a conjuntura política durante a ditadura civil-militar no Brasil e no Maranhão revela não apenas a importância do jornal como fonte histórica, mas também sua complexa interação com os poderes estabelecidos. A censura imposta durante esse período, juntamente com a utilização dos jornais como instrumentos políticos, destaca a necessidade de uma abordagem crítica ao examinar essas fontes. Além disso, a promulgação da Lei de Terras no Maranhão, sob a gestão de José Sarney, evidencia como as decisões políticas moldaram não apenas a paisagem econômica, mas também as estruturas sociais e as lutas pela terra, deixando um legado de desigualdade e conflito que ressoa até os dias atuais. Portanto, compreender o papel do jornal impresso e das políticas governamentais na construção da história é essencial para uma análise holística e contextualizada do passado, fornecendo percepções valiosas para compreendermos os desafios e as complexidades do presente.

5 FONTES

JORNAL PEQUENO, São Luís – MA, 1964 – 1979.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **O poder dos donos: mídia, política e mercado**. São Paulo: Contexto, 2004.

ALMEIDA, Ricardo Tavares de. **Ditadura e repressão no Maranhão: memórias e testemunhos (1964–1985)**. São Luís: EDUFMA, 2020.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMARAL NETO, Roberval Amaral. A LUTA PELA TERRA NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO: A “LEI SARNEY DE TERRAS” E A RESISTÊNCIA CAMPONESA. *Entropia*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 9, p. 147 – 164, jan./jun. 2021.

AMARAL NETO, Roberval Amaral. “LEI SARNEY DE TERRAS”: CONFLITOS FUNDIÁRIOS E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO. in. PACHECO, Agenor Sarraf (org.). **ESTUDOS CULTURAIS: em cidades e florestas**. Rio Branco: Nepan, 2019.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: Corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961–1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

BANDEIRA, Luiz Alberto. **Sarney: o herdeiro do império**. São Paulo: Record, 2011.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos do governo. Histórias Sociais do Trabalho: usos da terra, controle e resistência. In.: FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERREIRAS, Norberto O.; ROCHA, Cristiana Costa da. **HISTÓRIAS SOCIAIS DO TRABALHO: USO DA TERRA, CONTROLE E RESISTÊNCIA**. Editora UEMA, São Luís, 2015.

BARROS, José D’Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BIROLI, Flavia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41, p.269-291, jan/jun, 2009.

BORGES, Arleth Santos. Ditadura Militar no Maranhão. In: DIAS, José Alves; ALVES, Ana Elizabeth Santos (org.). **DIALOGOS COM A MEMÓRIA: REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NA AMÉRICA LATINA**. 1ª edição. Minas Gerais: Uberlândia, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2014.

CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. São Paulo: Record, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. New York: Pantheon Books, 2003.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório Final**. Brasília: CNV, 2014.

CUNHA, Manoel Afonso Ferreira. **A Imprensa maranhense e o golpe empresarial – militar de 1964**. São Luís, 2018.

DANTAS, José Ribamar. **Oligarquia, política e poder no Maranhão (1945–1970)**. São Luís: EDUFMA, 2009.

DE OLIVEIRA, Rodrigo Santos. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiæ*, v. 2, n. 3, p. 125 – 142, Rio grande, 2012.

DINIZ, Edson. **O milagre maranhense: modernização conservadora e exclusão social**. São Luís: UEMA, 2003.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à Nova História**; São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 24, n.2, 1998.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano** - vol. 4, O tempo da ditadura. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. *A democracia e os anjos: os dilemas da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERREIRA, Jorge. **A ditadura e os movimentos sociais no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jônatas. *Mídia alternativa e resistência no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2011.

FICO, Carlos; Ferreira, Marieta de Moraes; Araújo, Maria Paula; Quadrat, Samantha Viz, (Org.). **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29–60, 2004.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 11–38, 2017.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos EUA e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GEHLEN, Marco Antônio; GUIMARÃES, Alanna Ferreira. Ditadura, censura, resistência e desafios do jornal O Progresso de 1970 a 1985. In: BRITO, Nayane Cristina Rodrigues de; REIS, Rodrigo Nascimento; Roseane Arcanjo Pinheiro; REIS, Thais Assunção (org.). **JORNALISMO, MÍDIA E SOCIEDADE: AS EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO TOCANTINA**. Imperatriz: EDUFMA, 2017.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Ângela dos; MENDES, José Manuel; DA LEI DE TERRAS A CONTEMPORANEIDADE: A legislação e a construção da questão agrária atual no Brasil. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, vol. 6, n. 1, 2017.

HOLANDA, Sérgio. **Gramsci e a Cultura Popular**. São Paulo: Cortez, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O Jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira 1968-1978**. São Paulo, Global, 1980.

MARANHÃO. **Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1965**. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, 1965.

MAUAD, Ana Maria. “Imprensa alternativa e memória política no Brasil”. **História, imagens e narrativas**, v. 2, n. 3, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOURA, Danilo. **Ditadura militar e repressão no Maranhão: o papel das forças armadas no controle social (1964–1970)**. Anais do Encontro Nacional de História Política, v. 2, 2016.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA E A IMPRENSA, BREVE HISTÓRIA DA IMPRENSA E AS ORIGENS DA IMPRENSA NO BRASIL (1808 – 1930). *Historiæ*, Rio Grande, vol. 2, n. 3, p. 125– 142. 2011.

PICCOLO, Monica. Os Sarneys: comunicações, negócios e poder no Maranhão. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pereira; BRANDÃO, Rafael Vaz Motta (org). **Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Autografia Edição e Comunicação, 2017. p. 315 – 351.

QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil contemporâneo: do golpe de 1964 à Comissão da Verdade**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura brasileira: regime militar e repressão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 63-78, 2010.

RODRIGUES, João Carlos. **Imprensa e Poder no Maranhão: 1960–1990**. São Luís: EDUFMA, 2011.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SANTOS, Davi Elias Rangel. A atuação da imprensa no contexto ditatorial. In: PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco; PELEGRIE, Ayala Rodrigues Oliveira; ALMEIDA, Dinorah Lopes Rubim; DAMARTINI, Márcio Gomes; MARTINS, Maro Lara; FAGUNDES, Pedro Ernesto; BRITTO, Rossana Gomes (org). **DAS UTOPIAS AO AUTORITARISMO: historiografia, memória e cultura**. 2019. p. 67 – 84.

SADER, Regina. **Migração e Violência – O caso da Pré-Amazônia Maranhense**._____,1989.

SARNEY, José. **Governo e Povo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1970, p. 45.

SILVA, Maria do Socorro. **Histórias de luta no campo maranhense: memória, resistência e organização das trabalhadoras rurais**. São Luís: MIQCB, 2018.

SILVA, Cláudio. **A construção do poder no Maranhão pós-64: Sarney, Neiva e a ditadura**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Karina Borges Diaz Nery de Souza. **ELES ERAM POBRES, ENTÃO RRICOS ÉQUE ESTAVAM TOMANDO DA POBREZA... AÍ ELES PRENDERAM A POBREZA: Biopolítica, Colonialidade e Estado de Exceção no Oeste Maranhense sob a Ditadura Civil-Militar**. Porto Alegre, 2022.

SOUZA, Leina Fernanda de Oliveira. **VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985): representações do periódico maranhense Jornal Pequeno**. (Monografia) Graduação em História – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TELES, Edson. ***Ditadura e resistência no Brasil: movimentos sociais, memória e verdade***. São Paulo: Alameda, 2014.

VILLA, Marco Antonio. ***Ditadura à brasileira: 1964–1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita***. São Paulo: Leya, 2014.

ANEXOS

Panorama nacional da ditadura civil-militar no *Jornal Pequeno*Imagem 1: *Jornal Pequeno* publica que não houve renúnciaFonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

Imagem 2: "Regime da Liberdade"

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

Imagem 3: Ditadura à vista

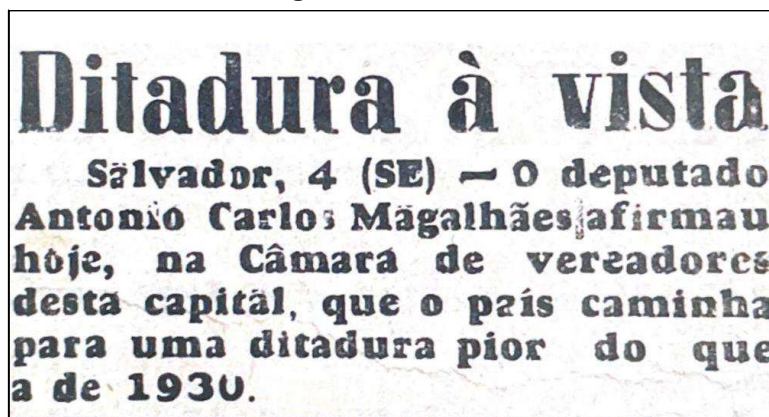
Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

Imagem 4: Pronunciamento dos "revolucionários"



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

Imagem 5: Revolução prestes a estourar



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

Imagem 6: *Castelo Branco Eleito Presidente*



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

Imagem 4: Degola Geral - Ocupação de postos federais



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

Imagem 5: Chefes da Revolução Baixam Ato Institucional



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

1.1 A política maranhense em compasso com a ditadura civil-militar (1964)

Imagem 6: Câmara Municipal Homenageia a Revolução



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

Imagem 7: Newton Bello defende eleição do Genral Castelo Branco



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

Imagem 8: Newton adere aos vitoriosos



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

1.2 Posicionamento do *Jornal Pequeno* durante a ditadura

Imagem 9: Não creio nessa revolução



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

Imagem 10: Traçado o Esquema da Revolução desde 1961

Traçado o Esquema da Revolução desde 1961

Recordar é Viver

Bernadino Sena Rodrigues

MISÉRIA DO 39º. 71A

SIM!

CURSO DE PINTURA

ADONIS É FACIL COMPREENDER O QUE É O BEM E O MAL

PEREGRINO NA PRAIA DO

CASA VICENTE FARIAS

PARA TODA A FAZENDA, 40% em desconto

MARANHÃO GAS BUTANO

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

1.3 Disputa política governamental e campanha de José Sarney

Imagem 11: Newton Bello Denunciado

NEWTON BELLO DENUNCIADO

BRASILIA (Sucesso) —

A oposição maranhense na

Camara, constituída dos de

putados Cidomir Milet (P

SP), José Sarney (UDN), Hen

rique La Rocque (PSP), Ale

xandre Costa (PSP), Pedro

Braga, Ivar Saldanha e Eu

rico Rbeiro, compareceu ao

gabinete do Ministro da

Justiça, em companhia do

Prefeito Luis Gonzaga da

Cunha, que foi deposto pela

Polícia Militar, na cidade

de Tuntum, para denunciar

uma série de violências que

que, aproveitando a revolu.

ção, está depondo e perse.

guindo seus adversários po

líticos, solidários com o Mo

vimento de 1.º de Abril.

(Nota do «Correio da Ma

nha» de 18/4/64).

CARPINTEIRO

ACIDENTADO

Quando trabalhava no fôr

ro do prédio onde vai fun

cionar o Cing-Passeio, na

rua Osvaldo Cruz, o carpin

teiro José França estorregou

precipitando-se ao solo de

uma altura de 10 metros,

tendo perdido os sentidos

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

Imagem 12: Sarney é a solução



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

Imagem 13: Vitória de José Sarney em 1965



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1964

1.4 O governo Sarney e o Maranhão Novo

Imagem 16: Maranhão Novo

“ MARANHÃO NOVO ”

Para aqueles que acham que no “Maranhão Novo” se vive num verdadeiro mar de rosas, graças à “maravilhosa administração do Sr. José Sarney”, transcrevemos abaixo o seguinte comentário, publicado no jornal “O POVO”, de Fortaleza, em uma de suas últimas edições:

“MARANHÃO

* São Luís terra onde tudo falta, sente agora o problema água e da carne verde. Em quase todos os bairros da capital não existe o precioso líquido, com muitos chefes de famílias se abastecendo durante a madrugada nos logradouros públicos, enquanto os que possuem carros se deslocam para algumas fontes, como Olho D’água, Tibiri e Rio São João. Por outro lado, comenta-se na cidade que a situação do problema de abastecimento de água em São Luís tende a se agravar, em virtude do reservatório de tratamento do Batantã estar abaixo do nível, não sendo contestada ainda essa nota pelo órgão competente. Enquanto o maranhense começa a preocupar-se com o problema em referência, ainda não foi solucionada o abastecimento de carne verde, desconhecendo-se até agora a medida tomada pela SUNAB para amenizar a situação com o preço médio de aves atingindo a faixa de dez cruzeiros. Não existe carne nos mercados e açougues e o público não tem conhecimento das medidas adotadas pelo órgão controlador de preços para sanar o problema.

ATENÇÃO

Vende-se um terreno com uma propriedade própria para criação de gado, situado no Outeiro dos Nogueiras, com frente para a BR-135. Quem interessar, a tratar à rua Dr. Santos Neto 406 (Vila Ivar Saldanha), com Leobando Lisboa.

FABRICA DE SABÃO

Vende-se uma com capacidade para 2.000 quilos de sabão diário, terreno próprio com 10x30. Local: Rua Nova — Pão de Açúcar (Anil). Tratar no local.

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1966

Imagem 17: Governo Federal preocupado com baixa renda no Maranhão

Jornal Pequeno Esta Edição : 0,30
8 paginas

SAO LUIS, MARANHÃO, 30 DE OUTUBRO DE 1970 — Nº 6.230 — (Quarta-Feira)

Governo Federal preocupado com baixa renda no Maranhão

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1970

Imagem 18: No Maranhão Novo

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1966

Imagem 19: Favoritismo no Maranhão Novo

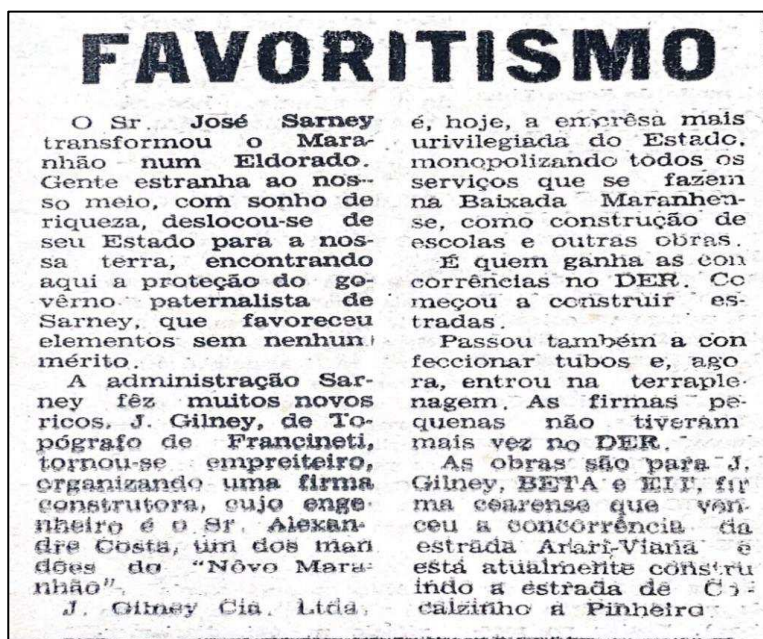
Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1966

Imagem 20: Reforma Agrária no Maranhão

Decreto Estabelece Reforma Agrária no Maranhão

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1968

Imagem 21: Decreto para Reforma Agrária

RIO (V.A.) — Para fins de reforma agrária, o Governo considerou área prioritária uma região maranhense de quase 60 mil quilômetros quadrados, abrangendo mais de 20 municípios. A medida, segundo exposição de motivos do Ministro da Agricultura, Sr. Cirne Lima, era reivindicada pelo Governo daquele Estado.

O prazo da intervenção governamental na área será de cinco anos, podendo ser prorrogado. A área considerada prioritária integrará a jurisdição da Coordenação Meio-Norte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

O DECRETO

E' o seguinte o decreto:

"Art. 1.º — fica declarada prioritária, para fins de reforma agrária, no Estado do Maranhão, a área abrangida total ou parcialmente pelos Municípios de: Coroatá, Pedreiras, Lima Campos, Lago do Junco, Igarapé Grande, Lago da Pedra, IPIXUNA, Bacabal, Vitorino Freire, Lago Verde, Esperantinópolis, Poção de Pedras, Dom Pedro, Presidente Dutra, Pinheiro, Santa Helena, Viana, Penalva, Vitória do Meirim, Pindaré-Mirim, Santa Inês, Santa Luzia, Monção, Cajari, Joselândia, Governador Archer, Buriti e Brejo, com a área total de aproximadamente 59702km², e limite e confrontações seguintes:

Área 1 — compreendendo os primeiros 26 municípios: ao Norte: Municípios de Turiaçu e Cururupu; a Nordeste: Municípios de Mirinzal, Guimarães, Peri-Mirim, Palmeirândia, São Bento, São Vicente Ferrer, Matinha, São João Batista, Anajatuba, Arari, São Mateus, Pirapemas, Vargem Grande, Timbiras e Chapadinha; a Leste: Municípios de Afonso Cunha e Aldeias Altas; a Sudeste: Municípios de Caxias, Gonçalves Dias e Governador Archer; ao Sul: Municípios de São Domingos, Tuntum, Barra do Corda e Sul de Grajaú, à altura do paralelo seis; a Oeste: faixa de 100 km à margem esquerda da Rodovia Belém-Brasília, no trecho que vai do rio Pindaré até sua entrada no Município de Grajaú (Decreto Presidencial n. 1164, de 1-4-71); a Nordeste: área de reserva do Projeto Gurupi (Decreto Presidencial n. 51.026, de 25-7-61) e área de reserva para colonização oficial (Decreto Estadual n. 2098, de 26-12-62).

Área 2 — ao Norte: Municípios de Santa Quitéria do Maranhão; a Leste: Estado do Piauí; ao Sul: Municípios de Duque Bacelar e Coelho Neto; a Oeste: Municípios de Chapadinha, Mata Roma e Anapurus.

Art. 2.º — a área prioritária de que trata o Artigo 1.º integrará a jurisdição da Coordenadoria do Meio-Norte, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -- INCRA.

Art. 3.º — O prazo da intervenção governamental na área de que trata este decreto, será por 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado.

Art. 4.º — Os trabalhos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária compreenderão preferencialmente:

- a) regularização da situação nominal dos imóveis localizados na área; z
- b) condicionamento do uso da terra à sua função social;
- c) promoção da justa e adequada distribuição da propriedade.

Art. 5.º — Para a execução deste decreto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária disporá de recursos próprios previstos em seu orçamento".

ALUGAM-SE quartos para rapazes com refeição. A tratar na rua 7 de Setembro, 750.

NOVENA PODEROSA AO MENINO JESUS DE PRAGA

O' Jesus que disses: pedi e recebereis, procuraí e achareis, batel e a porta se abrirá. Por intermédio de Maria Vossa Sagrada Mãe, eu bato procura nos re-

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1968

Imagem 22: Cooperação da SUDAM no Maranhão

Cooperação da SUDAM é por demais valiosa

Na reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM, realizada, sexta-feira, nesta capital, a OLEAMA teve aprovada nova reformulação, o que permitirá o aumento de sua capacidade produtiva, com a construção de novos pavilhões industriais. Quando iniciou as suas atividades em 1962, as Oleaginosas Maranhenses S.A. dispunham-se de uma área de 5200m².

No momento, essa área foi ampliada para 10.000m², sendo 9.600m² de área construída, mais do dobro do que contava na época de sua instalação.

Com a produção inicial de 300 a 400 toneladas de óleo de babaçu e empregando somente 28 operários, o complexo industrial da OLEAMA apresentou em 1971 uma produção de aproximadamente, 16 mil toneladas, chegando a 225 operários, no total de mão de obra absorvida.

Seus produtos, de ótima qualidade, têm grande aceitação no mercado. A OLEAMA fabrica Sabão Rio, Sabão Rio Anil, Sabão Polar, Tri, Ingenizante União, Oleo Cristal, Solda Careta, Velas Marengo e União, enlatamento de querosene, possui, também, uma fábrica de latas. Lançará, dentro em breve, novo produto Clareol, saponáceo em pó para limpeza geral. A OLEAMA é uma realidade.

O empreendimento existe e assegurou trabalho ao homem da região. Não é coisa para o futuro. É um investimento seguro e sério.

O projeto está implantado e orgulha o Maranhão e o Nordeste, como grande indústria. Aquele que honrar a OLEAMA para depositária de seus incentivos terá quase que um imediato retorno desse investimento.

DECLARAÇÕES DO INDUSTRIAL LUIS PORTO

A propósito da aprovação do projeto da OLEAMA pela SUDAM, procuramos ouvir o industrial Luis Porto, que assim se manifestou:

"A aprovação da reformulação do nosso projeto, na reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM, vem ensinar a execução, a curto prazo, de um vasto programa

de desenvolvimento do nosso parque fabril, inclusive com novas linhas de produtos de consumo obrigatório. Sem dúvida também nossas exportações serão aumentadas.

No campo da assistência social, agora vamos poder realizar aquilo que sempre consideramos uma espécie de plano sagrado, qual seja o de oferecer ao nosso quadro funcional assistência ampla e mais eficiente. Vamos colocar profissional de alto gabarito à testa do Departamento Social para trabalhar com a direção da Empresa e com o corpo de operários e funcionários as metas de trabalho que conduzam à maximização dos benefícios, ora recebidos.

Construiremos um restaurante. Criaremos uma Cooperativa e um Clube Recreativo e ampliaremos o nosso Departamento Médico. Como vê o repórter, a aprovação do nosso projeto pela SUDAM trará benefícios enormes ao Estado e a toda a coletividade trabalhadora e dedicada ao desenvolvimento desta terra".

Pugilismo

Associando-se as festividades com que será comemorado o Sesquicentenário da Independência do Brasil, o Presidente da Confederação Brasileira de Pugilismo, Sr. Eurico de Andrade Neves Filho vai agradecer com o Diploma do Mérito Pugilístico, todos aqueles que, de qualquer modo, tenham contribuído nos últimos 30 anos para o engrandecimento do esporte do ringue em nossa terra.

Assim para concretizar esse reconhecimento, autorizou a confecção dos respectivos diplomas que serão entregues a quantos tenham feito jus à homenagem, em solenidade que vai ser programada e previamente divulgada, ocasião em que também será reverenciada de maneira especial o saudoso desportista Paschoal

Segredo Sobrinho, indubitavelmente o maior incentivador dos desportos pugilísticos no Brasil.

1.5 Falência do governo Sarney

Imagem 23: Feliz 69, Governador... Feliz 70, Maranhão!

São Luís, 3/1/70. JORNAL

Feliz 69, Governador... Feliz 70, Maranhão!

Quem não se recorda das "falsas" do menino pobre do interior, que estudou em escolas públicas, filho de funcionário, removido sem ajuda de custas, sem diárias, lutando com as maiores dificuldades para sobreviver. Quem se esquece das doutrinas promissoras da candidatura aos antigos colegas do seu venerando genitor de que não seria olvidado o funcionalismo?

Quem não foi iludido pelo demagogo das "arcas da Tutóia", da redenção da baía, da tecnologia e da cultura?

Pois bem. O menino pobre, magro da palavra fácil e rei dos sem palavra, que transforma contrabandistas em empresários, nababo dos palácios de mármore, criador dos princípios da SUDEMA, para os quais as Leis do Estado não têm valia e são regidos, principalmente, em matéria de dinheiro, por estatutos especiais acaba de declarar em uma das últimas reuniões do seu Secretariado que não dará aumento aos funcionários, pois precisa terminar as obras do Palácio dos Leões e outras em preítadas lucrativas.

E esta declaração foi feita em uma declaração feita a uma comissão de delegados que com o Governador resolveu, tratando o assunto, desde que, a disposição dos vencimentos da magistratura em relação aos outros Estados é vergonhosa e afrontante.

É esse o menino pobre do interior que se transforma no Inimigo Público Número Um dos funcionários, semi-acordado dos sonhos mirabolantes de sua mente conturbada pela champagne da véspera que esquece, não é de, a sua origem humilde para não dar o que todos os governos já fizeram, inclusive o Federal que o fará em Janeiro. É esse o político

"salvador" que não terá coragem de afastar-se do governo para candidatar-se a uma senadaria por que, agora, sabe e sente que o Povo não irá se iludir com suas novas promessas.

É só largar o governo na vã esperança de um prestígio já desmoronado e então verá a quanto pode descer um "estadista" que se diz eterno.

E por isso que o Povo, o Funcionário, as mães de família, as esposas e os filhos das vítimas do Inimigo Público Número Um desejam um Feliz 69 na certeza de que poderão dizer ao Maranhão: Feliz Ano Novo. Feliz 1970, ano do fim de uma quimera, do fim da demagogia, do reencontro do Maranhão com suas gloriosas tradições e com o seu futuro grandioso.

EMPREGADA DOMESTICA
Precisa-se de uma que durma no emprego, para o do serviço de casa. Família pequena. Tratar na rua Luzia Bruce 88 (Antigo Beco dos Barqueiros).

ALUGUEM-SE QUARTOS
Alugam-se quartos com refeição para rapazes que sejam funcionários. Agradar na Rua 7 de Setembro n. 750.

NÃO PAGUE MAIS QUE:
Ner\$ 2,00 por controle de volume
Ner\$ 3,30 por válvula W 4
Ner\$ 4,50 por válvula Y 3

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1969

Imagem 24: A falência do governo

A falência do governo

MILSON COELHO

Hoje há em que todos nós, pobres vivemos desta ilha de São Luís, chegamos a supor que, efetivamente, estamos vivendo por tudo e por todos.

De quando em quando a cidade experimenta aguras de todos os matizes, subindo seus habitantes a eriza e nervos que chegam quase a suar.

Ora são os incêndios, pavoresos que lavam impune mente, à falta de equipamento capaz de deter o horror das chamas; hora é o desordenado DAES com os seus cortes e suas tarifas, ambos quilométricas e estafantes; ora a insegurança do Maranhão Novo, paralisando, por falta de energia, máquinas, eletrodomésticos, usinas, fábricas, cinema, elevadores, linotipos, prelos, como se estivessem sob constante bombardeio, em período nefasto de guerra.

Não será tudo isso um atestado de visível ineficiência governamental? Será que esses fatos não bastam para atestar que este Estado continua desgovernado, à deriva, largado ao sabor da ventania da inépcia?

Abrem-se os jornais governistas e o que se lê contradiz a realidade. Enquanto ali se afirma que milhares de KVAS de energia "foram num entudo", a cidade perdura sem luz; enquanto se afirma que o problema do abastecimento de água foi "resolvido", as torneiras estão lançando apenas ar encanado; enquanto se diz que algumas centenas de milhas foram conquistadas pelo governo, os nossos problemas com os vizinhos continuam.

que incêndios e evitáveis. De duas uma: ou os jornais do governo estão mentando, ou nós, desta capital, perdemos o raciocínio, porque entre a notícia e a realidade o disparate é flagrante.

Entendamos que o sr. João Sarney ainda está com boa vontade de governar. Boa vontade, tão-somente porque, de fato, o jovem dirigente ainda paira na escuridão, ainda é uma virgula fora do período, um parentese cercado o óbvio, um til sobre uma consciência ou acerto agudo na leitura.

Basta que se examine, com imparcialidade o desempenho do seu governo, para que se chegue imediatamente à conclusão de que o homem está só, com sua boa vontade. Sua equipe — diga-se — não — só — lhe tem dado disabores, e se compõe de peças fora do lugar. Muitos são os homens que o cercam, lá isso é verdade. Ocorre é que, na medida em que são culturalmente ilustrados, por outro lado, são plenamente ineptos, doutoradamente incompetentes os cargos que ocupam. A resultante desse sistema de comando era que ali está: caos, óbvio, a exegese do nada!

O governo, pelo seu Chefe Executivo, iniciou querendo dar tudo, mas não agora não ultrapassou a barreira do vazio.

E como é vasto um governo que só tem de sobre as costas cordas das manchetes publicitárias, embora não cheguem para tapar os buracos administrativos e os buracos políticos que proliferam, como crateras, ao longo do Maranhão Novo.

Podemos ao Dr. Governador, um espírito possuído de camarada e espiritismo te aberto, que faça um rap na sua governação de pouco menos de um ano.

E hora de, pelo menos, sair o que resta dessa loja em que muitos alinham, diante das louças finas da administração, transformaram tudo num amontoado de caixas.

Casos do DAES e casos das empreitadas do Governador.

Um rapa — uma vasouza na inspeção, na inépcia, na inaptidão, nos auxiliares do sr. Sarney.

Ou a loja vai à falência.

NOVO SUB-GERENTE
Assume, hoje, o sub-gerente da agência local do Banco Mercantil, o bancário Fernando César Lago de Carvalho, um dos valores jovens de nossa terra.

O novo sub-gerente exercerá suas atividades bancárias como representante da gerência do Banco Comercial do Nordeste, onde deu mostras de sua inteligência e capacidade de trabalho.

CHUVA DE OVO GORO
Recebemos denúncia formalizada por diversas pessoas residentes na Rua Osvaldo Cruz, segundo as quais não se pode pisar naquela artéria, sob determinado edifício sem tomar uma salvação de ovo goro.

Seria bom que a Polícia tentasse descobrir o autor de molestia e punir rigorosamente. Os denunciantes afirmam que foram vítimas de chuva de ovos goro.

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1970

Imagem 25: Tribuna do Povo, por Othelino Filho

TRIBUNA DO POVO

OTHELINO FILHO

A preocupação do Sr. José Sarney no que diz respeito à educação — pelo menos em propagá-la — é uma constante. Tanto é que: “No Maranhão Novo, o Estado que mais cresce no Novo Nordeste é assim: Uma escola primária por dia, um ginásio por mês e uma Faculdade por ano”.

Não pretendendo desmentir esta afirmativa dos órgãos divulgadores palacianos, eis em sua íntegra um depoimento de um Supervisor do SESP que foi designado por sua Repartição para executar uma fiscalização em Imperatriz:

“O prédio onde funciona o Ginásio Estado de

Goiás e um grupo escolar, estar na iminência de ruir, funcionando em precaríssimo estado, pondo em perigo cerca de quinhentas crianças e vinte professoras. É de lamentar que em um local onde as crianças devem adquirir uma formação sólida para as nortear por toda a vida, passem momentos de vexame e de expectativa, receando que o prédio desabe a qualquer momento. Isso pode causar sérios problemas a essas crianças. As professoras sentem-se constrangidas em continuar lecionando em tal condição. Além disso, não existe água e muito menos sanitário. É realmente uma lástima. Em minha permanência em Imperatriz, fui abordado pelas professoras no sentido de ser o porta voz de um apê

lo ao Exmo. Sr. Governador para providenciar a recuperação da escola, colocando-a à altura do seu slogan “Maranhão Novo”.

Evidentemente, seria oportuno se o Governador mandasse realmente consertar o prédio, antes que o mesmo venha a desabar. Pois, se isso acontecer criará sérios problemas, pelo menos, ficarão quinhentas crianças sem estudar. Creemos que o Sr. José Sarney não exigirá, em encaregar um dos seus técnicos para a restauração da escola. Esperamos confiantes.

MOÇA — PRECISA-SE

Admitimos uma senhora ou senhora que tenha Curso Científico ou equivalente, para preencher vaga em departamento comercial. Entrevista com a professora Maie

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1965

Imagem 26: Inauguração da BR-135

Inauguração da BR-135

O Governador José Sarney, no Estado do Piauí, que se encontra no Sul do País, foi recebido em audiência pelo Presidente da República General Emílio Garrastazu Médici.

Durante o encontro, ficou acertado que o Chefe do Governo virá a São Luís, no dia 24 de fevereiro, para inaugurar a rodovia BR-135, que liga nossa capital a Teresina.

Aproveitando a oportunidade o governante maranhense ofereceu ao Presidente Garrastazu Médici um exemplar do livro de contos de sua autoria “Norte das Águas”, que focaliza aspectos importantes da história de nossa terra.

CAMPANHA DE MEDICAMENTOS -- PROJETO

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1969

Imagem 27: As desgraças do governo

ESTOU COM A PALAVRA DE

As Desgraças do Governo

DA CRUZ LEITE

Primeiro, o incêndio no Gotabal desalojando centenas de famílias. (E, diga-se o fogo pegou quando o Governo do Estado estava pretendendo desalojar, os moradores daquele bairro. Uma estranha coincidência!)

Os pobres infelizes foram levados para o outro lado do rio; para o Bacanga, local onde o Governador José Sarney pretende, na marra, como dizemos na gíria, colocar o povo humilde dos nossos bairros.

Por fim, o Governador, ("o homem do povo", (?), o estadista, que esconde no sorriso a tirania contra a pobreza), resolveu despejar os moradores do Lira, (os do mangue), rua da Mangueira, Salina do Lira e da redondeza, pagando, a cada morador a insignificante quantia de cem cruzetinhos novos, como consólio aos pobres. Como um bombom que acalenta a ira do povo desalojado de suas humildes residências.

O pior de tudo isso, é que as residências que serão construídas para os moradores destes bairros mencionados acima, são feitas totalmente de palhas. Não existirá nenhuma parede de tijolo para abrigar os pobres contra a frieza. Casas que não chegam a assemelhar-se em nenhum ponto, às atualmente ameaçadas de demolição.

"Anjo da Guarda", será o local onde morarão os futuros moradores do Lira, rua da Mangueira, Salina do Lira, etc.-

O fato dispensa maiores comentários dos leitores, e, quem tem realmente razão é a revista "Enciclopédia", quando numa de suas edições, o articulista faz sua reportagem começando com o seguinte título: "O Maranhão é terra boa de se ver".

Realmente o autor da matéria, que os maranhenses não deixaram de ler, tenho certeza, tem absoluta convicção do que disse, porque ele não só viu o Maranhão por cima, como também, entrou na cidade e revirou seus quatro cantos.

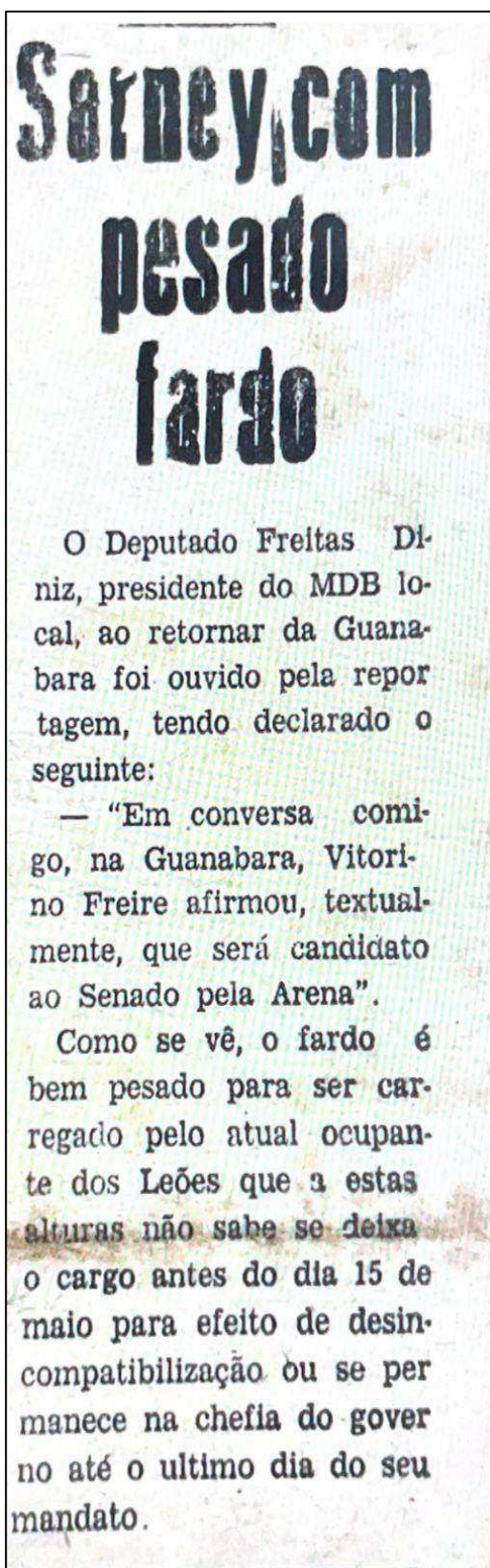
Não falou da miséria do seu povo e nem na desgraça do Governo, porque "pretendo um dia voltar ao Maranhão".

VENDE-SE uma casa no centro da cidade, bem próximo à Rua Grande. Ótimo local. A tratar na rua de Cerâmica, 81 ou nesta redação com Vevá.

Detran vai menores

O Departamento Estadual de Trânsito vai apreender todas as carteiras de habilitação para dirigir veículos concedidas para menores, antes do mês de maio, tendo em vista Decreto do Presidente da República. Aconteceu que pelo Código Nacional de Trânsito, que entrou em vigor no ano de 1966, menores de 18 anos podiam dirigir veículos, uma vez que tivessem autorização do Juiz de Menores ou por seus genitores, entretanto, foi notado abuso por parte de alguns jovens, principalmente no Sul, o Presidente da República, atendendo da associação de mães dos

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1970

Imagem 28: Sarney com pesado fardo

Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1970

Imagem 32: Reforma agrária à vista

Reforma Agrária à Vista

Amaral Raposo

Em editorial de 30/3/71, o O GLOBO, um dos jornais politicamente mais bem informados deste País, diz o seguinte: "Quem vai a uma fazenda de babaçu do Maranhão sabe que o quadro social é este: o lavrador 'mora' numa choça erguida sobre quatro estacas cercadas por uma esteira e coberta de palha de côco. Se quiser melhorar a habitação, não pode. O dono da terra o proíbe com medo de qualquer benfeitoria crie obrigações incômodas".

O editorialista foi, até, muito modesto, ao traçar, em linhas gerais, esse aspecto primitivo bárbaro de nossa vida social, em todo o vasto sertão maranhense. Eu sei de coisa muito pior.

Comentando o artigo em referência com o meu velho amigo Benedito Reis, apressou-se este em dizer-me que, em relação às terras que possui, muito outra é a situação de seus agregados.

Não se limitou, apenas, a dizer-me: provou-me, traz-me, para que eu visse com os próprios olhos, os contratos impressos, que o lavrador assina, quando lhe pede uma faixa de terra para nele trabalhar, produzir e viver.

Suas glebas, conhecidas sob a denominação geral de COLONJÃO, integradas pelas fazendas SALOBRO e SANTANA, nos municípios de São Mateus e Bacabal, respectivamente, estiveram sempre abertas aos lavoureiros, que as procuram, aos quais dá ele, Benedito Reis de acordo com os aludidos contratos, direito a todo tipo de plantio e colheita. Há, nesses documentos adrede tipografados, alguns itens, dos quais, a tipo de ilustração transcrevo os mais importantes.

Autorizam o morador a "explorar, gratuitamente, o babaçu existente, zelando-lhe pela conservação e melhoria de produção".

"Assumis, no entanto, em decorrência dessa permissão" — reza o documento — "a obrigação de vender o côco apanhado ao comprador por mim indicado e pelo preço corrente, no dia da transação".

Perguntei-lhe por que esse "por mim indicado". Respondeu-me que, se assim não fôr, o roceiro, quase sempre ignorante e de boa-fé, será fatalmente enganado, quanto à colheita do produto.

"Ficais, assim" — faculto o contrato — "autorizado a plantar e cultivar as lavouras de arroz, milho, mandioca e feijão, nas mesmas terras, cabendo-vos a produção e entregando-me dela somente 1 (um) por cento, no tocante ao arroz".

O acordo, também, esclarece: "Fica expressamente proibida a exploração das matas, compreendendo as áreas das terras de minha propriedade, pelo que não será permitida a derrubada de árvores, para retirada de madeira de lei, tais como pau-d'arco, arceira, mambuca,

maçaranduba, casca de angico e outras".

Não há mais, no contrato, outras exigências, ou direitos, de um e de outro. Bem. Direi, agora, ao Benedito Reis, que mora em terras, sob tais condições, se compara elas com as que conheço, de vista no alto sertão maranhense, parecia aos lavradores, um "céu aberto".

Certamente, o editorialista de O GLOBO não se baseia em exceções. Fala de um modo geral. Porque, naquela vasta região de nosso Estado, o roceiro, se quer morar na terra alheia, fica, irremediavelmente obrigado, por alguns posseiros, ao seguinte: não vender o babaçu a outro senão ao próprio latifundiário, que adquirirá o produto pelo preço que julgar conveniente; cevar, todos os anos, um porco, destinado à mesa do proprietário; se abater qualquer caça, o couro desta pertencerá ao dono das terras; não poderá plantar nenhuma árvore frutífera, além de bananeiras, a fim de não reclamar, ao sair, indenização por elas; e se plantar pior para o caboclo, contra quem logo será estudado um meio de afugentá-lo das terras, por bem ou por mal e onde, por vezes, viveu, sofrendo, grande parte da existência.

Por isso mesmo não há contratos escritos. O que há, para solucionar qualquer problema, é o subdelegado de polícia, a ameaça, a violência, a cadernê.

É justo que nem todos procedam com tanta impiedade. Há como no caso de Benedito Reis, exceções. Essas, porém, são raras. Adianto, ainda, que não estou falando por ouvir dizer. Estou falando verdade. Estou dizendo a verdade.

Sou testemunha ocular de tudo quanto afirmo. Morei, muito tempo, no sertão. Também tive algumas posses de terra. Deixei todas. Meu pai deixou-me, se me não engano perto de um lugar por nome CADOZ, uma pequena posse terra, na beira do Grajaú. Dei-lhe o mesmo destino.

Nunca, sequer, lá estive ou procurei saber onde ficava. Mandei que lá morassem e lá vivessem quantos me vieram pedir um "corte de roça".

Venha, pois, a reforma. É esta uma necessidade imediata e a que aspiram desesperadamente, no correr de séculos todos os sertanejos, que um destino, sem remissão, abandonou, desde as margens do Mearim às do Pindaré, desde as do Grajaú às do Santana, desde as do Lafundo às do Trecentas.

Os contratos que o Benedito Reis me mostrou não firmados em trechos de homens, em condições recíprocas de respeito humano. Os que se fazem, naquelas zonas tão pobres e longínquas são acordos de boca entre senhores e escravos.

Figura 29: Fim de Governo



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1971

1.6 Presença de empresas estrangeiras e expropriação no Maranhão

Imagem 30: José Sarney deixa Palácio das Laranjeiras



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1970

Imagem 31: Presença da SUDAM no estado



Fonte: fototeca da autora, *Jornal Pequeno*, 1971



Figura 34: Sarney contra 150 posseiros

Sarney contra 150 posseiros na Audiência do dia 19 de Abril

122 MORTOS NO GRANDE RIO

RIO (V.A.) — O movimento no Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto dá bem a medida da violência neste começo de meio-dia do sábado de homicídios por motivos diversos — assaltos, embriaguês, vingança e causas misteriosas — e de vítimas de val do ano passado.

Em sua maioria foram vítimas de desastres de trânsito, cujos índices este ano foram dos mais elevados, seguidos de homicídios por motivos diversos — assaltos, embriaguês, vingança e causas misteriosas — e de vítimas de

Tarado tenta Estuprar uma Criança

Vários moradores do lugar chegaram de Francisco Silva. Este, por sua vez, saiu correndo do alito do tarado e evitando todo o pessoal da redondeza que também correu para longe daquela localidade. O

Sob o título "Senador envolvido com terras", Diário Popular de São Paulo, edição de 31-01-78, teve considerações sobre a inicial da Ação Discriminatória de 71 mil e 20 hectares de terras devolutas pertencentes ao patrimônio do Estado, no município de Santa Luzia e comenta:

O procurador geral do Estado, Emará Coutinho, considerou ilegais as transações feitas pelo senador José Sarney para adquirir as terras da fazenda Maguary, por terem elas sido originadas de um alarmento da Prefeitura de Santa Luzia, José Ribeiro Salomão, de maneira ilegal, uma vez que a Prefeitura de Santa Luzia não dispunha de patrimônio.

No edital que deve ser publicado hoje na imprensa maranhense, o senador José Sarney, vice-líder do Governo, em cabeça o rei dos posseiros que estão sendo citados para se apresentarem à audiência de instrução, a fim de gerado

vários desentendimentos entre o senador José Sarney e os 150 posseiros da região que reivindicam os mesmos direitos sobre as terras, o que culminou em 19 de setembro com a invasão da fazenda Maguary — A propriedade do senador José Sarney — por cerca de 100 levadores que derrubaram as cercas e desapareceram o gado, causando um prejuízo bem elevado ao senador posseiro.

AFORAMENTO

O procurador geral do Estado afirmou, no documento inicial da ação, como surgiram as terras da fazenda Maguary, atualmente com 5.744 hectares, mas originalmente, apenas com 300 hectares, fruto de um alarmento feito pela Prefeitura de Santa Luzia ao comerciante José Ribeiro Salomão, conhecido na região como testa de ferro, do senador José Sarney.

Por contratos de promessa de cessão de direito, tais ter-

ras, após um processo de inchamento que as fez passar sucessivamente, para dois mil e para 5.744 hectares, foram adquiridas pelo senador José Sarney, que hoje ali implanta um projeto agropedúncio, com financiamento do Banco do Brasil.

Os posseiros da área, no entanto, continuam nas áreas limítrofes, esperando uma solução, já que a maioria ali reside há cerca de 20 anos. Na situação, criada de tensão social, segundo o procurador geral do Estado, já ocorreram em violência com a destruição das cercas da fazenda.

A Juíza de Santa Luzia (Sara Luzia de Almeida) recebeu a audiência de instrução para as 9 horas do dia 19 de abril de 1978, a qual deverá compreender o senador José Sarney e os 150 posseiros para comprovar a posse ou a propriedade de terras na área discriminada.

Conho do Zé Cobrinha

Fonte: fototeca da autora, Jornal Pequeno, 1978

Figura 35: Grupo Italiano deseja instar-se no Maranhão

Noticiário SAGRIMA

GRUPO ITALIANO VAI INVESTIR NO MARANHÃO

O grupo italiano Pietro Alpi e Fígio, apontado como um dos maiores madeiros da Europa, com sede estabelecida em Modigliana, na Itália, vem de enviar correspondência ao governador Pedro Neiva de Santana, na qual ratifica o seu interesse em instalar-se no Estado do Maranhão. Na carta, o Grupo revela o seu desejo de montar um complexo industrial com a finalidade de aproveitar madeiras existentes na área da COMARCO — Companhia Maranhense de Colonização, para o consumo interno e a exportação pelo porto do Itaqui.

O Grupo Alpi, além de seu capital, possui, ainda, "knowhow" e uma extensa rede de comercialização, espalhada por toda a Europa.

COMARCO VAI FIRMAR CONVENIO COM A SUCAM

A Companhia Maranhense de Colonização — COMARCO, vai firmar, dentro de breves dias, convênio com a Superintendência das Campanhas de Saúde Pública — SUCAM, com a finalidade de promover a erradicação da malária em toda a área de atuação da COMARCO, compreendendo o eixo da Rodovia Santa Luzia — Açailândia.

O convênio, que está distribuído em dez parcelas mensais importará em Cr\$ 189.000,00 e representa mais um passo para a colonização dessa

importante área do território maranhense.

SAGRIMA RECEBE TELEX DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

A Secretária da Agricultura do Maranhão acaba de receber, por doação, moderno telex para ser utilizado pelo serviço de Informação do Mercado. Coube ao Ministério da Agricultura o envio do equipamento, que vai facilitar, em muito, o envio de informações técnicas e para Brasília, dinamizando, paralelamente, os serviços da Secretaria de Agricultura do Maranhão.

Visando a colocar o equipamento em função, a Sagrima já está providenciando junto ao Ministério das Comunicações a imediata instalação da linha, na rede da Embratel. A Secretária já se encontra inscrita, há tempo, na Rede Nacional de Telex.

Artes Gráficas

Fonte: fototeca da autora, Jornal Pequeno, 1971

Figura 36: Denúncia contra Sarney

Denúncia contra Sarney

Brasília — O procurador-geral da República, Henrique Fonseca de Araújo, requereu ao Supremo Tribunal Federal o arquivamento da denúncia em notícia criminal feita por dois posseiros que acusaram o senador José Sarney (ARENA—MA) de ter praticado o crime de estelionato com "declaração falsa de propriedade de fazenda" para obter empréstimo rural no Banco do Brasil. Ao propor o arquivamento, devolvendo o caso ao STF, o procurador-geral considerou a inexistência do crime porque os bens dados como garantia do empréstimo bancário foram indicados pelos próprios denunciadores como sendo da propriedade do Senado. Foi documentado como de propriedade de Sarney a fazenda Curupu.

Os dois posseiros — Vicente Hermínio de Souza Lima e José Brito — ao serem informados pelo seu advogado que o STF poderá acolher o parecer da procuradoria-geral determinando arquivamento da denúncia prometeram insistir na acusação através de uma ação popular a ser tentada agora na jus-

tiça estadual do Maranhão, onde tentarão demonstrar contra Sarney a prática do crime de estelionato nas "falsas declarações de propriedade da Fazenda Maguary, pertencente ao patrimônio do Estado".

NO JORNAL DE BRASÍLIA
COLUNA DE CONSUELO
BADRA

Zum-zum na praça dando conta de quê, para a derrota de Pedro Pedrossian, contribui bem, como forças irresistíveis, duas figuras históricas do Senado: o liberal gaúcho Daniel Kriger e o fantasma de Felinto Mulher. Sobre o episódio Pedrossian, comentam as línguas ferinas que um militar chegou a apostar que "rasgaria a farda" se ele fosse indicado para o Mato Grosso do Sul.

EM NEGRITO

No capítulo: o mesmo "chumbo grosso" que arcabuzou Pedrossian, está agora sendo distribuído sobre José Sarney, um dos integrantes da lista do já é. Coincidentemente, existe também um "fantasma trabalhando" contra Sarney: o senador Vitorino Freire

EM NEGRITO

En passant — tudo se comenta.